

MARCELO BORDIN

**GEOGRAFIA DO CRIME EM CURITIBA: A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS
SEGREGADOS PELA VIOLÊNCIA**

CURITIBA
2009

MARCELO BORDIN

**GEOGRAFIA DO CRIME EM CURITIBA: A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS
SEGREGADOS PELA VIOÊNCIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia,
Setor de Ciências da Terra da Universidade
Federal do Paraná, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga

CURITIBA
2009

MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
– MESTRADO E DOUTORADO



PARECER


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pelo candidato **Marcelo Bordin**, intitulada: **“Geografia do Crime em Curitiba: a produção de espaços segregados pela violência”** para obtenção do grau de **Mestre** em Geografia, do Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração **Espaço, Sociedade e Ambiente**, Linha de Pesquisa **Produção e Transformação do Espaço Urbano - Regional**.

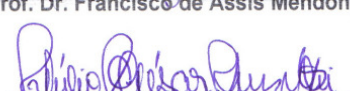
Após haver analisado o referido trabalho e arguido o candidato, são de parecer pela **APROVAÇÃO** da Dissertação.

Curitiba, 20 de abril de 2010.

Nome e assinatura da Banca Examinadora:


Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga (orientador)


Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça


Prof. Dr. Júlio Cesar Suzuki - USP

Aos meus pais, Clóvis e Maria, pelo amor e carinho recebido por toda a minha vida, amo vocês. Para minha companheira Neide e meu filho João Marcelo, pelos dias em que deixei de estar ao lado deles para ficar a frente dos livros e do computador para terminar mais essa fase em nossas vidas, amo vocês demais.

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas foram importantes no decorrer do Mestrado em Geografia que agora termino e não poderia deixar de escrever algumas palavras de agradecimentos.

Agradeço imensamente ao professor doutor **Nilson César Fraga**, que passando por uma fase complicada em sua vida, decorrente de um grave acidente automobilístico, aceitou-me como orientando e nesses dois anos foi muito mais do que um professor e que demonstrou ser excelente e dedicado amigo, nunca impondo nada, sempre argumentando e sugerindo, mas sempre cobrando resultados e não deixando que me desviasse do foco do trabalho.

Aos novos e importantíssimos amigos “incontestáveis”: **Mauro, Rafael, Michele, Lucileide, Luciléa, Zé Aquino e Alessandra**. Com vocês esses dois anos passaram com mais facilidade.

A minha amiga **Camila Caldeira Nunes Dias**, competente socióloga e doutoranda em Sociologia pela USP, que por diversas vezes contribuiu para sanar as minhas dúvidas e pelos livros emprestados. Também pelas palavras de estímulo nas horas de desânimo. Ao Professor Doutor **Francisco Mendonça e Pedro Rodolfo Bode de Moraes** pelas contribuições durante a banca de qualificação.

Ao secretário do programa de pós-graduação em Geografia, **Luis Carlos Zem**, profissional dedicado e atencioso com todos, sempre pronto a ajudar, tornando as tarefas burocráticas do curso bem mais fáceis para nós discentes.

Aos amigos e companheiros de trabalho: **Rodrigo Perim de Lima**, pela contribuição para o desenvolvimento deste trabalho e pelas discussões quase diárias a respeito dos temas relacionados a esta dissertação. Ao amigo **Ayrton Alves de Oliveira** pela ajuda na confecção de alguns mapas. Ao amigo **Eduardo Seixas e Antonio Jorge Pontes** pelo companheirismo durante essa fase que agora se encerra.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPITULO I	
GEOGRAFIA E VIOLÊNCIA: UMA REFLEXÃO ATUAL E NECESSÁRIA	
1.1 A violência e a criminalidade como objeto de estudo da Geografia.	15
1.2. A evolução dos estudos da Geografia sobre violência e criminalidade: a influência da Escola de Chicago.	23
1.3. A relevância da discussão sobre o território na Geografia atual e sua contribuição para o debate sobre crime e violência.	30
CAPÍTULO II	
URBANIZAÇÃO E VIOLÊNCIA	
2.1. Urbanização, criminalidade e violência: relações?	38
2.2. Brasil urbano: entre a construção da cidadania e a violência.	48
2.3. Urbanização, criminalidade e violência nas cidades brasileiras.	55
CAPITULO III	
CURITIBA E A GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA	
3.1. A distribuição espacial do tráfico de drogas no estado do Paraná e sua influência na cidade de Curitiba.	60
3.2. Curitiba: apenas uma cidade brasileira.	68
3.3. Curitiba: da vida pacata à violência cotidiana.	72
3.4. A Geografia do crime em Curitiba: a espacialização da violência na cidade.	77

Considerações Finais.	96
Referências Bibliográficas.	101

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	11
FIGURA 2: POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO – BRASIL – 1940/2000	40
FIGURA 3: ROTA DE APREENSÕES DE MACONHA NO PARANÁ	64
FIGURA 4: ROTA DE APREENSOES DE COCAÍNA NO PARANÁ	65
FIGURA 5: ROTA DE APREENSÕES DE CRACK NO PARANÁ	66
TABELA 1: HOMICÍDIOS NO PARANÁ – 1996/2002	78
GRÁFICO 1: HOMICÍDIOS DATASUS/MS – CURITIBA E RM	79
GRÁFICO2: HOMICÍDIOS COMETIDOS POR PM EM SERVIÇO NO PARANÁ	84
FOTO 1: SHOPPING PALLADIUM	85
GRÁFICO 3: HOMICÍDIOS EM CURITIBA – 1980 – 2004 – DATASUS/MJ	87
TABELA 2: HOMICÍDIOS DOLOSOS (TAXAS E TOTAIS) EM CURITIBA –2003/2009	88
TABELAS 3: RANKING DE BAIROS POR REGISTROS DE ROUBOS – JANEIRO A OUTUBRO DE 2008	90
TABELA 4: RANKING DE BAIROS POR REGISTROS DE FURTOS – JANEIRO A OUTUBRO DE 2008	91
FIGURA 7: MAPA DE HOMICÍDIOS EM CURITIBA, POR BAIROS – 2007	92

FIGURA 8: MAPA DE HOMICÍDIOS EM CURITIBA, POR BAIRROS – 2008	93
FIGURA 9: MAPA DE RENDA MÉDIA EM CURITIBA POR BAIRROS –2000	94
FIGURA 10: MAPA DE CONCENTRAÇÃO DE REGISTROS CRIMINAIS EM CURITIBA – 2008	95

INTRODUÇÃO

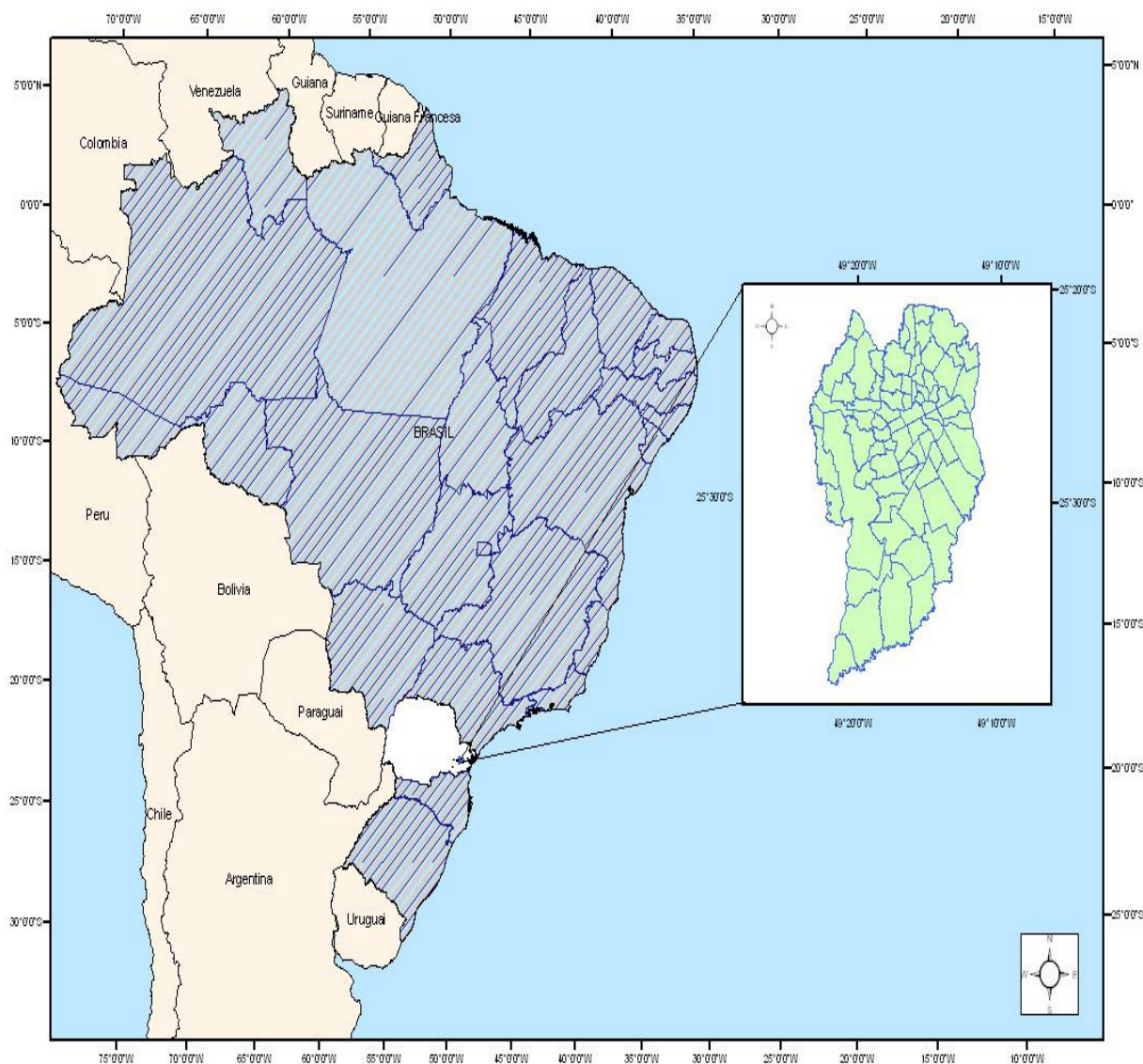
Esta dissertação de mestrado surge da necessidade de procurar uma compreensão para os atuais índices de violência em uma cidade que atingiu fama internacional com uma imagem de planejamento urbano, respeito ao meio ambiente, dentre outras determinações criadas pelas autoridades municipais para alavancar o desenvolvimento da cidade (MENDONÇA, 2002; LIMA & MENDONÇA, 2001; ZIRKL, 2003).

A ideia inicial deste trabalho também é fruto da minha necessidade pessoal em entender a cidade de Curitiba, fora do campo de visão de funcionário da segurança pública, procurando buscar algumas respostas para as dúvidas que me vinham (e veem) à cabeça, procurando compreender a dinâmica criminal e de violência dentro do espaço urbano da cidade em que meus pais escolheram para vivermos no final da década de 1970 do século XX.

Esta curiosidade científica aliou-se com a intensa propaganda sobre a Capital do Estado do Paraná, que sempre foi tida como uma cidade de “primeiro mundo”, mas que tem os mesmos problemas de qualquer outra grande cidade da América, África, Ásia ou Europa.

A imagem de cidade preocupada com planejamento urbano e com o meio ambiente, tão divulgada no cenário internacional, não foi suficiente para criar uma cidade com maior justiça social e, ao contrário, acirrou as divisões culturais, econômicas e sociais, aliado ao grande fluxo migratório em busca de uma nova vida, esperança esta alimentada pelo investimento na criação de um novo polo automobilístico na Região Metropolitana de Curitiba e pela promessa de empregos.

FIGURA 1. Localização da Cidade de Curitiba



Organização: Ayrton Alves de Oliveira, utilizando o programa Arc View 9.2 (2010).

O aumento populacional de Curitiba e de sua Região Metropolitana¹ e a manutenção de uma infraestrutura incapaz de atender todas as demandas dessa

¹ A população de Curitiba e da Região Metropolitana saltaram de 907.391 habitantes na década de 1970 do Século XX, para 3.307.945 habitantes no primeiro semestre de 2009 (IPPUC, 2009).

população, aliados a deficiências do sistema de justiça criminal em evitar o aumento da circulação de substâncias entorpecentes², em especial o “crack”³ e também do elevado número de armas de fogo ilegais em circulação (o estado do Paraná, em virtude de sua extensa fronteira com o Paraguai está na do tráfico internacional de armas de fogo, munições e mercadorias falsificadas, criando um mercado paralelo muito forte que gera uma influência na criminalidade, em especial no aumento no número de homicídios (RAMÃO & WADI, 2007), de toda a região (MISSIONES, 2007)).

Na cidade de Curitiba, essa influência do tráfico e da circulação de armas⁴ é visível na mídia, cotidianamente, e na percepção de que a cidade fica cada dia mais violenta e perigosa, criando novas estratégias de sobrevivência, em especial, nas regiões em que essa situação de violência cotidiana é mais presente, interferindo nas relações pessoais e coletivas, ditando novas normas de comportamento e de relacionamento.

Os objetivos deste trabalho são o de identificar as contradições que a cidade de Curitiba apresenta, buscando uma outra visão da cidade, sob a ótica da violência urbana e da criminalidade e a delimitação de territórios⁵ segregados pela imposição da força de pessoas ou grupos de criminosos à população, além de discutir o processo de

Disponível em
http://ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_dados_Pesquisa.asp?ampliar=não. Acesso em 30 de Novembro de 2009.

² A falta de informações oficiais precisas sobre a circulação ou de apreensões sobre substâncias entorpecentes no Estado do Paraná ou mesmo no Brasil é evidente, mas as constantes notícias sobre apreensões e sobre os locais onde ocorrem essas ações de repressão ao narcotráfico fornecem uma boa visão de como funcionam e onde seriam essas rotas e quais os estados de entrada de drogas no país.

³ O crack é uma substância derivada da cocaína, resultado da transformação das folhas de coca em pasta base, sendo que o crack é considerado o “resto” desse processo de transformação, por isso é muito mais barato que a cocaína.

⁴ As informações sobre apreensões de armas de fogo são desconstruídas e não fornecem um panorama ideal para pesquisas científicas. A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Tráfico Internacional de Armas estima em 10 milhões, entre “informais” e “ilegais” de armas de fogo em circulação no Brasil. No Estado do Paraná as apreensões de armas de fogo de 2001 a 2004 totalizaram 4004 unidades, sendo que durante as duas campanhas de entrega voluntária de armas foram retiradas de circulação 36.233 armas de fogo. (VIVA COMUNIDADE/MJ, 2009).

⁵ O termo território utilizado aqui é o proposto por CLAUDE RAFFESTIN (1993): “O território, nessa perspectiva, é um espaço onde projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território e a prisão que os homens constroem para si.”. A partir dessa afirmação, buscou-se analisar a formação desses “territórios de violência” a partir das relações de poder decorrente das ações criminosas ou pela imposição da violência.

evolução urbana na cidade de Curitiba e como a violência e a criminalidade interferem na produção desse espaço urbano.

Para realizarmos essa pesquisa, utilizou-se da análise de dados sobre violência e criminalidade, buscando verificar a existência ou não de uma evolução nos registros criminais, utilizando-se para tal, dados oficiais da área da segurança pública, da área da saúde (dados de mortalidade por causas externas) e também reportagens de periódicos da capital paranaense, que propicie uma visão sobre a sensação de (in)segurança.

Diante dessa primeira exposição os problemas enfrentados pela população curitibana em seu cotidiano, este trabalho está estruturado em quatro capítulos e a conclusão final.

O primeiro busca uma fundamentação teórica sobre os estudos de violência e criminalidade do ponto do entendimento da Ciência Geográfica, ou seja, uma análise dos estudos sobre Geografia e violência ou mais especificamente, uma discussão do que atualmente se convencionou denominar de Geografia do Crime. Ainda nesse primeiro capítulo, procura-se buscar as origens da discussão sobre a espacialização das situações de violência e crime, em especial no Brasil, surgindo como um campo de pesquisa geográfico novo, e que vem despertando o interesse dos geógrafos.

Ainda no primeiro capítulo, procuramos discutir sobre um tema atual, porém não inédito, na Geografia: o território, fundamental para entendermos a influência da violência e do crime na formatação de um novo tipo de “território” dentro de inúmeros outros territórios e como as diversas formas de atividades ilícitas podem contribuir para a formação de áreas sob controle, fora da jurisdição estatal.

O segundo capítulo discute a questão do processo de urbanização no Brasil, discutindo também a questão da relação entre a falta de uma “cidadania completa” e a violência no país, no estado do Paraná e na sua capital, a cidade de Curitiba, além de sua interação perversa com a Região Metropolitana, procurando demonstrar o processo de periferização das populações menos favorecidas, em busca de um menor custo de vida.

No terceiro capítulo optou-se por analisar as influências que o contrabando de armas e drogas através do Estado do Paraná propicia na violência urbana da cidade de Curitiba, buscando compreender a dinâmica criminal dessas redes ilegais.

Ainda no terceiro capítulo, busca-se um entendimento da evolução do processo de urbanização na cidade de Curitiba, procurando verificar se a criminalidade em Curitiba está aumentando ou se a percepção sobre esses fatos é que está tendo uma maior cobertura da mídia como um todo.

CAPÍTULO I

GEOGRAFIA E VIOLÊNCIA UMA REFLEXÃO ATUAL E NECESSÁRIA

1.1 A violência e a criminalidade como objeto de estudo da Geografia

Na Geografia brasileira encontramos uma crescente produção científica sobre a violência e crime⁶ urbano, porém ainda pequena em razão da magnitude do problema. Fica evidente que grande preocupação da Geografia enquanto ciência esteja no entender dos processos que possam levar a geração de algum tipo de violência⁷, mas não especificamente na violência propriamente dita, sendo que atualmente o assunto começa a despertar o interesse de geógrafos pelo país, aumentando as pesquisas e publicações com a preocupação de refletir sobre as suas causas e a sua distribuição no espaço e no território.

⁶ O conceito de crime aqui utilizado é jurídico. “Embora o CP não defina o que seja crime, devem ser apresentados seus conceitos material e formal”. O Conceito material é “a violação de um bem jurídico protegido penalmente” e o conceito formal “somente o comportamento humano positivo (ação) ou negativo (omissão) pode ser considerado crime.”. No entanto, para que uma conduta seja considerada criminosa, é necessário que ela seja um fato típico e antijurídico. Será fato típico quando a conduta estiver definida por lei como crime (...). (...) E antijurídico quando o comportamento for contrário à ordem jurídica como um todo (...)” (DELMANTO *al. et.* 1998, p. 18). A utilização do conceito jurídico de crime nessa dissertação é motivada pelo fato da utilização de dados oriundos do sistema de justiça criminal brasileiro e paranaense, não esquecendo do conceito sociológico de crime, em especial o proposto pelo sociólogo Emile Durkheim em *As Regras do Método Sociológico* (1995), sendo que o “crime” é entendido como uma atitude que atente contra os costumes, a lei e a moral e que é reprovada pela consciência. Para Durkheim, o crime é comum a todas as sociedades e épocas, variando em suas formas e aspectos de acordo com as variações espaço-temporais.

⁷ Utilizaremos o conceito de violência proposto por Minayo (2006). “A violência não é uma, é múltipla. De origem latina, o vocábulo vem da palavras vis, que quer dizer força e se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro. No seu sentido material, o termo parece neutro, mas quem analisa os eventos violentos descobre que eles se referem a conflito de autoridade, as lutas pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro e de seus bens. Suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas segundo as normas sociais mantidas por usos e costumes ou por aparatos legais da sociedade. Mutante, a violência designa, pois – de acordo com épocas, locais e circunstâncias – realidades muito diferentes.” (MINAYO, 2006, P. 13). Ainda podemos tomar como definição de violência a idéia de PINHEIRO e ALMEIDA (2003): “A violência é exagerada, arrebatadora. A força é comedida. Não é possível viver abdicando do uso da força, mas é necessário saber a diferença que existe entre ela e a violência. O uso da força é prudente – dentro, claro de seus limites. Já a violência é a “força cega”, que não enxerga as conseqüências de seus atos.”.

Dentro da crescente participação dos geógrafos em grupos de pesquisa sobre violência ou crime, busca-se compreender a evolução desse tipo de estudo, que parecia estar restrito a poucas esferas do conhecimento científico, em especial a Sociologia e ao Direito, mas que atualmente começa a ser preocupação também de outras áreas do conhecimento humanos, inclusive da Geografia Humana.

E como as situações de violência e crimes são resultados de ações humanas em determinadas sociedades e em um dado espaço ou território, o estudo geográfico se faz necessário e os estudos decorrentes dessas relações com os processos de interação homem-espaço. Claval (2004, p.14) justifica afirmando que:

Os geógrafos, é claro, não são indiferentes à presença dos grupos humanos, nem às transformações que estes impuseram às paisagens. A pergunta dos pesquisadores a este respeito é simples: a natureza preexistia aos grupos humanos, estes estão inseridos em um meio; como fazer para extrair do meio ambiente no qual se estabeleceram, os produtos destinados a assegurar a sua subsistência e a permitir, geração após geração, a reprodução dos seus membros? O Enfoque é global, pois leva em consideração o conjunto dos meios constituintes da natureza, por um lado, e da sociedade por outro.

As ações decorrentes da interação homem-meio ambiente e por consequência as ações decorrentes da interação homem-homem podem e deve ser estudada pela Geografia e, nesse caso, a violência, seja ela decorrente de um crime ou de outros fatores é um tema de extrema relevância para a Geografia.

Nesse aspecto, podemos buscar uma compreensão de que a violência e o crime são fatores indissociáveis das sociedades humanas e assim passíveis de estudos do ponto de vista da Geografia Humana, e que segundo CORRÊA (2001) estaria dentro do campo das Ciências Sociais, pois:

Como toda ciência a geografia possui alguns conceitos-chave, capazes de sintetizarem a sua objetivação, isto é, o ângulo específico com que a sociedade é analisada, ângulo que confere à geografia a sua identidade e a sua autonomia relativa no âmbito das ciências sociais. Como ciência social a geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos-chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território.

Entende-se que a Geografia deva se ocupar, juntamente com outras ciências dos estudos relativos ao crime e a violência, pois os conceitos postos por Corrêa, dificilmente serão analisados desassociados da ação humana.

Essa preocupação dos geógrafos no Brasil atual passa, em determinados grupos, pela criminologia de ambientes⁸, que podemos considerar como uma variante da análise espacial dos crimes e de suas implicações no meio ambiente urbano, porém com grandes ressalvas, tendo em vista que essa criminologia de ambiente procura focar especificamente o “crime” e não suas causas, ou seja, os estudos são direcionados a tratar da redução dos índices criminais, nunca se preocupando com as consequências.

Dentro da perspectiva dos estudos de análise criminal e da criminologia de ambiente, verifica-se que sejam eles sociais ou econômicos, é equivocado e não atende os objetivos em longo prazo.

A política de redução do crime a qualquer custo (que tem na cidade de Nova York, nos Estados Unidos, o maior exemplo de aplicação e que ficou mundialmente conhecida por “tolerância zero” contra qualquer tipo de crime e baseou-se na teoria das Janelas Quebradas, ou seja, se um prédio abandonado tem as suas janelas sistematicamente quebradas e ninguém às conserta, esse ambiente torna-se um local apropriado para o cometimento de novos crimes) tem caracterizado a sociedade ocidental, especialmente e inicialmente, a sociedade estadunidense, onde observa um aumento da população de cidadãos encarcerados, e que segundo WACQUANT (2003)

⁸ A criminologia de ambiente consiste em uma “(...) vertente da criminologia que introduz a dimensão espacial dos fenômenos criminais” (FRITZ, 2008 *apud* BRASIL, 2008, p. 25). Essa vertente da criminologia ganha força com o avanço das modernas tecnologias de geoprocessamento e também por que “(...) a maioria das teorias criminológicas, até aqui, tiveram muito pouco valor prático para a polícia (...)” (SCOTT *et. al.*, 2008 *apud* BRASIL, 2008, p. 25). A criminologia de ambiente esta também vinculada a análise criminal, que é a disciplina que procura entender os padrões das ocorrências criminais em um determinado período de tempo e numa determinada localidade geográfica, tendo a sua origem na Inglaterra do Século XIX, após a criação da Polícia Metropolitana de Londres, por Robert Peel (BRUCE, 2004 *apud* BRASIL, 2008, p.17).

estariam sendo colocados em prisões porque o Estado já não tem como manter a sua função de provedor da política de bem estar social⁹.

Nesse contexto de reduções de crimes a qualquer custo, observamos que atualmente as produções científicas no campo da Geografia que procuram explorar esse viés da espacialização através das técnicas de geoprocessamento e não especificamente de uma análise da suas origens e dos problemas gerados por toda sensação de insegurança pela qual passa a sociedade brasileira, gerando mais violência e punindo sempre os mesmo tipos de pessoas ou comportamentos.

A interação da Geografia com os estudos sobre violência e criminalidade se justifica porque o:

rápido crescimento das taxas de crime observado nas últimas décadas tem despertado o interesse de diversas ciências que se lançam na busca de uma melhor compreensão desse multifacetado fenômeno. Este crescimento é agravado pelo aumento do nível de concentração espacial, sobretudo a partir do fenômeno da metropolização, apresentando, ainda forte correlação com outras características espaciais e, também, com a configuração de diferentes parcelas do território das cidades. (GUIDUGLI (1985) *apud* BATELLA, DINIZ & TEIXEIRA (2008, p. 21)).

MASSENA (1986, p. 285)¹⁰, ao analisar a violência espacial no Rio de Janeiro na década de 1980, demonstra uma preocupação, que nos parece inicial na Geografia brasileira, a análise espacial da violência e da criminalidade na capital fluminense.

⁹ Ainda sobre o Estado penal em substituição ao Estado de Bem Estar Social nos Estados Unidos, Wacquant afirma que “De fato, as duas últimas décadas testemunharam um crescimento explosivo das funções penais do Estado norte-americano, tais como as prisões e toda sorte de artifícios de encarceramento (liberdades condicional, *probation**, monitoramento eletrônico, *boots camps*** e toques de recolher), usados para estancar as consequências de uma crescente destituição causada pela diminuição da assistência social. Hoje, os Estados Unidos estão gastando mais de 200 bilhões de dólares por ano na indústria do controle do crime, e a “face” do Estado mais familiar para os jovens residentes no gueto é aquela do policial, do encarregado da liberdade condicional e do guarda da prisão”. *O sistema de *probation* permite que contraventores (especialmente os jovens) não sejam punidos por seu primeiro delito, desde que não cometam outros crimes posteriormente. (N.E.). ***Boots camps* são campos ao estilo militar para onde delinquentes juvenis são enviados. Nesses locais, vivem sob uma disciplina estrita, tal como no exército. A idéia que comanda essas instituições é a de que só assim se aprendera o respeito pela autoridade. (N.E.). WACQUANT (2008, p. 59).

¹⁰ Esse artigo foi localizado após analisarmos as edições da Revista Brasileira de Geografia e também foi identificado e considerado por FELIX (1989, p. 171) como um primeiro trabalho sobre distribuição espacial do crime feito por um Geógrafo.

No estudo da autora acima citada, fica evidente o pequeno número de estudos brasileiros sobre a criminalidade e a violência no campo da Geografia, durante o período estudado, ficando os estudos limitados aos demais campos científicos, especialmente a Sociologia, sendo inúmeros outros autores citados de outros países, demonstrando quão nova é a discussão na Geografia sobre a violência e criminalidade.

Ao refletirmos sobre os processos que geram violência, temos, no campo da Geografia, a produção do espaço urbano como elemento gerador de violência, seja ela na utilização da especulação imobiliária, seja na expulsão das populações menos favorecida para as periferias e cidades das regiões metropolitanas, geralmente desprovida de condições mínimas de habitação e infraestrutura, onde o custo de vida tende a ser menor, distanciando, muitas vezes, do seu local de trabalho, dificultando-lhes ainda mais o cotidiano, ocasionando mais gastos financeiros e de tempo com transporte, já onerando, de forma geral, os reduzidos salários.

Além desses fatores de segregação socioespacial¹¹, que tendem a influenciar na gênese de atos criminosos ou violentos, MENDONÇA (2001) afirma que:

Ao se examinar os dados relativos à criminalidade, nesta oportunidade a partir do registro de óbitos e algumas outras ocorrências policiais, e temperatura do ar no Brasil, pode-se constatar a existência de correlação entre as duas variáveis analisadas, evidenciada de forma clara no paralelismo das linhas representativas nas duas grandezas ao longo do ano através de gráficos, e também aplicando a análise de regressão linear simples.

SANTOS (2006, p. 46) ao discutir o objeto de estudo da Geografia, coloca que o que existe na superfície terrestre é o foco de análise do geógrafo, desde a natureza até aquilo produzido como resultado das ações humanas, nesse caso, fica evidente a importância dos estudos sobre a violência e a criminalidade com um enfoque geográfico, não apenas para a espacialização desses fatos, mas na compreensão de

¹¹ A segregação – tanto social quanto espacial – é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade (CALDEIRA, 2000, p. 211).

suas causas e no entendimento de suas consequências. Porém, para CLARK (1991, p.18):

A Geografia é o estudo científico de padrões espaciais. Ela procura identificar e explicar a localização e a distribuição dos fenômenos físicos e humanos sobre a superfície da Terra. Em Geografia, a ênfase coloca-se sobre a organização e o arranjo dos fenômenos, e sobre a extensão em que eles variam de lugar a lugar. Embora ela tenha um interesse substantivo nos mesmos fenômenos visados pelas demais ciências sociais e ambientais, a perspectiva espacial sobre os fenômenos, que é adotada em Geografia, é a responsável pela sua especificação. Nenhuma outra disciplina tem a localização e a distribuição como seu principal foco de estudo. A característica do espaço como uma dimensão, mais que as propriedades dos fenômenos que aí estão localizados, surge como de interesse básico e central.

O espaço é o objeto de estudo da Geografia e, com essa afirmação, podemos entender que a Geografia tem uma amplitude enorme em relação aos seus estudos, fato esse que fica evidente em virtude da ampla abrangência dos estudos geográficos e da utilização de inúmeras outras ciências para a compreensão dos fatos geográficos, favorecendo a uma visão de indefinição com relação ao objeto de estudo, visão esta extremamente equivocada.

Porém, para SÁ (2009, p. 10):

Se no contexto das ciências, o conhecimento geográfico ainda sofre o estigma de disciplina embaralhada, eclética, sem consistência, na qual tudo pode ser estudado, do ambiente físico ao meio ambiente em que se plasman as mediações sociais, isto decorre, talvez, de limitações ideológicas dos que situam e são situados no conhecimento. Enfim, limitações dos que classificam o conhecimento humano em áreas estanques, na perspectiva instrumental/produtivista como valor natural que situam seres, mas intencionalmente, alienando-os da possibilidade de um conhecer que recomponha a diversidade na unidade do saber historicamente edificado.

Essa argumentação é baseada na discussão de ADAS (s/d) ao situar a Geografia e o Direito no debate sobre o espaço, criando um vínculo desses dos campos da ciência, afirmando que “Quanto à Geografia, ao se debruçar sobre o estudo do espaço geográfico, cuja apropriação, construção, reconstrução e organização são reguladas por um conjunto de leis e normas que regem a vida em sociedade, percebe-se, de forma dialética, a interdisciplinaridade entre elas e o Direito.”, demonstrando que

nenhuma ciência pode ser estudada de forma separada, pois existe sempre uma conexão entre elas.

Nessa linha de análise sobre o objeto de estudo da Geografia, FERREIRA & PENNA (2005, p. 156), ao discorrerem sobre a violência e criminalidade, no Distrito Federal, procuram trazer à tona um dos problemas do uso apenas da espacialização das ocorrências criminais e afirmam que:

A tradição da produção geográfica no assunto restringe-se a preocupação com a espacialização do fenômeno, isto é, localizar as ocorrências criminosas no espaço urbano e correlacioná-las as condições do local onde acontecem. Muitas vezes essas condições, que favorecem a ocorrência, são confundidas com a própria causa. A espacialidade é uma categoria geográfica usada por todos os ramos do conhecimento como uma primeira apreensão do fenômeno na busca de sua explicação pelas diferentes especialidades.

Nesse caso, a compreensão da distribuição geográfica das ocorrências criminosas deve estar vinculada a outros fatores, ou seja, qual a influência que esses fatores podem interferir nessa distribuição, e não apenas observarmos de forma simplista a utilização dessa espacialização para criação de áreas segregadas, valorização de espaços com menos ocorrências e para repressão por parte das forças policiais.

Para FRANCISCO FILHO (2004, p. 27), a configuração de uma Geografia do Crime se daria da seguinte forma:

O espaço urbano se apresenta como algo complexo, campo onde as relações humanas se estabelecem e se cristalizam nas suas formas e nas relações entre elas. É nesse espelhamento entre as ações e sua dinâmica no território que surge uma *geografia* do crime, em que cada ação de quebra da ordem e, conseqüentemente, de um ato de violação dos direitos do cidadão, adquire uma dinâmica e *personalidade* própria, estabelecendo um conjunto de ações que se interligam a outros fenômenos urbanos, interferindo e moldando a percepção que cada indivíduo passa a ser do espaço onde vive, estabelecendo novas texturas e morfologias no crescimento do *tecido urbano*, como conseqüência final de todo o processo. Falar em violência, portanto, e estabelecer sua geografia, é entender como o crime adquire uma organização, uma estrutura própria que faz seu reflexo no espaço urbano se sentir presente.

A produção do espaço urbano¹² e a sua consequente utilização, seja para moradia ou trabalho, produz inúmeras formas de conflitos que acabam resultando em violência, fatores estes que são estudados de forma incipiente no campo da ciência geográfica, ficando para outras ciências a responsabilidade de tentar explicar os fenômenos criminosos e as violências, e que muitas vezes são atos praticados por parcelas da sociedade que não tiveram seus direitos respeitados, não possuindo nem o direito mínimo de viver com dignidade.

¹²

O Espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço - São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações d e produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. (CORRÊA, 1995, p. 11).

1.2 A Evolução dos estudos da geografia sobre violência e criminalidade: a influência da Escola de Chicago

Além dos fatores citados anteriormente, uma maior preocupação com as características e distribuição espacial do crime e da violência não surge na Geografia, mas na Sociologia, mais especificamente na Escola Criminológica de Chicago¹³. Sobre a Escola de Chicago e o foco sobre o meio ambiente urbano influenciando o homem, TANGERINO (2007, p.18) afirma que: “Chicago abandona a hipótese de que haja um “homem delinquente” e centra seus estudos nas circunstâncias sociais que levam as pessoas a delinquirem.”.

Nesse aspecto da prevenção do crime, a Escola Criminológica de Chicago tem por mérito a promoção do bem comum, através da Sociologia, na medida em que pudessem promover intervenções, não apenas baseadas em punição ou tratamento dos delinquentes, mas através de ações de enfrentamento de fatos criminais utilizando-se da prevenção (TANGERINO, *Op. Cit.* p. 19).

Ainda com relação aos estudos sobre Geografia, criminalidade e violência no mundo como um todo, FELIX (1989, p. 6) relata que:

É relativamente recente o interesse dos geógrafos sobre as formas de desvio social, embora a perspectiva espacial já venha sendo reconhecida há algum tempo por outros cientistas. Ecologistas sociais, em particular, vêm identificando qualidades espaciais distributivas de crime e delinquência em estudos empíricos do século XIX, como o de Mayhew (1892), que estabeleceu as bases do uso sistemático de padrões de associações estatísticas para o estudo de áreas delinquentes; e os trabalhos de Shaw e Mckay (1942), da Escola de Chicago, que estabeleceram as bases das generalizações espaciais do comportamento desviante.

¹³ A Escola Criminológica de Chicago é uma corrente de interpretação das questões relacionadas à violência e a criminalidade sob o ponto de vista urbano, ou seja, a cidade seria concentradora de problemas sociais. Essa corrente de pensamento utilizou o mapeamento de diversas questões, desde de desordem urbana até as áreas de moradias de imigrantes do mundo todo na Chicago do final do Século XIX (TANGERINO, *Op. Cit.*, p. 23). Uma questão que nos parece interessante esclarecer é, que nos dias de hoje, essa idéia é utilizada para criar esdrúxulas políticas de rearranjos urbanos, criação de mecanismos de controle e de expulsão de pessoas “indesejadas” de determinadas áreas das cidades, numa espécie de “limpeza” das ruas, retirando mendigos, drogaditos, moradores de rua ou outras pessoas que possam “incomodar” de alguma forma. Esse modelo esta intimamente ligada as políticas higienistas dos Séculos XIX e XX.

E com relação a essências das investigações sobre o crime urbano, a Escola Criminológica de Chicago trouxe para a Sociologia uma grande importância no estudo da distribuição espacial de diversos fatores que poderiam influenciar no surgimento de crimes e violências. Dessa forma observamos que a Geografia não absorve esse nicho de estudos, criando uma lacuna com relação a este tipo e possibilidade de estudo.

SANTOS (1980, *apud* FELIX, 1989, p. 62) descreve esse momento do não envolvimento da Geografia com a Sociologia, e conseqüentemente dos estudos sobre criminalidade e violência, ao citar que:

Vidal de La Blache, fundador da moderna Geografia humana francesa, repeliu de forma drástica a proposta de Durkheim para incluir a Geografia numa classificação básica das ciências sociais”, fator este que resultou no “empobrecimento da Geografia, e mesmo o nascimento de disciplinas paralelas que se ocupavam – e se ocupam ainda hoje – de aspectos que poderiam ter ficado dentro da Geografia se as disputas entre disciplinas individuais tivessem tomado uma outra direção.

Podemos entender que a falta de um direcionamento epistemológico mais definido e ainda a não definição de um campo de estudos muito mais específico, deixando um amplo espectro de áreas de atuação da Geografia, não proporcionou uma penetração no campo da criminologia ou dos estudos relativos às condutas desviantes, impactando no desenvolvimento e, conseqüentemente, numa espécie de atrofia do pensamento geográfico sobre os assuntos específicos de violência e criminalidade, porém hoje já se observa uma mudança com o aumento nas pesquisas sobre o assunto em questão.

BATELLA, DINIZ & TEIXEIRA (*Op. Cit*, p. 22) afirmam que “os primeiros estudos sobre a Geografia do Crime ocorreram nos EUA na década de 1970”. Ou seja, aproximadamente 60 anos após os primeiros estudos sobre a distribuição espacial do crime e da delinquência em Chicago, é que os geógrafos começam a se interessar pela “Geografia do crime”.

Ainda sobre o surgimento dos estudos envolvendo a Geografia, criminalidade e violência, CLARK (1991, p.31), ao debater a influência da economia política na Geografia Urbana, ressalta que:

Os geógrafos dos anos 70 foram extremamente ativos em medir e mapear a pobreza, a falta de moradias, a marginalidade e o desemprego, mas embora a análise espacial pudesse identificar algumas relações ecológicas básicas, mostrou-se incapaz de satisfatoriamente explicar as privações urbanas e, mais importante, sugerir medidas apropriadas.

Apesar de uma grande força acadêmica e científica do Departamento de Geografia da Universidade de Chicago, conforme afirma EUFRÁSIO (1999, p. 36): “Assim, embora partindo de uma concepção ambientalista da Geografia, os geógrafos de Chicago se voltaram para um conceito de localização que veio a se situar no centro da tradição mais forte que caracteriza a Geografia do século XX.”

No Brasil, os estudos sobre uma visão geográfica dos problemas de violência e criminalidade não tiveram uma grande importância, surgindo poucos trabalhos anteriores à década de 1980 do século XX. BATELLA, DINIZ & TEIXEIRA (*Op. Cit.*, p. 23) afirmam que:

Apesar dos avanços nos estudos sobre o crime na perspectiva espacial, muito pouco se produziu sobre o aspecto teórico entre a Geografia e a criminalidade. Em geral, tais estudos incorporam as teorias e pesquisas desenvolvidas por sociólogos e criminologistas. Dentre essas teorias se destaca aquela com fundamentação sociocultural na busca de uma explicação para a diversificada manifestação espacial do crime.

Ainda sobre o início dos estudos sobre crime e violência com um enfoque geográfico no mundo como um todo, FELIX (*Op. Cit.* p.85) afirma que:

A Geografia do crime desenvolveu-se praticamente há duas décadas, quando os criminólogos SHUTERLAND e CRESSEY (1970) e o geógrafo PHILIPS (1972), resgataram a escola “cartográfica” ou “geográfica” de criminologia que existiu na França, na primeira metade do século XIX. Nela GUERRY (1832) mapeou os crimes franceses desde 1825, o que significa quase 150 anos se passaram até que a

pesquisa ecológica fosse retomada. Com novas fontes de dados oficiais nas taxas de crimes e suas variações no tempo e no espaço, SHUTERLAND, CRESSEY e PHILIPS forneceram um poderoso estímulo à pesquisa neste meio. Até então, as qualidades espaciais nas análises do crime eram tipicamente um subproduto da pesquisa criminológica.

Por essa ótica, verifica-se que a Geografia do crime evoluiu de uma Escola Francesa, que tinha por método a espacialização dos atos criminais, e depois, na década de 1970 do Século XX, sendo acrescida de novo impulso com a ajuda das novas técnicas de registros de ocorrências criminais e também recebeu ajuda dos avanços tecnológicos por quais os computadores estavam passando.

Após o estudo de MASSENA (*Op. Cit.*) foram identificados, no Brasil, os estudos de Geografia sobre criminalidade e violência de Suelli Andruccioli Felix, sendo sua dissertação de Mestrado intitulada Geografia do Crime: Análise da Bibliografia da Criminalidade numa Perspectiva Espacial. Em 2002 é publicado o livro Geografia do Crime: Interdisciplinaridade e Relevâncias, resultado da tese de doutoramento de Sueli Andruccioli Felix.

RODRIGUES (2004, p.77) nos coloca que, talvez, a grande questão da Geografia atual no Brasil, nos estudos sobre violência e criminalidade, é a de como “geografizar a violência urbana para compreender sua complexidade, sem cair no senso comum, nas informações da mídia?”.

A autora ainda, numa proposta de delimitação do espectro de estudos da Geografia, afirma que:

Um caminho para tentar compreender a violência urbana em sua geograficidade é verificar se são violências contra as pessoas, contra a propriedade pessoal ou contra os meios de produção que, muitas vezes atingem as pessoas, sejam as que ocupam terras, propriedades, sejam as que as defendem. Contra as pessoas há pelo menos dois grandes grupos: a violência doméstica e a violência da exclusão. Contra a propriedade são diversas as formas de expropriação da riqueza que, em geral, resultam na violência.

Essa questão nos traz a tona à complexidade do assunto, não sendo possível responder a todas as indagações utilizando apenas uma ou outra ciência para tentar

alcançar uma explicação, pois o tema é muito complexo e carece de uma interpretação multi e interdisciplinar. Sobre o assunto, QUEIROZ (2004, p. 97) afirma que:

Ao eleger a violência urbana como alvo de reflexão e debate assume-se de início não apenas um, exercício, mas, sobretudo um desafio, qual seja: o de produzir respostas urgentes e satisfatórias ao clamor da sociedade por compreensão e superação de um problema que se tornou, se não o mais agudo, um dos principais problemas sociais da atualidade. Esse tema cada vez mais ocupa lugar de destaque em pesquisas das ciências sociais, jurídicas e médicas.

Essa afirmação deixa claro que a Geografia ainda está em um ponto inicial no Brasil, no estudo da violência e da criminalidade, mas que no final do século XX e início do Século XXI, está crescendo, pois como afirmamos anteriormente esse problema necessita de uma explicação muito além dessa ou daquela ciência específica, até porque são inúmeros os fatores que contribuem para o surgimento do crime e da violência.

Atualmente encontramos um número crescente de grupos de pesquisas que tem interesse na temática da violência e da criminalidade urbana no Brasil, em especial, podemos citar Marcelo Lopes de Souza, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo produzido inúmeros artigos e livros procurando aliar os estudos sobre planejamento urbano ao tema crime e violência, junção esta necessária, pois não existiria razão em deixar de lado a questão ao se propor ações de mudanças no espaço urbano sem levar em consideração as questões referentes a esses problemas.

Já Rogério Haesbaert, busca em seus estudos e pesquisas demonstrar o elo entre a dinâmica criminal, exclusão social e o território, para um melhor entendimento da dinâmica social que essa categoria de análise da Geografia possui. Sobre a territorialização do crime e a substituição do Estado por grupos de criminosos em favelas, ele afirma que:

O enfraquecimento do Estado como agente de intervenção diante do processo avassalador e “sem fronteiras” de mercantilização da sociedade leva a muitas dessas redes ilegais a promover (re)territorialização próprias, muitas vezes como modo de

substituir o Estado, como ocorre com o narcotráfico nas favelas latino-americanas. Por outro lado, sua “clandestinidade” acaba alimentando a insegurança, a violência e a exclusão frente aos circuitos ditos legais da economia e da política (HAESBAERT, 2001, p.184).

Devendo lembrar o caráter multidisciplinar e interdisciplinar desse campo de pesquisa geográfico, onde os pesquisadores buscam nas diversas ciências, especialmente na Sociologia, pontos de apoio para nortear as discussões dentro de uma perspectiva geográfica.

A discussão sobre uma “Geografia do Crime” ainda parece incipiente no país, mas as discussões sobre o tema avançam, especialmente em virtude da necessidade atual de um melhor diagnóstico, especialmente no campo da Segurança Pública, em virtude da necessidade da compreensão de se estudar a distribuição espacial dos crimes urbanos para uma melhor alocação dos recursos para a repressão e prevenção de delitos.

LIMA (2009, p. 22 e 23) afirma em recente pesquisa, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em conjunto com a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sobre produção acadêmica no nível de mestrado e doutorado (teses e dissertações), o menor percentual de produção acadêmica, no período entre 1983 a 2006, está relacionada à grande área de Ciências Exatas e da Terra, com apenas 0,6% de produção acadêmica sobre segurança pública e violência, ficando concentrado esse tipo de estudo na sua grande maioria nas áreas das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas. Em que pese que alguns cursos de Geografia possam não estar vinculados à área de Ciências da Terra, observa-se uma produção extremamente baixa por parte da Geografia, não aparecendo em nenhum momento da pesquisa.

SOUZA (2008) chama a atenção para uma “Geografia do Crime”, também como um campo de estudo da Geografia, sendo que seria possível demonstrar como a violência e a criminalidade urbana, aliadas à crescente sensação de insegurança contribuem para essa fragmentação dos espaços urbanos, criando “áreas” em que o

poder público não tem como atuar¹⁴ de forma eficaz, de controle e redução dos conflitos, e que quando se propõe a atuar de forma a impor uma falsa ideia de ordem e controle, acabam por cometer inúmeras outras violências.

Dentro desse aspecto, a ciência geográfica tem muito a contribuir, não apenas no quesito de estabelecer uma distribuição espacial dos crimes e violências, mas contribuir também no entendimento de como esses fatos se originam e quais as consequências que eles geram, utilizando para isto uma interação com outras áreas do conhecimento científico.

¹⁴ Apesar de ser uma ficção, o filme “Zona de Crime” (Rodrigo Plá, México, 2007), demonstra como a criação de territórios segregados, seja pela população pobre, seja pela população rica, cria obstáculos para atuação do Estado. No caso da película mexicana, os policiais não podem entrar no condomínio para investigar um suposto crime, criando uma espécie de área livre para a atuação dos moradores.

1.3 A Relevância da discussão sobre território na Geografia atual e sua relação com a violência

Uma das questões mais importantes da atualidade para a Geografia Brasileira (e também para outras ciências) está centrada nas questões relativas ao território e as transformações que o conceito¹⁵ teve ao longo de toda a sua discussão científica, ou seja, em um período em que as fronteiras, de um certo modo, desaparecem em razão da globalização, outras surgem, em especial e na sua grande maioria, para aqueles que não foram beneficiados¹⁶ pela suposta livre circulação de tudo e de todos pelo planeta.

Para Valverde (2004, p. 119):

O estudo do território vem se constituindo em uma tradição do pensamento geográfico nos últimos 100 anos. Desde as proposições de Ratzel, inspiradas na ecologia, no romantismo alemão e no imperialismo do final do século XIX, esse conceito tem sido utilizado para conferir uma dimensão política de mobilidade e de competição à lógica espacial. Nesse sentido, qualquer discussão de Geografia que tenha o território como objeto deveria, primeiramente reavaliar as características essenciais desse conceito, na medida em que, no mundo atual, as dinâmicas de mobilidade e de competição se tornam cada vez mais desenvolvidas.

Essa questão passa por todo um debate, apesar de não ser totalmente inédita, pois já há muito tempo algumas áreas do conhecimento científico trabalham com essa

¹⁵ Sobre as modificações dos conceitos, CASTELLS (1983, p. V) afirma que: “Os instrumentos teóricos não tem fronteiras históricas nem geográficas. A teoria é única. Quando se fala em adaptar uma teoria, por exemplo, o materialismo histórico a situações distintas, quer dizer por um lado, que cada análise concreta é sempre específica, que se devem combinar de uma certa forma os instrumentos de que se dispõe com o fim de respeitar a especificidade histórica de cada situação, ao invés de adaptar toda situação nova a esquemas que tenham sido forjados em situações relativamente distintas. Por outro lado, trata-se também de lembrar que é necessário produzir constantemente, novos conceitos, descobrir novas leis, à medida que as condições históricas mudam. Se bem que é certo, ao mesmo tempo, que a produção de novos conceitos deve ser feita em continuidade com os conhecimentos teóricos e as leis históricas já estabelecidas; se não, não há ciência da história, e sim acumulação de descrições empíricas sempre particulares, isto é, empirismo e relativismo histórico.”

¹⁶ Ao consultar o atual mapa do mundo, vemos que, mesmo com o desenvolvimento tecnológico que supera distâncias, as fronteiras são mais numerosas e têm aumentado o número de nações que tomam consciência de suas necessidades territoriais. Com a tendência à homogeneização capitalista, a reação das minorias tem se feito ouvir de forma contundente. (SPÓSITO, 2004, P. 114).

questão, demonstrando a necessidade dos constantes estudos sobre velhos temas e conceitos geográficos, que não perdem a sua importância ao longo dos anos.

RAFFESTIN (1993, p. 143), utilizando-se das afirmações de Lefebvre (1978), diferencia espaço de território, ao afirmar que o espaço seria como “matéria prima”, ou algo a ser trabalhado e que resultaria na formação do território. Nesses termos, o autor afirma que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço. Lefebvre, mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si.

SOUZA (2001, p. 84), ainda sobre a origem do conceito de território, sugere uma tradição da geopolítica, nos estudos sobre o território, que contribui para os demais processos sociais, afirmando que:

O território surge, na tradicional Geografia Política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio, arquitetônico, “paisagem”). E mais: os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis – pois as fronteiras podem ser alteradas, comumente pela força bruta –, mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade *sócio-espacial*, identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território e, por tabela, com o poder controlador desse território (...) Não é de se surpreender, diante de tal rigidez, que essa visão tenha muitas vezes usado os termos *território* e *espaço* indistintamente, obscurecendo o caráter *político* do primeiro. Conforme já se antecipou, esse tipo de território sempre foi associado, no âmbito de um discurso evidentemente ideológico, em primeiro lugar ao recorte do “território nacional”, ou seja, a “região”, entidade espacial algo mistificada pela Geografia Regional labacheana no interior de um discurso ideológico que via o “território nacional” como um mosaico orgânico e harmônico de regiões “singulares”.

Nesse aspecto verifica-se que o território é o espaço habitado, local em que se desenvolvem as atividades sociais e econômicas dos grupos humanos, e também em que se exercem as relações de poder, sejam elas quais forem, inclusive através da imposição da força física, seja ela legítima (através do Estado) ou ilegítima (de pessoas contra pessoa ou mesmo por grupos de pessoas com intuítos diversos).

SANTOS (2005, p. 6) corrobora a afirmativa anterior ao discorrer sobre a herança do conceito de território e de como ele surge como objeto de estudos, demonstrando que:

Vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

Ainda para SANTOS (2005, *Op. Cit.*), a questão é que o território vai além de sua forma mais conhecida e ensinada, o território tem a função de ser resultado de ações e também tem que ser entendido como objeto, nunca desassociado das ações humanas.

Com relação ao entendimento do conceito de território e de sua complexidade de definição, CANDIOTTO (2004, p. 77) deixa claro que “os conceitos são complementares e interdependentes, porém cabe em qualquer pesquisa, eleger aqueles mais adequados à pergunta que se quer responder.”.

Nessa linha de discussão proposta por VALVERDE (*Op. Cit.*), tentar-se-á discutir nesse capítulo algumas questões relativas ao conceito de território e de como esse conceito, amplamente discutido na Geografia Brasileira da atualidade, sofre influência de atividades criminais ou ilícitas, e de como essas atividades interferem na formação de territórios ilegais dentro das cidades, áreas estas dominadas por grupos de pessoas envolvidas em atividades criminosas, pelo medo ou apenas dominados pela sensação de insegurança que atualmente atinge cada vez mais pessoas no mundo.

SOUZA (2005, p. 4), ao discutir a idéia de Milton Santos sobre o território usado como uma resultante do espaço geográfico, escreve que:

Para Milton Santos o território usado se constitui em uma categoria essencial para a elaboração sobre o futuro. O uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. O lugar é proposto por ele como sendo o *espaço do acontecer solidário*. Estas solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros, para citar alguns. Mas a solidariedades pressupõem coexistências, logo, pressupõem o espaço geográfico.

SAQUET (2007, p.27), citando Jean Gottmann, demonstra que a discussão sobre o território já era intensa no século XV, sendo evidentes as questões ligadas ao controle de terras, e que no decorrer da história, fica reforçada a questão da soberania vinculada aos Estados ou reinos. Fica evidente que, apesar da atualidade da discussão sobre território na Geografia Brasileira, ela não é inédita em outros países e também em outras ciências.

FRAGA (2007, p. 12) citando RAFFESTIN (1980) sobre a gênese do território e o diferenciando do espaço enquanto categoria de análise da Geografia, afirma que:

O território se forma com o espaço e é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático. Ao se apropriar de um espaço, o ator territorializa esse espaço. A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam, como rodovias, canais, ferrovias, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas, podem ser resumidos pelo autor como a prisão que os homens constroem para si.

Essa afirmação nos leva a entender que o processo de transformação do espaço em território é uma transformação que propõe uma violência, no sentido de aprisionar o homem à sua própria criação.

HAESBAERT (*apud* FRAGA, 2007, p.20) deixa claro que o conceito de território não estaria vinculado unicamente à tríade cultura, política e economia, e sim permeado por um sem número de relações sociais interagindo com a natureza, ficando evidente que inúmeros outros fatores são contribuintes para a delimitação de um território,

inclusive as dinâmicas criminais e as ações violentas, que irão moldar determinadas áreas, sejam elas urbanas ou rurais.

Nessa linha de pensamento, HAESBAERT (2004, p.87) afirma que “(...) o território é um desses principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço.”, demonstrando que as relações sociais estão intimamente ligadas ao território, seja ele qual for e independente da forma que for delimitado.

SOUZA (*Op. Cit.*, p. 86) cita que:

Outra forma de abordar a temática da territorialidade, mais abrangente e crítica, pressupõe não propriamente um descolamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, mas uma flexibilização da visão do que seja território. Aqui, o território será um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*).

Nessa perspectiva, a delimitação do território (ou de um território) como categoria de estudos de uma “Geografia da Violência” (ou “do Crime”) pode ser o ideal para entendermos toda a dinâmica criminal de determinadas áreas, porém não excluindo os demais conceitos geográficos, em especial o conceito de “rede” que nos parece primordial, tendo em vista que qualquer ação criminosa ou de violência está inserida em uma lógica estrutural de base econômica e que possui uma lógica global¹⁷.

Para FERREIRA & PENNA (*Op. Cit.*, p. 156), a discussão entre a Geografia, violência e crime, resultaria inevitavelmente em uma discussão sobre o território e suas interações dentro de seus limites:

A espacialização das ocorrências permite aos órgãos de segurança pública vigiar e punir crimes, mas não é suficiente para combater a onda de violência que assola

¹⁷ Por trás da ascendência política das redes criminosas globais está uma dinâmica de globalização poderosa, ainda que geralmente menosprezada. (...) as mudanças na década de 1990 não apenas fortaleceram os criminosos, como, ao mesmo tempo enfraqueceram as instituições encarregadas de combatê-los. O sucesso das redes criminosas baseia-se tanto na mobilidade internacional como em sua habilidade de se beneficiar das oportunidades brotadas da separação dos mercados (...) (NAÍM, 2006, p. 18).

nossas cidades porque não chega às suas raízes. Aqui se pretende uma outra categoria de análise que é a territorialização da violência no espaço urbano: a produção do espaço da violência: o território da violência.

Numa mesma linha de raciocínio, PEDRAZZINI (2006, p. 32) argumenta que o “território forma-se a partir de suas divisões sociais.” demonstrando que as más condições sociais em que vivem as populações de periferia e moradores de favelas contribuem para uma territorialização do crime. Ainda sobre a apropriação territorial do crime no Rio de Janeiro, BRAGA *et. al.* (2008, p. 16) ressalta que:

A territorialidade do crime, nestes termos, é a expressão espacial das práticas dos grupos criminosos. A sua forma, contudo, varia de grupo a grupo, bem como os mecanismos utilizados no processo de territorialização, ou, em outros termos, de apropriação e domínio do espaço. O peso atribuído a referências simbólicas na demarcação das fronteiras e limites, bem como o uso da força e da coação, são estratégias que os grupos criminosos lançam mão nesses processos. Outros mecanismos, mais sutis, como a popularidade de um indivíduo ou grupo também podem servir de suporte a territorialização, garantindo legitimidade sobre dominada frente aos seus ocupantes ou vizinhos. No caso do Rio de Janeiro, observa-se que os grupos criminosos atuantes no ramo do comércio varejista de drogas qualificadas como lícitas, normalmente denominado de “tráfico de drogas no varejo” ou simplesmente “tráfico de drogas”, fazem uso de recortes espaciais específicos para sua atuação. Esses recortes espaciais ocorrem, em particular, a partir do domínio territorial das favelas e outros espaços pobres e segregados da cidade, favorecendo-se de características específicas dessas localidades, sendo a mais importante a baixa participação do Estado como regulador e garantidor de direitos.

Cabe ressaltar que essas estratégias e táticas de dominação territorial não são exclusividades de grupos criminosos na concepção da palavra, uma vez que o Rio de Janeiro vive hoje com vários bairros sob o domínio de milícias¹⁸. Sobre esse caso BRAGA *et. al.* (*Op. Cit*, p. 19) demonstra que:

A dominação das milícias se dá por meio de monitoramento e controle permanente sobre a comunidade, de modo que qualquer iniciativa está sempre sujeita à deliberação e aos interesses do grupo dominante. Isso implica mecanismos de coação da população, incluindo a coação armada, ainda que de forma mais velada que a do

¹⁸

As Milícias no Rio de Janeiro são grupos de policiais militares, policiais civis e bombeiros, bem como de ex-funcionários dessas instituições que se organizam em grupos para enfrentar a dominação dos traficantes, porém começam a buscar em atividades ilícitas das mais variadas, lucro e geralmente também se envolvem no tráfico de drogas (CANO, 2008).

tráfico. Com isso, o morador não fica totalmente livre do convívio com armas de fogo em suas ruas, embora sua exposição seja menos ostensiva.

Demonstrando com isso quão fraco é o Estado no que tange ao uso legítimo da força nessas áreas, que muitas vezes só é visto na forma de ocupações policiais ou militares¹⁹. Ainda sobre a necessidade de dominação de territórios através da força para a obtenção de lucro através do tráfico de drogas em favelas da Cidade do Rio de Janeiro, DOWDNEY (2003, p.79) afirma que:

Em razão de sua rede de becos, de pontos de acesso restrito e do fato de que muitas estão situadas em morros, as favelas são geograficamente convenientes do ponto de vista da defesa militar. O aumento da vigilância e sistemas de alerta antecipado, baseados em *olheiros* bem posicionados, surgiram com o crescimento das disputas territoriais entre facções. A intensificação de tais disputas anos 80 também foi responsável pela militarização das estruturas locais das facções e pela introdução do soldado da facção, especificamente para a defesa territorial e contra invasões. (...) Assim a favela oferece as facções vantagens territoriais e também a possibilidade de domínio sociopolítico sobre a comunidade. Em ambos os casos, seus objetivos basicamente econômicos são facilitados.

A partir dessa análise, verificamos que a dinâmica criminal e de violência em determinadas áreas de cidades, promove uma idéia de territorialização, pois está imbuída dos conceitos básicos utilizados para delimitar essa categoria de estudos da Geografia.

O território passa a ser um tema importante na discussão geográfica sobre violência e criminalidade urbana, pois é nele em que as relações de poder sejam os poderes do Estado, através das instituições policiais²⁰, procurando reprimir os grupos de criminosos, ou esses grupos de criminosos, impondo seu poder através da violência e do terror.

¹⁹ As áreas residências dos morros do Rio de Janeiro, em especial, tem sido por diversas vezes ocupado por forças militares do Exército e Marinha (Fuzileiros Navais) sob diversos pretextos, seja para manter uma relativa paz para eventos internacionais (ECO 92 – Operação RIO) ou para a recuperação de armas furtadas ou roubadas dos inúmeros quartéis das Forças Armadas que existem na cidade. Para um melhor entendimento da participação das Forças Armadas brasileiras nas questões relativas à segurança pública, ver RESENDE (1995) e ZAVERUCHA (2005).

Essa é a política de dominação dos territórios conflagrados nas grandes cidades brasileiras, quando em um momento o Estado ocupa através das polícias, mas não permanece e se permanece impõe a ordem através da violência, e em um outro momento, no vácuo deixado pelo Estado, os grupos criminosos ocupam e impõe outro tipo de terror, mas não diferente do grupo anterior, nesse caso, o Estado.

Sendo que essas contradições territoriais, ou até mesmo espaciais, urbanas, sejam segregadoras através das violências e do crime, ou mesmo por questões socioeconômicas, que nascem de um processo de formação sócio espacial baseado em uma urbanização acelerada e sem planejamentos que visem o bem comum.

Nesse aspecto, a produção de territórios e espaços segregados pela violência tem o seu nascimento em um processo extremamente complicado de formação dos espaços urbanos e que contribuem para a formação de territórios urbanos conflagrados e sob domínio de grupos que buscam explorá-los do ponto de vista econômico através da imposição da força física.

Para buscar um entendimento dos processos de formação de territórios e espaços segregados pela violência e sua utilização do ponto de vista da exploração econômica ilegal, é necessário entender os processos de evolução urbana das cidades brasileiras, o que será visto no capítulo a seguir.

²⁰ As instituições policiais no Brasil também trabalham, em sua grande maioria, com a imposição do terror para com as populações mais pobres e das periferias, empregando ainda a tortura, seja ela física ou psicológica, além, é claro, da violência letal nas suas ações. (SOARES, 2006, p. 200).

CAPÍTULO II

URBANIZAÇÃO E VIOLÊNCIA

2.1 . Urbanização, criminalidade e violência: relações?

A metropolização de uma grande quantidade de cidades no Mundo e também no Brasil, em especial após a 2ª Guerra Mundial, marcado por uma ruptura entre o modelo de produção agrário e o início da formação de uma indústria de base (SANTOS, 1994), gerou a impossibilidade de gerir com qualidade todos os problemas, criando lacunas que nos parecem irreversíveis diante do quadro extremamente complicado e desorganizado do modelo atual de urbanização²¹.

Esse processo de metropolização não ocorre apenas no Brasil, sendo uma constante nos países do então chamado “terceiro mundo” (ou países pobres), conforme SILVEIRA (2008, p.18):

Em meados do Século XX, a transição demográfica ganhou feições revolucionárias em vários países da periferia e foi acompanhado de intensas migrações. Os processos de urbanização e de metropolização foram acelerados, atingindo taxas de crescimento urbano da ordem de 4,8% entre 1950 e 1960 para o conjunto de nações do mundo pobre. O mesmo indicador era de menos da metade (2,3%) para países desenvolvidos no mesmo decênio. Já entre 1970 e 1980, enquanto o primeiro conjunto de nações revelava uma taxa de crescimento urbano de 4,1%, o segundo mostrava uma importante desaceleração, com 1,3%.

Nesse conjunto de países pobres estão inseridos os países da América Latina, demonstrando que as taxas de crescimento urbano não apresentaram desaceleração significativa (menos de 1% em vinte anos). SILVEIRA (*Op. Cit.*) coloca como causas desse processo, o seguinte:

²¹

O Brasil apresentou uma profunda modificação a partir da 1970 do século XX, registrando uma maior concentração populacional nas cidades, concentração esta que deixou a mostra toda as mazelas sociais imagináveis, em especial a enorme pobreza contrastada com a riqueza, sendo que esta situação é um fato comum em toda a América Latina e demais países em desenvolvimento. (SANTOS, *Op. Cit.*)

A diminuição da mortalidade, graças à luta contra doença e a morte, e a alta natalidade, em virtude da organização sanitária, da melhoria dos transportes e das condições de vida, contribuíram para essa aceleração. Esse processo, que se completa em uma ou duas décadas no Terceiro Mundo, havia demorado longos anos na Europa. Por outro lado, a destruição das estruturas agrárias provocou importantes migrações e, assim, algumas cidades do mundo subdesenvolvido receberam importantes contingentes de população, que reforçaram as centralidades nacionais e regionais.

Com uma visão muito mais coerente sobre o crescimento urbano mundial, DAVIS (2006, p. 13) afirma que:

A Terra urbanizou-se ainda mais depressa do que prefira o Clube de Roma em seu relatório de 1972, *Limits of Growth* [Limites do crescimento], sabidamente malthusiano. Em 1950, havia 86 cidades no mundo com mais de 1 milhão de habitantes; hoje são 400, e em 2015 serão pelo menos 550. Com Efeito, as cidades absorveram quase dois terços da explosão populacional global desde 1950 e hoje o crescimento é de 1 milhão de bebês e migrantes por semana. A força de trabalho urbana do mundo mais que dobrou desde 1980, e a população urbana atual de 3,2 bilhões de pessoas é maior do que a população total do mundo quando John F. Kennedy tomou posse. Enquanto isso, o campo, no mundo todo, chegou à sua população máxima e começará a encolher a partir de 2020. Em consequência, as cidades serão responsáveis por quase todo o crescimento populacional do mundo, cujo pico, de cerca de 10 bilhões de habitantes, espera-se que aconteça em 2050.

Essa afirmação, que explica a intensa urbanização a nível mundial, o mesmo processo por qual passa o Brasil. Kowarick (1993), no sentido de buscar um entendimento da evolução da rápida, desordenada e caótica da urbanização nas cidades brasileiras, em uma análise sobre a vida urbana em São Paulo, chama-nos a atenção para a falta de oportunidades na área rural do país, deixando a míngua gerações e mais gerações de brasileiros, levando a migração para os grandes centros urbanos em busca de novas oportunidades.

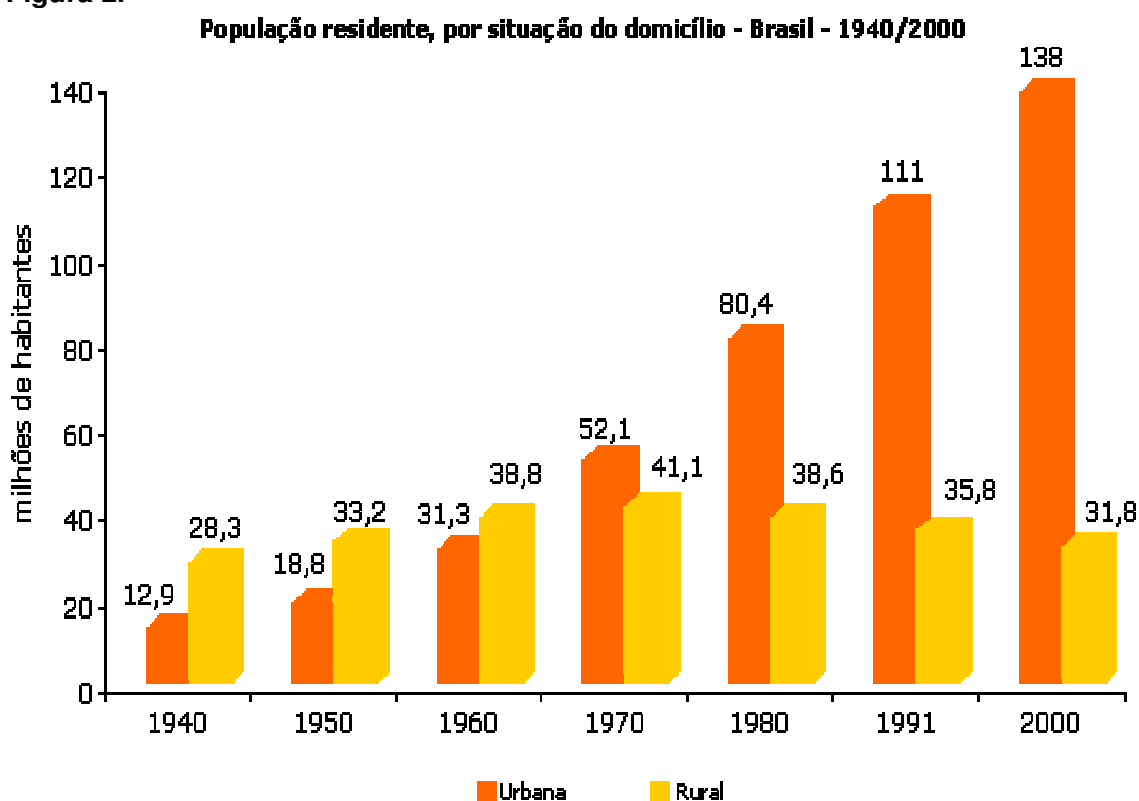
Ainda que possam parecer diferentes conceitos, urbanização e crescimento urbano possuem características diferentes. Nesse sentido CLARK (1991, p.61), sobre as diferenças de características desses conceitos, afirma que:

O desenvolvimento urbano é o processo de emergência de um mundo dominado pelas cidades e pelos valores urbanos. É importante, todavia, assinalar uma distinção clara entre os dois processos principais de desenvolvimento urbano: crescimento urbano e

urbanização. O crescimento urbano é um processo espacial e demográfico e refere-se à importância crescente das cidades como locais de concentração da população numa economia ou sociedade particular. Isso ocorre quando a distribuição da população deixa de estar largamente assentadas em lugarejos e aldeias para estar predominantemente em vilas e cidades. A urbanização, por outro lado, é um processo social e não espacial que se refere às mudanças nas relações comportamentais e sociais que ocorrem na sociedade, como resultado de pessoas morando em cidades. Essencialmente, isso refere-se às mudanças complexas do estilo de vida, que ocorrem do impacto das cidades sobre a sociedade.

O autor ainda deixa claro que os dois termos tiveram um uso equivocado, sendo que o termo “urbanização” foi amplamente usado para descrever tanto o crescimento das cidades como o impacto das cidades sobre a sociedade.”.

Figura 2.



A figura 2 nos demonstra a evolução da mudança da população urbana e da população rural no Brasil. Demonstrando como as décadas de 1960 e 1970 foram o divisor de águas com relação à mudança demográfica da população brasileira,

deixando de ser rural para uma população urbana e que chega à virada do milênio absurdamente concentrada nas cidades e com um volume considerável nas regiões metropolitanas²².

Ainda discorrendo sobre urbanização, CLARK (*Op. Cit.*, p.125) acrescenta que:

A urbanização é a mudança social em grande escala. Ela significa transformações profundas e irreversíveis que afetam cada aspecto da vida social e urbana e todas as seções da sociedade. Há pequenas dúvidas de que tais mudanças foram iniciadas pelo crescimento explosivo das grandes cidades, que se iniciou no final do século XVIII.

Ainda sobre as mudanças nos padrões urbanos na América Latina, SINGER (1998, p.63) coloca que:

Os últimos dados censitários estão revelando que continua de forma intensa, a migração rural-urbana em quase todos os países da América Latina. As grandes tensões sociais, que se supunha existirem no campo, estão sendo aparentemente levadas pelos imigrantes às cidades. A população urbana cresce aos saltos, os serviços urbanos, principalmente o da habitação, atendem cada vez mais precariamente as necessidades do público, e os sinais exteriores de miséria – mendicância, prostituição, comércio ambulante etc. – se multiplicam. Tudo isso vem alimentar a controvérsia sobre a urbanização nos países não desenvolvidos, cujas características sociais nefastas ocasionam um pessimismo que vai adquirindo diferentes tonalidades ideológicas conforme as preferências do autor. Há os que atribuem os “males” da urbanização ao excessivo crescimento demográfico, à falta de reforma agrária, ao caráter demasiadamente avançado da tecnologia industrial e assim por diante.

Nessa linha de pensamento, Tabak (1979, p.68), ao discorrer sobre a urbanização e as mudanças decorrentes desse fator, afirma que:

Existe um consenso generalizado de que o aumento do número de habitantes numa determinada área introduz modificações sensíveis nas relações que se estabelecem entre as pessoas e no próprio caráter da comunidade. Além disso, o aumento da densidade populacional reforça ainda mais o efeito anterior, pois contribui para diversificar as atividades desenvolvidas, o que torna as cidades mais complexas.

²²

No último decênio, a população das sete principais regiões metropolitanas (RMs) oficiais saltou de 37 milhões para 42 milhões de habitantes; em suas periferias, a taxa de crescimento chegou a 30%, enquanto nas áreas urbanas mais centrais não ultrapassou 5% e nas áreas nucleares houve um processo de diminuição da população residente. (RIBEIRO, 2004, p. 9).

Dessa forma fica evidente a mudança nos padrões de relacionamento em virtude do aumento populacional e de sua concentração em áreas urbanas, especialmente considerando a grande concentração demográfica em espaços urbanos reduzidos, como ocorre em um grande número de cidades brasileiras.

Nesse contexto, entende-se que existe uma relação entre a falta de infraestrutura urbana básica para atender o elevado número de migrantes e também a falta de perspectivas de melhoria de vida, pois o Brasil parece ainda viver preso ao seu passado, como afirma MARICATO (2000, p. 21):

A urbanização da sociedade brasileira tem contribuído, sem dúvida, a um caminho para a modernização, mas, ao mesmo tempo, vem contrariando aqueles que esperavam ver, nesse processo, a superação do Brasil arcaico, vinculado à hegemonia da economia agro-exportadora. O processo de urbanização recria o atraso a partir de novas formas, como contraponto à dinâmica de modernização.

Diante dos aspectos de mudança nos padrões de urbanização, aumento da população urbana e do aumento da sensação de insegurança gerada pela violência e criminalidade das cidades, entende que os geógrafos têm uma área a ser explorada com maior profundidade.

Com relação a uma análise geográfica dos processos sociais que geram crimes ou algum tipo de violência física nas cidades, QUEIROZ (*Op. Cit.* p.98) coloca que:

Refletir sobre a violência e sobre suas nuances geográficas impõe-se como exercício obrigatório para quem pretende compreender a dinâmica atual da urbanização. A violência que atinge cidades brasileiras deixou de ser um fenômeno localizado e ganhou *status* de problema nacional. Essa situação tem desencadeado na sociedade urbana um sentimento desmesurado de medo, colocando-a em permanente estado de alerta. Em resposta, ocorrem mudanças significativas no cotidiano das cidades, pela redefinição de atividades, fluxos e comportamentos, portanto, no modo de vida urbano.

O crescimento das cidades e modificação da característica da população mundial e, conseqüentemente, o aumento das taxas de violência e criminalidade nas grandes cidades transmitem cada vez mais uma enorme sensação de insegurança e medo, mas

ao verificarmos relatos e estudos sobre outras épocas da humanidade, verificamos que ela não é uma característica atual apenas das cidades brasileiras e sim uma característica mundial, mantendo-se as devidas características culturais, econômicas e sociais de cada país, região e até mesmo de cada época.

Tuan (2005, p.231 a p.278) discorre sobre os inúmeros problemas encontrados nas cidades da Europa e da Ásia na Idade Média, e especialmente sobre a criminalidade, em especial ao cair das noites. Sobre Londres, Tuan (*Op. Cit.*) ainda relata que:

Os criminosos agiam impunemente no centro de Londres. Além disso, grandes setores da metrópole estavam completamente dominados por eles. Não somente cidadãos comuns, mas também policiais hesitavam em se aventurar nessas áreas deterioradas, conhecidas como *alsácias* no século XVIII e como *rookeries* cem anos mais tarde.

Com relação ao sentimento de insegurança em épocas passadas, QUEIROZ (*Op. Cit.*, p.98), citando McNEIL (1994) também afirma que:

A violência, no entanto, não é algo peculiar à nossa época ou à nossa sociedade. Em todas as sociedades, em todas as épocas ocorrem ações que se podem caracterizar como violentas, pois apelam para o uso da força bruta, seja por meio de que instrumento for, em vez de apelar para o consentimento. Como evidencia o diário de James Boswell, na Londres do século XVIII, a violência criminosa era de tal ordem que as pessoas raramente ousavam andar pelas ruas à noite sozinhas ou desarmadas. E, no século XIX, na fronteira norte-americana, os indivíduos defendiam a vida, a propriedade e a reputação, atirando primeiro e apelando para a justiça depois.

Dentro dessa perspectiva histórica da violência e corroborando os autores anteriormente citados, COSTA (1999, p. 5) também afirma que:

Michaud (1989) argumenta que a violência e aquilo que as sociedades consideram como tal variam de uma cultura e de uma sociedade para outra, e também conforme o momento histórico vivido. Nos anos 50 e 60 do presente século, assistimos, por exemplo, a uma série de revoltas, ou de guerras civis contra governos ditatoriais. Numerosos intelectuais passaram a defender o direito dessas populações de se revoltarem contra a violência de um Estado preocupado apenas em garantir o interesse privado dos grupos dominantes ou então de um Estado colonial opressor das

populações a ele submetidas (Michaud, 1997). É clássico, nesse sentido, o prefácio escrito por Sartre para o livro de Fanon (1961). Uma violência purificadora e libertadora do proletariado também foi festejada no início do século por Sorel (1993), para quem a violência exerce um papel criativo fundamental na história e permite a negação revolucionária da ordem existente. O proletariado, através da violência, segundo este autor, deve impedir o avanço dos burgueses através da "brutalidade mais inteligível" (Sorel, 1993:214). Portanto, a violência, para esses intelectuais, era vista como algo que abala o mundo da burguesia e que, ao introduzir o desregramento, o caos, contribui para a criação de um novo tipo de sociedade.

COSTA (*Op. Cit*) demonstra com essa afirmação que a percepção de que o mundo atual é mais violento pode estar vinculada à percepção de cada geração, sendo não raro ouvirmos das pessoas de mais idosas que “no tempo deles as coisas eram diferentes”, demonstrando a percepção de cada pessoa sobre sua geração²³.

As violências que hoje (e que cada vez mais são veiculadas na mídia de forma repetitiva) acontecem, possuem apenas uma nova forma e novas de desencadeamento, ou seja, a violência possui apenas uma nova percepção, possuindo um novo formato suprido por uma sociedade cada vez mais balizada por instrumentos de comunicação de massas e que não medem esforços em transmitir desgraças, formando uma sensação de insegurança muito maior do que a real.

Os seres humanos, durante a sua evolução, estiveram à frente de tipos diferenciados de violência (WIEVIORKA, 1997), fatos estes que foram sofrendo transformações e modificações pelas condições de modernidade em que a humanidade vive atualmente.

Ainda na idéia transmitida por Wieviorka (*Op. Cit.*), observa-se que a sociedade atual se depara com violências que decorrem da “não-relação social” aliada à “exclusão social, eventualmente carregada de desprezo cultural ou racial”, tendo como exemplos brasileiros, ataques a pessoas baseados em critérios étnicos e classes sociais²⁴.

²³ Essa afirmação aparece nas conversas com as pessoas mais velhas, numa espécie de afirmação de que o tempo passado seria melhor e que a atualidade é “mais perigosa”, sendo forjado na vida cotidiana, fruto da vivência pessoal de cada pessoa e de suas experiências de vida.

²⁴ Ataques violentos a pessoas por questões relacionadas à cor da pele, orientação sexual e por suas condições econômicas desfavoráveis são fatos cotidianamente relatados pela imprensa em todo o Brasil. Índios são assassinados queimados porque são confundidos com mendigos, empregadas

Nessa análise, Wieviorka (*Op. Cit.*) consegue de forma clara uma explicação até certo ponto cabível quando verificamos o aceite de determinadas parcelas da sociedade no uso de violência para o combate à criminalidade e que os agentes do Estado devem utilizar quaisquer meios para atingir certa “pacificação” ante a crescente sensação de insegurança que permeia as grandes cidades do mundo e por que não falar do medo por que passa a sociedade ocidental como um todo.

Martuccelli (1999) chama também a atenção para o fato de que a violência e a modernidade são por demais entrelaçadas, dando a ideia de que estaríamos em um possível retorno da “barbárie na civilização”. Além desses fatores, VERONA (2006, p.15) discorrendo sobre urbanização e criminalidade, afirma que:

A urbanização acelerada é produto da revolução industrial, em particular da chamada revolução científico-tecnológica, ocorrida na segunda metade do século XX e que configuraria o mundo, já na passagem para o século XX, tal qual hoje o conhecemos: a eletricidade, os derivados do petróleo, os veículos a motor de combustão interna, as indústrias químicas, os transportes urbanos, interurbanos e intercontinentais, o rádio, a fotografia, o cinema, o fonógrafo, mais tarde, na década de 20, a televisão e os grandes parques de diversão e lazer destinados ao entretenimento de uma população de trabalhadores, cada vez maior nas cidades, vivendo das novas formas de trabalho próprias da economia industrial. A consolidação dos princípios neoliberais da economia – cujo fundamento tecnológico viria a ser dado pela microeletrônica e por suas amplas aplicações, inclusive no domínio das tecnologias da informação, fundamentais para o processo de transnacionalização dos interesses do capital financeiro, fenômeno que passou a ser conhecido como globalização. De fato, estamos pela primeira vez na história da humanidade, na iminência de vermos, nos próximos anos deste início de século, a população das cidades superar a população do meio rural, sendo que em

domésticas são espancadas porque foram confundidas como prostitutas e diversas personalidades se divertem arremessando ovos em transeuntes de Copacabana, deixando a impressão de que no Brasil existem algumas classes que podem ser humilhadas, espancadas e mesmo assassinadas, pois são inferiores e não são portadoras dos mesmos direitos (**“Nova diversão na Zona Sul: jogar ovos pela janela - Agência JB - RIO - Depois de espancar diaristas, agredir prostitutas e queimar mendigos, os jovens de classe média parecem ter descoberto outra forma de “diversão”. A nova brincadeira entre os alguns moradores da Avenida Vieira Souto, em Ipanema, - um dos metros quadrados mais caros da cidade - é jogar ovos das sacadas dos milionários apartamentos. Pedestres ou carros, não importa o alvo. Dois vídeos veiculados no site “Youtube” mostram a satisfação dos jovens com o ato de vandalismo. Nas imagens, a socialite Narcisa Tamborindeguy e João Eduardo Brizola, neto do ex-governador Leonel Brizola, aparecem jogando ovos pela janela.”**). O diretor da TV Globo, J.B. de Oliveira, o Boninho, também é visto na gravação afirmando que já “acertou muita vagabunda”.

- Já taquei muito ovo pela janela. Já acertei muita vagabunda em São Paulo – afirma Boninho, que depois dá a receita: - Bota éter dentro do ovo e espera uns três dias e fica beleza. (grifos do autor) Fonte: <http://jbonline.terra.com.br/extra/2007/08/02/e020815590.html>. Acesso em 01/12/2008.

2025, segundo projeções da ONU, essa inversão já mostrara um índice populacional de 61% concentrado em espaços urbanos.

Ainda sobre as causas da violência urbana e sua relação com a urbanização, PEDRAZZINI (*Op. Cit*, p. 23) coloca que:

A violência urbana não é um fenômeno isolado: a urbanização caótica, a densificação ou a privatização dos espaços públicos, a segregação social e racial leva a considerar as atividades informais e ilegais, violentas ou não, como indicadores de uma transformação mundial da civilização urbana.

Com isso, entende-se que violência urbana passa a ser uma mercadoria a ser comercializada pelas corporações midiáticas, não levando a uma discussão mais ampla, apenas favorecendo o que Glassner (1997) chama de cultura do medo, que desvia o foco dos verdadeiros problemas que se tem nas cidades, criando uma ideia distorcida de quais seriam realmente os problemas e quais os caminhos para soluções.

Essa cultura “do medo” nos parece estar alicerçada também em uma “cultura de violência”, baseada em estereótipos ou imagens repassadas cotidianamente pela mídia. Sobre essa questão, ROCHA (2009, p. 89) afirma que:

Estas imagens e “representações”, ainda que polissêmicas e difusas, estão hiperpresentes e são uma moeda de troca na vida cotidiana, condensando-se, em alguns momentos, em manifestações violentas visibilizadas, auto-referentes, no registro destas cenas e incorporando-se, de forma indireta, na ordenação visual, espacial e temporal das cidades. A violência remete, neste caso, a vestígios de uma “cena” anterior, suposta ou efetiva, seja como defesa contra a ameaça da violência, seja para facilitar a sua prática.

Dentro desse aspecto, PEDRAZZINI (*Op. Cit*, p. 99), sobre o medo nas cidades, corrobora afirmando:

Os fenômenos de violência das grandes cidades e o sentimento de insegurança de seus habitantes são indicadores e fatores de uma transformação radical do espaço urbano. A “reconquista” da segurança individual e coletiva nas cidades do Norte e do Sul realiza-se por meio da luta contra os atores da violência urbana e os responsáveis pela “insegurança”, favorecendo a criação de um mercado atrativo. O problema não se

restringe às grandes cidades e não aparece fundado em situações reais, pois observamos o sentimento de insegurança invadir cidades médias e pequenas, inclusive aquelas onde não foram constatados incidentes violentos recentes, mas que se encontram expostas à globalização desse sentimento urbano, hoje também perceptível em meio rural.

Verifica-se então uma modificação nas relações entre os indivíduos em virtude dos processos de urbanização, aliado a um padrão de consumo que a nossa sociedade atual passa, deixa claro que a vida já não parece ter o mesmo valor e transforma a percepção das pessoas em relação aos demais moradores da cidade, considerando aqueles moradores de áreas de favelas ou das periferias como inimigos, ou como afirma PEDRAZZINI (*Op. Cit*, p. 100) “acentua a distância com o outro, com o pobre, o “novo bárbaro”, a figura do inimigo em suas diversas variantes.”.

2.2. Brasil urbano: entre a construção da cidadania e a violência

Apesar de o Brasil ser considerado um Estado Democrático de Direito, legalmente constituído e baseado em uma constituição denominada “Cidadã”, as instituições do sistema de justiça criminal, em especial as organizações policiais, que atuam diretamente com a população, não acompanharam com a devida transparência e rapidez às mudanças que a nova Constituição Federal²⁵ propôs no âmbito da proteção da dignidade humana.

Essa situação fica evidenciada para a sociedade civil em geral, trazendo a tona a ineficiência e total despreparo das instituições policiais na resolução dos mais variados tipos de crimes, interferências em conflitos sem violência letal e falta de preparo para proteger os cidadãos que mais necessitam e que na sua totalidade são tratados como possíveis suspeitos²⁶, alimentando uma espiral sem fim da violência urbana, que atingem em geral as populações periféricas, pobres e negras (PINHEIRO, 1997; MORAES & GARCIA, 1999), fazendo com que esse círculo de violência não se rompa e cada vez mais cresça.

DA SILVA (1999, p. 117), ao estabelecer uma crítica ao discurso sobre criminalidade violenta no Brasil, propõe que:

²⁵ Nesse sentido, Jessé de Souza (2003), afirma que o povo brasileiro não teria a sua cidadania plenamente exercida e nomeia essa situação de “subcidadania”, pois mesmo com a existência de inúmeras garantias constitucionais individuais, uma grande parcela da população ainda não tem os seus direitos elementares respeitados.

²⁶ Dentre as práticas comuns de manutenção desse estado de suspeição constante podemos verificar as revistas de suspeitos mais pelas suas características físicas e de suas vestes e também as práticas militarizadas de policiamento ostensivo chamadas de RONDAS, em sua maioria caracterizada por viaturas ou 4 ou 5 policiais esquadrinhando o espaço em busca de pessoas suspeitas, baseadas única e exclusivamente nos conceitos e experiências de cada policial (FERNANDES, 1989).

Para um melhor entendimento dessa polícia que atua em grupos, utilizando camionetes e que possuem uma enorme letalidade nos confrontos com civis (ver BARCELLOS (2002)).

A questão da criminalidade violenta nas grandes cidades é um dos eixos centrais de um quadro de referência que opõe dois momentos, em uma periodização cujo marco é quase sempre a virada para os anos 70. Ela se baseia na percepção da diferença entre passado, quando o crime era vivido como um problema menos angustiante, e o presente, período em que a criminalidade se torna progressivamente mais violenta e organizada. Ou seja, produz-se um corte temporal em que o passado se caracterizaria, não pela ausência de condutas criminosas, mas por seu encapsulamento enquanto ações isoladas e intersticiais, e o presente corresponderia a um momento em que essas práticas se organizam em empreendimentos coletivos e permanentes, evidenciando dificuldades inusitadas de manutenção da ordem pública que tornam dramaticamente insegura a vida cotidiana.

Sobre os danos causados pela violência urbana na sociedade brasileira, em especial sobre a população jovem, CANO & RIBEIRO (2007, p. 51) afirmam que:

A violência urbana desponta nas últimas décadas como um dos principais problemas dos grandes centros urbanos brasileiros. Nos últimos anos, ela passou a integrar agenda pública, se fazendo presente no cotidiano das pessoas, nos meios de comunicação e nos debates políticos. No conjunto do país, a violência se destaca como uma das principais causas de morbidade e de mortalidade entre a população jovem e como fator que amplia o desequilíbrio demográfico contra os homens, principais vítimas. Por outro lado, apresenta-se como um severo problema econômico, tanto para as famílias que perdem o principal provedor de renda quanto para a sociedade como um todo, em função da perda de capital humano e dos gastos que vão do tratamento médico até o investimento em prevenção e repressão. A violência impõe ainda um alto custo em termos socioculturais e políticos: espalha o medo, alterando os hábitos das pessoas que dela tentam se proteger, e estimula atitudes irracionais e agressivas na tentativa de estancá-la. Assim, a violência possui a propriedade perversa de perpetuar-se, pois tende a provocar reações igualmente violentas que realimentam o círculo vicioso.

A manutenção de enclaves autoritários em diversos postos civis da administração estatal (federal, estadual ou municipal) no Brasil (ZAVERRUCHA, 2000) contribui para a não adoção efetiva de uma política de segurança pública voltada para a defesa dos indivíduos, mas apenas para a manutenção da Ordem Pública, desprezando a ideia de que as instituições policiais devem ser um elemento de resolução pacífica de conflitos, utilizando a força apenas como último recurso e dentro dos limites legais.

Segundo PINHEIRO (2002, p. 242):

No entanto, apesar do constitucionalismo democrático, existe uma evidente herança de aparelhos de Estado deixada pelo regime autoritário. O regime autoritário promoveu a

militarização da segurança pública e a unificação das forças policiais. Também criou uma quase impunidade para a polícia militar por meio dos tribunais militares para crimes comuns em cada estado, que continua a existir, com algumas limitações, até hoje. Na verdade, quase quinze anos depois da transição, a polícia continua a ter a mesma organização definida durante a ditadura e preservada na Constituição de 1988.

As discussões sobre a violência e segurança pública somente adquirem importância na sociedade brasileira quando do surgimento de casos de violência extrema que chocam a população, sejam elas praticadas por agentes das instituições policiais ou não, pertencentes a grupos de extermínio, prática comum em quase todo o estado da federação²⁷. A respeito dos abusos cometidos por policiais, CALDEIRA (2000, p. 157) afirma que:

Embora a violência e o desrespeito de direitos pela polícia tenham uma longa história no Brasil, os abusos dos anos 80 e especialmente 90 em São Paulo são particularmente indignantes, por duas razões. Primeiro por causa de seus números elevados e de sua incorporação com algo rotineiro no cotidiano da cidade. Segundo, porque os abusos persistiram durante a consolidação democrática e à medida que o respeito a outros direitos da cidadania, especialmente os direitos políticos, expandiu-se. Experiências do passado e tradição não explicam o quadro atual de violações. O contrário, a história recente dos abusos da polícia demonstra que, apesar de eles serem constantes e contarem com significativo apoio popular, também estão associados a políticas de segurança pública e a sistemas de *accountability*.

Os debates sobre as questões da segurança pública não encontram profundidade na sociedade civil²⁸, fato esse que contribui para a manutenção de políticas do tipo “mais carros policiais, mais armas e mais carros” como uma das poucas, se não a única alternativa, para se tentar reduzir os altos índices de violência e criminalidade,

²⁷ A violência policial seja letal ou não, aumenta a cada ano no Brasil, apesar de toda “proteção” que a Constituição Federal de 1988 proporciona. Os homicídios praticados por agentes policiais sejam em serviço ou não, evoluem de forma absurda, apesar da implementação dos programas de policiamento comunitário e da existência das disciplinas de direitos humanos nas instituições de ensino policiais. Para melhor compreensão do aumento nos números de violência letal por parte das polícias militares ver BORDIN (2005) e OLIVEIRA JÚNIOR (2004).

²⁸ Apesar da existência de uma esfera de discussão regulamentada sobre segurança pública na maioria dos Estados (conselhos de segurança), ela não representa um elemento decisório na formação de políticas de segurança pública no Brasil. Para um melhor entendimento ver ZAVATARO (2006).

mantendo-se um padrão de investimentos²⁹ que não produz reflexos efetivos no campo da redução da violência e da criminalidade.

Sobre a criminalidade urbana violenta no Brasil, buscando uma outra forma de compreensão, DA SILVA (*Op. Cit*, p. 115) afirma que:

Nas ultimas décadas, as mais variadas manifestações de violência física têm-se colocado na percepção social, com crescente intensidade, como um dos principais problemas da vida nas grandes cidades, gerando muitas explicações, tanto no plano da existência cotidiana, quanto no da interpretação sociológica. Consideradas globalmente, elas apresentam uma notável homogeneidade, não obstante, como seria de esperar, a ampla variedade de nuances, ênfases temáticas, graus de sofisticação analítica, base empírica etc. De uma maneira geral, esse variado conjunto de explicações constrói uma complexa, mas unívoca, representação da criminalidade violenta no Brasil, que se irradia a partir de um núcleo consensual básico: a ameaça à integridade física e à propriedade privada, representada pelo crescimento conjugado do crime comum e do tráfico de drogas, visto este último como atividade concreta que, direta ou indiretamente, seria responsável pela crescente organização da criminalidade urbana.

CHESNAI (1999, p. 54), também debatendo sobre a violência e criminalidade no Brasil, e igualando à violência dos cartéis da droga na Colômbia, afirma que:

No Brasil, a violência, sobretudo urbana, está no centro do dia a dia e ocupa as manchetes dos jornais. Ela é assunto de especiais para a tv e, mais que tudo, assombra as consciências, de tal forma é ameaçadora, recorrente e geradora de um profundo sentimento de insegurança. Essa evolução é sintoma de uma desintegração social, de um mal-estar coletivo e de um desregramento das instituições públicas. Assim como a Colômbia, lamentavelmente conhecida pela carência de um Estado forte e sobretudo pelas chacinas perpetradas pelos cartéis da droga (Medellin, Cali), entre os países de colonização européia, o Brasil é o mais atingido pela criminalidade assassina. O que se conhece é apenas a ponta do *iceberg*. A violência oculta atrás dos muros das casas, a violência sexual, as rixas familiares e as crianças espancadas só são conhecidas muito parcialmente, mesmo em caso de falecimento das vítimas; as circunstâncias das mortes são, então, esmagadas sob uma capa de silêncio. Além do mais, o controle pelo registro civil continua a ser falho, principalmente nas zonas rurais mais pobres ou dentro de zonas urbanas de instalação recente (subúrbios, favelas e cortiços). O enterro oficial tem um custo com o qual as camadas mais desfavorecidas da população não podem arcar.

²⁹

No Brasil, uma prática comum aos governos estaduais é a divulgação de gastos com a manutenção das corporações policiais, ou seja, salários, compras de equipamentos e gastos com treinamentos, são repassados como novos investimentos em segurança pública, que muito pouco interfere no cotidiano dessas corporações ou mesmo influência na questão da violência cotidiana.

As políticas públicas de segurança são voltadas apenas para o atendimento de casos específicos em curto prazo, atuando de forma extremamente repressiva, na maioria dos casos³⁰, acarretando em um número elevado de casos de violência letal por parte das instituições policiais. Segundo ADORNO (2002: 96):

Embora não se possam fazer generalizações, esta escalada da violência policial pôde ser observada em outros Estados da federação, em especial no Rio de Janeiro, onde são frequentes as incursões policiais nos morros, favelas e áreas de concentração de habitações populares com o propósito de prender traficantes ou conter o tráfico de drogas. Não raro, essas incursões resultam em mortes de delinquentes, em confronto com a polícia e são justificadas em nome de resistência à ordem de prisão.

O formato das instituições policiais, calcados no modelo repressivo e violento de planejar e executar ações de segurança pública, fica evidente em qualquer cidade do país, seja na cidade do Rio de Janeiro, São Paulo Porto Alegre ou em Curitiba, utilizando-se de um grande aparato policial para ocupar áreas pobres com a justificativa de reprimir crimes e diminuir a violência³¹.

Esse modelo vem apenas demonstrar que o aparato coercitivo do Estado serve apenas para controlar e manter sob vigilâncias as chamadas “classes perigosas” (PINHEIRO, Op. Cit.).

³⁰ Em geral, no Brasil, as instituições policiais atuam em grandes operações em áreas pobres (favelas), visando demonstrar que o Estado detém o controle da situação porém atuando de forma extremamente violenta contra a população dessas áreas, nem sempre com resultados satisfatórios.

³¹ Em Curitiba, duas áreas da cidade foram “ocupadas” no ano de 2005. A Vila das Torres no dia 28/02/2005 e a Vila Parolim, no dia 05/05/2005. Essas áreas foram ocupadas em virtude de a primeira estar localizada na região da via que é acesso ao aeroporto internacional Afonso Pena, localizado na cidade de São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba), e também por estar próximo a uma famosa universidade da capital e a segunda por estar próximo a bairros de classe média. Essas “ocupações” não lograram êxito, pois não existiu continuidade e também, como se anunciou inicialmente, as ações sociais não foram implementadas com sucesso ou nem chegaram a ser iniciada como foram previstas no início das ações. Fontes: Paraná On Line (acessos 20/11/2008) <http://www.paranaonline.com.br/editoria/policia/news/113331/?noticia=MEGAOPERACAO+ENVOLVE+700+POLICIAIS+E+20+PRISOES>, <http://www.paranaonline.com.br/editoria/policia/news/120946/?noticia=PAROLIN+PASSA+POR+MEGAOPERACAO+DE+SEGURANCA>

Dentro dessa perspectiva de análise, verifica-se que a violência tornou-se a regra em toda a extensão do território brasileiro e, atualmente, a Saúde Pública tem procurado entender melhor esse intrincado fato social (MYNAIO, 2000), buscando em outras ciências, possíveis interpretações que possam contribuir na proposição de políticas públicas que minimizem o impacto, seja na redução dos acidentes de trânsito, nos suicídios ou homicídios.

MYNAIO *et al* (2003, p. 83) demonstram que:

Nas duas últimas décadas do século XX, o crescimento da violência no Brasil vem afetando todos os setores da sociedade. Tal crescimento enseja a discussão de que o país estaria passando por uma nova epidemia social e por um dos mais graves problemas de saúde pública a ser enfrentado. Essa argumentação se fundamenta no número total e nas taxas de óbito, na quantidade, na intensidade e na variedade das formas de violência e na penetração que esse fenômeno passou a ter nos cenários da vida individual e coletiva, na deterioração da qualidade de vida e nas condições de saúde da população, particularmente nas grandes metrópoles.

Essas violências que resultam em ferimentos e mortes causam um incontável desperdício de vidas³² e de recursos econômicos, seja no atendimento às vítimas, seja nos anos produtivos perdidos e, atualmente, existe uma grande preocupação por parte das autoridades da área da saúde pública no sentido de entender a violência urbana e proporcionar políticas públicas que visem a reduzir os impactos na área da saúde.

Sobre os custos da violência no Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo, LIMA (2002, p. 27) afirma que:

Antes de passar para uma análise específica do crime em São Paulo, vale mencionar que existem pesquisas recentes que tentam mensurar os custos econômicos da violência no Brasil. Entre elas, uma pesquisa feita pelo BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, estimou que a violência custa 84 bilhões de dólares ao Brasil, ou 10,5% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional. Outro Estudo, da Fundação Getúlio Vargas, calculou este valor em 60 bilhões de dólares, ou 8% do PIB. Somente no município do Rio de Janeiro, segundo o ISER (Instituto Superior de Estudos da Religião), a violência custa cerca de 2 bilhões de dólares, ou 5% do PIB municipal de

³² As vítimas mais freqüentes da violência é a população jovem, compreendendo a faixa etária de 15 a 24 anos. Para uma visão mais aprofundada sobre os números de jovens mortos, ver WASELSZ, 1998, 2000, 2002 e 2004.

1995. No Estado de São Paulo, cujo PIB nominal foi de 241,58 bilhões de dólares em 1997, os custos da violência levantados por KHAN e BARBOSA (1998), representam cerca de 3% do PIB estadual.

Verificamos, através dos gastos³³ com a violência urbana, que atinge cada vez mais aparência de epidemia, que o custo que ela impõe para a sociedade é muito alto, seja pela morte prematura dos jovens, seja pelos recursos investidos na recuperação de pessoas com problemas devido a situações extremas de violência vivenciada nas áreas urbanas do país. Essas estimativas sobre os gastos com a violência urbana só transmitem a falta de intervenções sérias que possam reverter esse quadro de violência cotidiana.

³³ Estimamos que em 2004, o custo da violência no Brasil foi de R\$ 92,2 bilhões, o que representou 5,09% do PIB, ou um valor *per capita* de R\$ 519,40. Este valor deve ser encarado como um limite inferior para o custo social da violência no Brasil uma vez que vários outros fatores de custo da violência não foram calculados, como: os custos com o sistema de justiça; as perdas com o desvio de turismo; as perdas de bem-estar provocadas por retração nos mercados de bens e serviços; os custos intangíveis

2.3 Urbanização, criminalidade e violência nas cidades brasileiras

As cidades brasileiras enfrentam no final do século XX e início do século XXI um processo de constante evolução nos números de criminalidade e de violências e do aumento na percepção da sensação de insegurança. Esse aumento na percepção da violência e da criminalidade fica mais evidenciado após o fim da ditadura militar em 1985 e com a gradativa recuperação de uma série de direitos individuais da população.

Sobre o processo de urbanização e sua relação com a criminalidade, TABAK (*Op. Cit.*, p. 68) afirma que:

A relação existente entre expansão urbana e criminalidade tem sido destacada por diferentes especialistas, e são numerosas as pesquisas empíricas levadas a cabo nestas últimas décadas, com o objetivo principal de analisar a influência que as condições de vida urbana podem exercer sobre os indivíduos. Existe um consenso generalizado de que o aumento do número de habitantes numa determinada área introduz modificações sensíveis nas relações que se estabelecem entre as pessoas e no próprio caráter da comunidade. Além disso, o aumento da densidade populacional reforça ainda mais o efeito anterior, pois contribui para diversificar as atividades desenvolvidas, o que torna as cidades mais complexas.

Maricato (2000, p. 150), discorrendo sobre o processo inicial de urbanização no Brasil e sua influência no modelo de cidade conflituosa, afirma que:

Embora a urbanização da sociedade brasileira se dê praticamente no século XX, sob o regime republicano, as raízes coloniais calcadas no patrimonialismo e nas relações de favor (mando coronelista) estão presentes nesse processo. A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades. A legislação é ineficaz quando contraria interesses de proprietários imobiliários ou quando o assunto são os direitos sociais.

Essa mudança nos padrões de urbanização que atualmente influencia nas condições de vida da população brasileira fica evidenciada a partir da década de 1970 do século XX, demonstrando a mudança de um país rural para um país urbano e

motivados por dor, sofrimento e medo, a perda de produtividade motivada por traumas e morbidade, etc. (CERQUEIRA *et al*, p. 51, 2007).

chegando a atingir o ano 2000 com índices de urbanização de aproximadamente 81% (IBGE, 2000).

Ainda sobre a urbanização brasileira, PERALVA (2000, p. 43) afirma que:

As transformações do universo urbano brasileiro foram em grande medida determinadas pela especulação imobiliária, que desenhou a feição de cada cidade, mas que também pela maneira pela quais as camadas populares reagiram a isso, se auto-organizando e inventando, nas brechas do mercado e da lei, novos espaços habitáveis.

Essa concentração acelerada de pessoas vivendo em cidades sem condições de absorção de mão de obra, oferecimento de assistência à saúde, moradia ou qualquer outro tipo de assistência básica, produziu acentuadas disparidades de renda e de condições de vida, criando nos dias de hoje uma clivagem social intensa, alimentada pelo aumento dos padrões de consumo de determinadas parcelas da população, deixando milhares de cidadãos às margens da sociedade.

Segundo MARTINS (2007, p. 26), “Estes fatos propiciaram um inchaço das cidades, gerando graves problemas relativos ao transporte, moradia, abastecimento, energia elétrica, saneamento básico e um crescimento contínuo da pobreza, com uma deterioração progressiva das condições de vida urbanas (...)”. Corroborando o autor acima citado, PINHEIRO (*Op. Cit.*, p. 245) afirma que:

Essas áreas de alto risco são marcadas por várias necessidades não atendidas: ausência ou insuficiência de serviços públicos (escolas, organizações culturais e esportivas, transporte, água, tratada e iluminação das ruas), falta de infra-estrutura comercial e isolamento ou acesso muito limitado a outros bairros, transformando-as em enclaves. Nesses espaços, a violência física é uma realidade concreta que perturba todos os aspectos da vida cotidiana. A frequência de homicídios, roubos, assaltos e agressões em geral é tal que na prática provocou o desaparecimento dos espaços públicos.

Dentro desse quadro de urbanização extremamente complicado e com as piores consequências, as violências e a sensação de insegurança, verificam-se também o

problema da grande disponibilidade de armas de fogo, sejam elas legais ou ilegais, o que favorece que os conflitos interpessoais tenham um desfecho dramático.

Segundo PHEBO (2005, p. 15):

O Brasil é o país onde se tem o maior número de mortes por armas de fogo no mundo. Em 2002, morreram 38.088 (trinta e oito mil e oitenta e oito) pessoas vítimas de armas de fogo, seja por homicídio, suicídio ou por condições acidentais. Em número absoluto, supera tanto países tradicionalmente violentos, como é o caso da Colômbia, de El Salvador e da África do Sul e como os Estados Unidos, um país reconhecido por suas regulamentações pouco restritas em relação ao acesso às armas.

Discorrendo sobre o aumento dos homicídios nas grandes cidades brasileiras, POMPEU (2000) *apud* LIMA (2002, p. 25) afirma que:

De 1979 a 1998, o número de homicídios por 100.000 habitantes no Brasil cresceu 128,6%, quando foram cometidos 515.986 homicídios no país. Neste cenário, em 1997, o Rio de Janeiro destaca-se como o Estado com maior taxa de homicídios por 100.000 habitantes (58,7), seguido por Pernambuco (49,7), e Espírito Santo (49,6). O Estado de São Paulo apresenta o maior número em termos absolutos (12.536 casos em 1997), mas quando considerada sua população, a taxa de homicídios fica em 36,1 casos para cada grupo de 100.000 habitantes. Ainda em 1997, 60% dos homicídios ocorreram nas regiões metropolitanas dos Estados, onde estão concentrados apenas 31% da população brasileira. Como agravante, as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro respondem por 40% dos homicídios cometidos no país, sendo que só nos municípios do Rio de Janeiro e São Paulo foram registrados 20% do total de homicídios ocorridos no Brasil, enquanto sua população corresponde a 9,68% da brasileira.

A violência letal concentrada nos grandes centros urbanos, aliada a falta de perspectiva e à sensação de não pertencimento ao modelo de uma sociedade de consumo, em que as pessoas devem ser respeitadas pelas suas posses e não pelo simples fato de ser um “ser humano” caracteriza a vida cotidiana das cidades e, com o aumento nos índices de criminalidade e de violência, gera uma sensação de insegurança urbana muito grande, levando aqueles que podem a criar verdadeiras

áreas livres de perigos e de pessoas consideradas “indesejáveis”³⁴, assim vivendo em condomínios e fazendo suas compras em grandes, seguros e frescos shopping centers, que cada vez mais aparecem por todas as grandes e médias cidades, deixando a cidade com seus problemas do lado de fora e longe do alcance de seus moradores.

A “cidade, onde tantas necessidades emergentes não podem ter respostas, está desse modo fadada a ser teatro de conflitos crescentes” (SANTOS, 1996), justificando nesse aspecto a necessidade imperativa de entendimento das relações que permeiam a cidade na busca por soluções que promovam os direitos dos cidadãos.

Mendonça (2002, p. 121) diz que o cenário é de intensas e profundas crises para a humanidade, que desafiam a “sociedade em geral a encontrar novos rumos para a construção do presente e do futuro”. Assim sendo, debater a cidade como espaço de conflito é premente para compreender os problemas pelas quais as grandes cidades passam.

Ainda nesse contexto, Caldeira (2000, p.211) chama a atenção para o fato de que as cidades possuem como característica básica à segregação tanto em âmbito espacial como no âmbito social, e que isto está dentro de uma normalidade das cidades no aspecto da evolução histórica, aliada ao modelo de desenvolvimento econômico, ou seja, as cidades com toda a sua segregação, exclusão e violência é fruto do desenvolvimento da nossa sociedade, em especial nas periferias das cidades brasileiras.

Caldeira (*Op. Cit.*) realizou estudos na maior metrópole brasileira, São Paulo, porém seu trabalho pode ser utilizado como parâmetro para análises de diversas outras cidades resguardando as devidas proporções de tamanho, população, etc, e Curitiba, capital do estado do Paraná é uma dessas cidades.

Dentro dessa perspectiva de análise sobre cidades com extremos de segregação socioespacial, pode-se tomar como exemplo o Rio de Janeiro, retratado pelo jornalista

³⁴ BAUMAN (2007) denomina essas pessoas “indesejáveis” de “estrangeiros” em seu próprio país, cidade ou bairro, demonstrando que as pessoas buscam conviver com aqueles que acreditam ser seus “iguais” e que essa busca constante leva ao medo das pessoas diferentes ou do “tipo errado”.

Zuenir Ventura, que publicou em 1994 um livro que mesclava ficção e realidade em um romance onde a frase “baseada em fatos reais” é muita bem empregada.

O jornalista acima citado procura demonstrar como a cidade do Rio de Janeiro, como exemplo brasileiro que chama mais a atenção, atingiu na década de 90 do século XX o ápice da violência, violência essa, bem caracterizada por uma divisão entre o morro e asfalto, entre o rico e o pobre, ou seja, o título do livro não poderia ser melhor: Cidade Partida.

Temos hoje em no país numerosas cidades partidas, alimentando uma ideia de diferenças entre “eles” e “nós”, diferenças essas reforçadas por padrão de consumo que transforma o “ser” em “ter”, alimentando um espiral baseado em valores apenas materiais, deixando cada vez mais a capacidade de cada um de lado.

A respeito dos valores de uma sociedade de consumo, SOUZA (2008, p. 148) afirma que:

O nosso modelo social mostra-se “criminógeno”, em especial nos dias que correm, ao despertar um irrefreável desejo de consumo em muitos ou quase todos, ao mesmo tempo em que propicia somente a poucos a chance de satisfazer seus desejos de modo legal; ao incutir e disseminar valores individualistas e competitivos, colocando o “eu” muito acima do “nós”, ou “ter” acima do “ser”, a propriedade acima da vida; ao engendrar uma “indústria cultural” que se alimenta da criminalidade violenta (entre outros eventos dramáticos e dramatizáveis) e, ao regurgitar informação sobre crimes violentos (jornais, televisão) e disseminar narrativas sobre a violência (filmes, jogos), em ambos os casos de um modo acrítico e superficial, reforça os valores a pouco mencionados e retroalimenta a própria violência;(...)

Com essa afirmação, pode-se entender que a nossa sociedade admite esse modelo e não se busca uma modificação no modo de vida e que os valores sociais de respeito aos direitos elementares das pessoas é sobreposto aos valores da sociedade de consumo, valorizando a propriedade, transformando a percepção das pessoas e criando uma desvalorização da vida, levando a fatos comuns do cometimento de crimes de homicídios por valores irrisórios.

CAPITULO III

CURITIBA E A GEOGRAFIA DA VIOLENCIA

3.1. A Distribuição espacial do tráfico de drogas no estado do Paraná e a sua influência na cidade de Curitiba

Com a globalização da economia e a diminuição das distâncias em virtude dos avanços tecnológicos, em especial, da rede mundial de computadores, as condições para o aumento das formas de atividades ilícitas foi tornada ideal e a circulação de mercadorias ilegais e do dinheiro resultante desse comércio são cada vez maiores.

A grande maioria das nações do planeta convive com diversas formas de contrabando e comércio de mercadorias ilícitas, muitas sendo coniventes com a produção e o comércio ilegal, sujeitando diversas outras ao aumento de formas de evitar a entrada desses produtos em seus territórios, ou mesmo investindo nos países produtores (em especial de substâncias entorpecentes) de tropas e bases militares³⁵.

No Brasil, não ocorreu o fornecimento de bases ou o recebimento de tropas de outros países, mas a política de enfrentamento do problema da produção, comércio e transporte de substâncias entorpecentes e outras mercadorias ilegais atinge feições de uma “guerra” envolvendo até o Exército Brasileiro, em especial na região da tríplice fronteira³⁶ (fato este que também pode ser uma possível demonstração de força para o país vizinho, o Paraguai, ou porque a região é considerada pelos Estados Unidos da América como local de permanência de terroristas árabes).

Sobre a tríplice fronteira, NAÍM (*Op. Cit.*, p. 135) afirma que:

³⁵ Essa forma de agir é evidente no recente caso da aprovação pelo governo da Colômbia em aceitar um maior número de tropas e bases militares numa justificativa para combater grupos de narcotraficantes, evitando assim o envio de cocaína para o território estadunidense.

³⁶ Para um melhor entendimento da militarização das ações de segurança pública e da repressão às drogas no Brasil ver ZAVERUCHA, (2005).

Uma dessas localidades é *Ciudad del Este*, cidade paraguaia de 300 mil habitantes na “Tríplice Fronteira” com o Brasil e a Argentina. Graças a essa localização privilegiada, transformou-se num grande ponto de encontro para contrabandistas de todo o tipo. *Ciudad del Este* é uma encruzilhada para virtualmente todo comércio ilícito, incluindo *software* e produtos eletrônicos falsificados, produtos importados contrabandeados e, supostamente armas. (...) Mas o que verdadeiramente torna o lugar um centro importante é dinheiro das drogas: as receitas da cocaína, vindas dos países andinos, das quais todos os outros comércios – assistidos pelos 55 bancos existentes na cidade – lançam mão para reciclar. Em 1997, *Ciudad del Este* lavou dessa forma estimados 45 bilhões de narcodólares.

O estado do Paraná se encontra em uma posição extremamente vantajosa para o transporte e a distribuição de diversos produtos de origens ilícitas, como armas³⁷, drogas e mercadorias contrabandeadas. A existência de fronteiras com outros dois países sulamericanos, aliado a falta de fiscalização por parte das autoridades competentes, em especial no lago da hidroelétrica de Itaipu, facilita que o estado fosse transformado e colocado na rota de diversas organizações criminosas.

³⁷ A PF investiga uma espécie de Mercosul do crime que abastece quadrilhas de traficantes. Segundo a Polícia Civil do Rio, 85% das armas de uso restrito que chegam no Estado têm como última escala o Paraguai – que não fabrica armas – e os 15% restantes, os Estados Unidos. “O Paraguai não é apenas passagem, é um entreposto de armas”, aponta Lacerda. O dossiê Ação Estratégica contra o Crime Organizado, da Polícia Civil, revela que oito em cada dez armas contrabandeadas para o Rio foram adquiridas antes, em negócios legais, por duas “armerias” paraguaias, a Agrícola San Felipe e a Perfecta Sami, ambas sediadas na capital, Assunção. “O Paraguai vive uma séria desordem institucional”, alerta o delegado Carlos Antônio de Oliveira, diretor da Delegacia de Repressão a Armas e Explosivos. No Mercosul do crime, a Argentina ganhou destaque. As “encomendas” variam de fuzis automáticos FAL a granadas FMK2. Entre 1995 e 2003, a polícia apreendeu com traficantes do Rio 338 dessas granadas – 75 só nos três primeiros meses deste ano. Um dossiê reservado obtido por ISTOÉ, produzido por oficiais ligados à Fabricaciones Militares de la Argentina, a maior fornecedora daquele país, mostra que armas portenhas encontradas com traficantes brasileiros pertenciam a órgãos de segurança. Submetralhadoras argentinas que terminaram nos morros do Rio tinham como ex-proprietários o Serviço Penitenciário Federal, que cuida da segurança dos presídios argentinos, e polícias de províncias. “Isso confirma o desvio direto de armas restritas argentinas para traficantes brasileiros”, afirma Pablo Dreyfus, oficial da reserva da Marinha argentina, que presta assessoria à ONG Viva Rio. “É o lado sombrio do Mercosul”, diz. (Revista Isto É, número 1763, edição do dia 16/07/2003).

As organizações criminosas que teriam influência na região seriam a chamadas Tríades Chinesas, a Yakusa (máfia japonesa), máfia paraguaio-brasileira, máfia russa, máfia nigeriana e a máfia libanesa³⁸. Da máfia libanesa, as informações revelam estreita ligação com grupos armados na Palestina.

Além da posição geográfica favorável ao tráfico de drogas, armas e produtos importados ilegalmente, outro fator que favorece ao crescimento desses tipos de ilícitos é a falta de fiscalização por parte das forças de segurança pública na região³⁹. Segundo o Anuário Narcotráfico da Província de *Misiones*, na Argentina, as rotas que abastecem o Brasil com maconha, passam pelo estado do Paraná, e tem uma delas tem a denominação de “transmaconheira”, sendo descritas dessa forma no relatório em questão:

Las rutas de la marihuana paraguaya, lograda a partir de cultivos de cannabis realizados en la zona de la Cordillera del Amambay, entre P.J. Caballero y Cap. Bado, en su tránsito hacia los grandes centros de consumo como Sao Paulo y Río de Janeiro, son fundamentalmente cuatro:

1. A partir de Cap. Bado, tras lograr el cruce fronterizo en Cnel. Sapucaia, se direcciona a Iguatemi, Eldorado, Mundo Novo (la **BR156**, conocida en Brasil como la “**transmaconheira**” (148)) cruza el puente sobre el río Paraná para alcanzar la ciudad de Guayrá, Cruceiro do Oeste, Cianorte, Maringá, Londrina y de allí por la autopista BR280 hasta Sao Paulo.4. Puente de la Amistad: FOZ y por la BR277 a Cascavel, Curitiba (Estado de Paraná) (Observatorio Provincial de Drogas, 2008, p.32).

A figura 2 nos mostra a dimensão do problema e corrobora o relatório das autoridades de *Misiones*, ao demonstrar a dimensão das apreensões de maconha no Estado do Paraná. Além do volume de apreensões, verifica-se as suas rotas e também que na região oeste existe uma ligação com a região norte do Estado, notando-se

³⁸ Essas informações nos foram repassadas por um Oficial do Alto escalão da Polícia Militar do Paraná com larga experiência no serviço de Inteligência.

³⁹ A região da tríplice fronteira conta poucos policiais para o tamanho dos limites internacionais e com o Mato Grosso do Sul. A Polícia Federal contava em Setembro de 2008 com 31 Agentes, 5 Delegados e % escrivães, que se revezam no trabalho na Delegacia, na fiscalização da Ponte da Amizade e do Núcleo de Polícia Marítima, recém inaugurada. A Polícia Militar do Paraná criou uma Companhia de Operações de Fronteira, que atua diretamente na repressão ilícitos no lago de Itaipu e nas cidades próximas a cidade onde estão sediados, Guaíra. O que chama a atenção é que nesses casos a repressão e fiscalização são de competências do governo federal, que como já observou, não possui efetivos suficientes para tal tarefa.

nitidamente o deslocamento dos carregamentos de maconha em direção ao Estado de São Paulo.

Essas rotas de transporte de drogas não se limitam às estradas, também são utilizadas as rotas aéreas, com áreas de pouso dentro do estado do Paraná, conforme o referido relatório anteriormente citado:

5. Desde CAPITAN BADO y su zona de influencia a BELLA VISTA NORTE por vía aérea en avionetas y desde allí a BELA VISTA (Brasil) en vehículos frontera seca mediante, y luego en camiones a ANTONIO JOAO por caminos terrados. A partir de entonces se direcciona a los centros de consumo (2640). Ver para el caso, entre otras, las incautaciones del 13.02.07, 22.04.2007, 21.05.2007, 22.05.2007, etc. (Observatorio Provincial de Drogas, 2008, p.33).

Sendo que, segundo o relatório do Governo da Província de Misiones, através de informações da Secretaria Nacional Antidrogas do Governo Paraguaio, 80% da maconha produzida no Paraguai tem como destino o território brasileiro, aproveitando-se das grandes extensões de fronteira seca e da pouca vigilância por parte das autoridades do Brasil.

Além de ser rota de entrada para a maconha, as fronteiras do Paraná com a Argentina e o Paraguai e a divisa estadual com o Mato Grosso do Sul, proporcionam a entrada de cocaína e crack, além de uma enorme quantidade de cigarros contrabandeados⁴⁰, que abastecem o Brasil todo.

⁴⁰ A região da Tríplice Fronteira é local de atuação de inúmeras quadrilhas organizadas, conforme relatou em reportagem do Jornal Gazeta do Povo (edição do dia 20/09/2009) o Delegado da Polícia Federal Érico Saconato: **“Na época eu disse que 40 quadrilhas atuavam na região do Lago de Itaipu (entre Guaíra e Foz). Hoje dá para dizer que até fui cauteloso. Era muito mais”**, diz o delegado da Polícia Federal em Guaíra, Érico Saconato. A possibilidade de lucros exorbitantes atraiu quadrilhas de fora. **“Em julho prendemos o ex-deputado Nilton Servo em Minas Gerais. Ele veio para cá lidar com o contrabando de cigarro”**, ressalta Saconato. **“Bem antes da chacina já vínhamos identificando uma atuação muito forte do crime aqui. Eu dizia que grupos criminosos como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho contavam com membros na região, que buscavam drogas e armas. Muitos ironizaram, mas os fatos nos deram razão”**, diz o promotor Marcos Cristiano Andrade, que conduz o processo sobre a chacina. Meses depois do ocorrido, relatório anual sobre narcóticos do Departamento de Estado norte-americano afirmou que organizações criminosas como o PCC o Comando Vermelho operavam em Guaíra.

A figura 3, diferente da figura anterior, demonstra um maior número de apreensões de cocaína estão localizadas nas maiores cidades do Estado, sendo que na Capital e sua Região Metropolitana e no Litoral concentram-se as maiores apreensões, sendo que no caso da cocaína e do crack (figura 4) existe uma relação das apreensões com a malha rodoviária federal.

Figura 3.

MAPA DAS ROTAS DE TRÁFICO DE DROGAS E APREENSÕES (MACONHA) NO ESTADO DO PARANÁ, PUBLICADO NO JORNAL GAZETA DO POVO, EDIÇÃO DO DIA 21/06/2009, SEGUNDO INFORMAÇÕES DO NARCODENÚNCIA (181)⁴¹.

As apreensões registradas pelo Narcodenúncia revelam que as BRs 277 e 369 são as principais rotas usadas para escoar drogas de Foz do Iguaçu ao Rio e São Paulo, ficando parte em Curitiba, Londrina e Maringá.

Total de drogas apreendidas entre 16/6/2003 e 31/5/2009

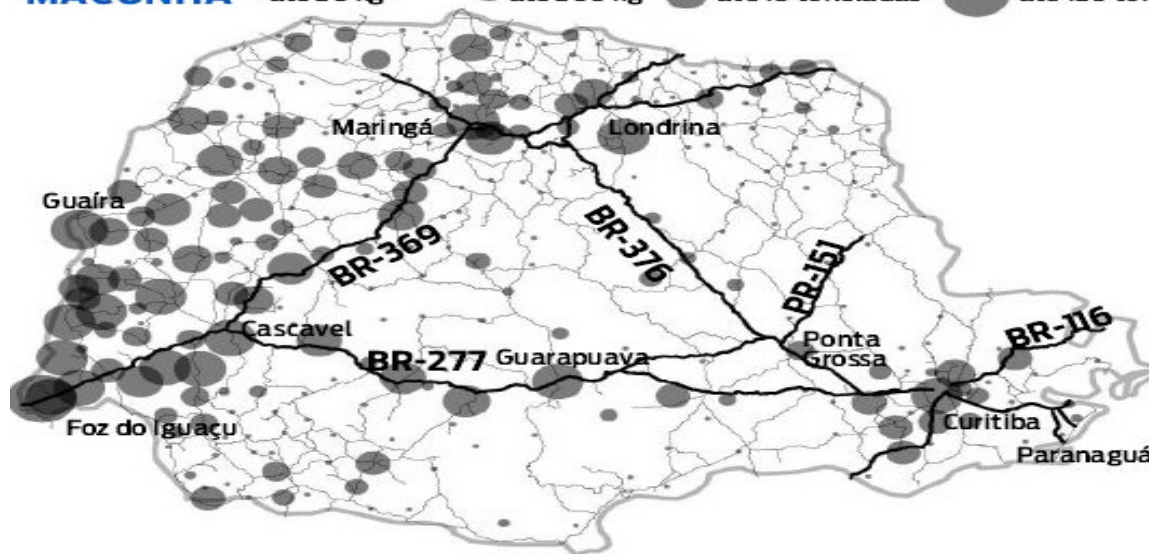
— Rodovias principais

MACONHA - até 50 kg

● até 500 kg

● até 10 toneladas

● até 150 ton.



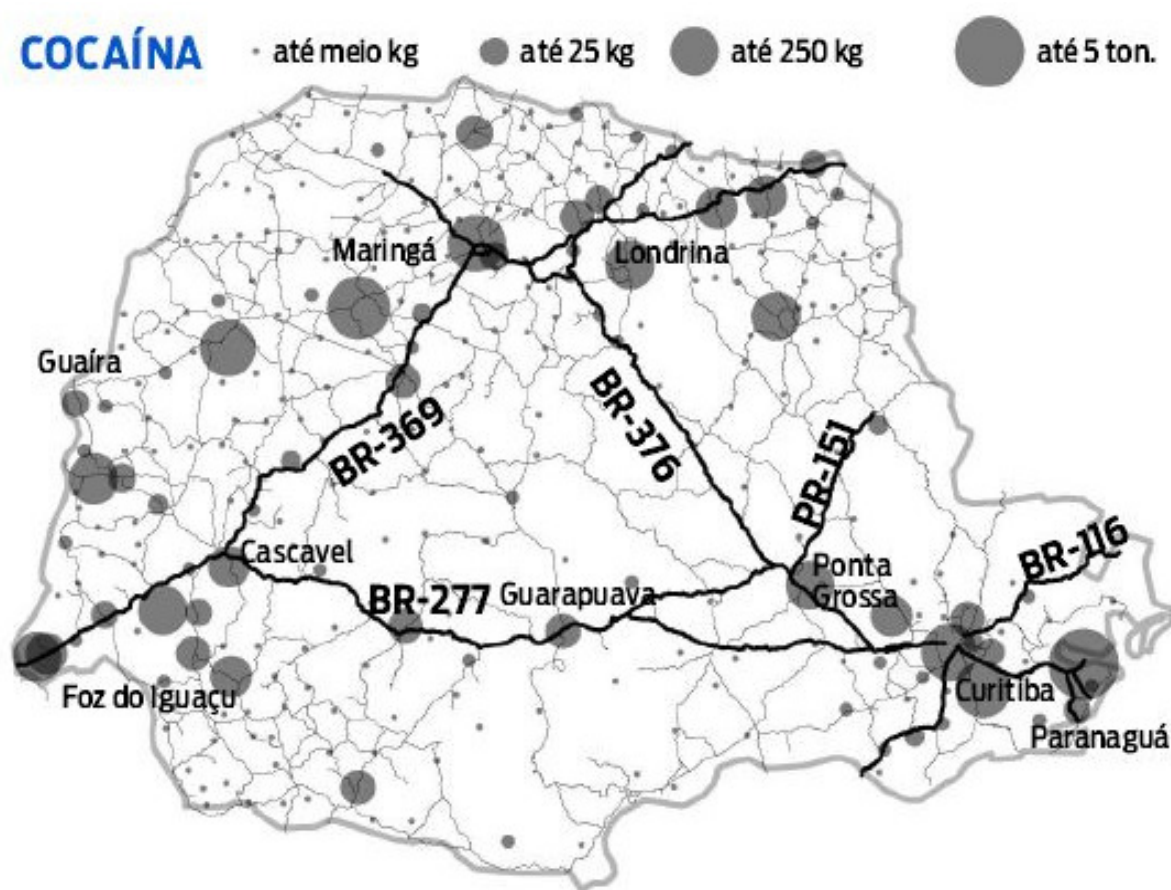
⁴¹

A utilização de dados disponibilizados em jornais, em especial referente ao tráfico de armas e drogas no Estado do Paraná decorre da falta de acesso às informações do Disque-Denúncia (181) e também pela falta de informações oficiais sobre o contrabando de armas de fogo.

A análise dos dados de apreensões de drogas reforça a idéia corrente que a região da tríplice fronteira é completamente aberta e passível das mais variáveis formas de trafico e contrabando, ações essas que contribuem com o aumento da violência e da criminalidade nos grandes centros urbanos do estado do Paraná.

Figura 4.

MAPA DAS ROTAS DE TRÁFICO DE DROGAS E APREENSÕES (COCAÍNA) NO ESTADO DO PARANÁ, PUBLICADO NO JORNAL GAZETA DO POVO, EDIÇÃO DO DIA 21/06/2009, SEGUNDO INFORMAÇÕES DO NARCODENÚNCIA (181).

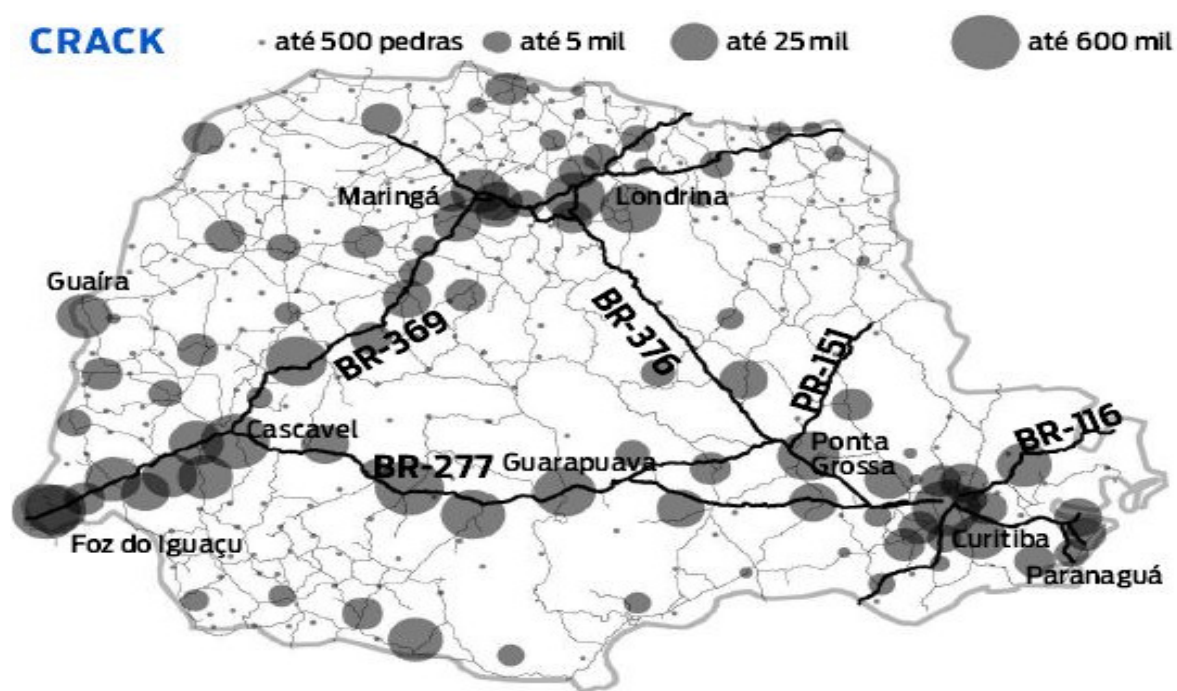


O tráfico de entorpecentes não é a única variável explicativa para o aumento da violência no estado do Paraná ou mesmo no Brasil, mas devido a grande movimentação de recursos financeiros e a possibilidade de obtenção de lucro de forma

extremamente rápida faz com que as disputas por territórios de produção, transporte e venda de substâncias entorpecentes produzam cada vez mais violência, em especial violência letal. Dessa forma, as disputas que envolvem um comércio ilegal, que não tem como ser regulamentado pelo Estado, acabam tendo uma resolução extremamente violenta.

Figura 5.

MAPA (E TABELA) DAS ROTAS DE TRÁFICO DE DROGAS E APREENSÕES (CRACK) NO ESTADO DO PARANÁ, PUBLICADO NO JORNAL GAZETA DO POVO, EDIÇÃO DO DIA 21/06/2009, SEGUNDO INFORMAÇÕES DO NARCODENÚNCIA (181).



Apreensões

	Cocaína quilos	Crack pedras	Maconha quilos
2007	1.057	1.256.679	104.805
2008	723	1.564.856	86.702
2009*	3.915	490.209	20.874

* até 31 de maio

Fonte: Narcodenúncia 181.

Prisões

16/06/2003 a 31/05/2009

	Curitiba	Total
Homens	3.155	18.558
Mulheres	697	3.673
Meninos	420	4.959
Meninas	45	891
Total	4.317	28.081

Infografia: Gazeta do Povo

Além da fragilidade da fiscalização da fronteira com a Argentina e com o Paraguai, o estado do Paraná teria uma divisão territorial sob domínio de facções criminosas para o controle do tráfico de drogas, sendo que na região da divisa com o estado do Mato Grosso do Sul e as fronteiras internacionais existe uma parceria com o Primeiro Comando da Capital (facção criminosa originária do estado de São Paulo) e do Comando Vermelho (facção criminosa originária da cidade do Rio de Janeiro), formando uma espécie de “consórcio”, para centralização das negociações de compra e venda de drogas e também de armas de fogo, para abastecer quadrilhas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Nessa região, essa “sociedade” controla a compra e a venda de drogas que chegam pela fronteira e também pela distribuição nas cidades próximas. O litoral do estado do Paraná estaria sob o domínio exclusivo da organização criminosa paulista, porém a capital e a região metropolitana não teriam nenhum território sob domínio de alguma facção⁴². Outro aspecto que pode ser explorado futuramente como objeto de estudo é a concentração dessas apreensões no chamado anel viário, composto pelas principais estradas que cortam o estado do Paraná.

Com essa análise, fica evidente a fragilidade da fiscalização das fronteiras brasileiras, seja no estado do Paraná ou em qualquer outro estado. Fragilidade essa que contribui para o aumento da circulação de substâncias entorpecentes nas cidades brasileiras e paranaenses, gerando um ciclo de violência em decorrência das disputas decorrentes desse mercado extremamente lucrativo.

⁴² As informações sobre o controle do tráfico de drogas no Estado do Paraná por organizações criminosas foram repassadas por um Oficial Superior da Polícia Militar do Paraná com larga experiência em serviços de inteligência e na repressão ao tráfico de drogas.

3.2. Curitiba: apenas uma cidade brasileira

Atualmente, a cidade de Curitiba possui a renomada imagem de uma cidade planejada, de uma cidade que seria modelo para os problemas urbanos que afetam grande parte das cidades no planeta. Essa fama decorre dos inúmeros projetos de planejamento urbano que, por diversas administrações, foram sendo implementados, sendo que esses projetos foram utilizados, mais do que para atender às demandas da população residente, apenas como ótimas propagandas da cidade e que não foram eficazes na prática.

Conforme KASHIWAGI (2004, p. 33), “Para falar da urbanização de Curitiba e compreender o processo de crescimento e de expansão da cidade, faz-se necessário conhecer um pouco da história dessa cidade (...)”, ou seja, para tentar entender o que acontece atualmente é necessário conhecer de que forma a cidade evoluiu. DE SOUZA (2001, p. 107) afirma que:

Depois de um fluxo migratório de europeus no final do século XIX e início do século XX, a cidade vem recebendo, desde a década de 1950, um grande número de migrantes vindos do interior do Paraná e de outras regiões do Brasil, resultado da industrialização urbana e da modernização agrícola.

KASHIWAGI (*Op. Cit*) ainda ressalta que:

(...) a história de Curitiba inicia-se no final do século XVII, na qual a povoação de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais contava com 90 Habitantes e suas casas ficavam em torno da capelinha existente no centro da atual Praça Tiradentes. O crescente aumento da população exigia o estabelecimento de normas que regulassem a vida em sociedade. Como consequência disso, foi criada a Câmara Municipal de Curitiba, em 1693. Assim a povoação recebeu o predado de Vila.

Uma constatação interessante é a de que no ano de 1780 a população de escravos negros na cidade era de 26%⁴³, quase um terço de todos os moradores da cidade, sendo que, no período compreendido entre 1890 a 1896, a cidade recebe aproximadamente 28 mil imigrantes, fazendo com que em 1920 a cidade atingisse a casa dos 78.986 moradores⁴⁴.

Ainda nesse aspecto, vemos que o fluxo de imigrantes foi importante para formação da cidade e para o seu desenvolvimento, bem como para a criação de uma imagem equivocada de cidade européia, aspecto esse que até hoje é ressaltado em diversos monumentos e praças pela cidade⁴⁵.

Levando-se em consideração a situação de recebimento de levas de imigrantes, Curitiba começa a ter alguns progressos, porém estes progressos não beneficiavam a toda a população, como afirma DE BONI, (1998, p.9): “Se ruas largas foram abertas, a

⁴³ Em 1870, a cidade contava com 3.194 habitantes (dos quais 848 eram escravos). KASHIWAGI (2004, p. 33).

⁴⁴ *Idem.*

⁴⁵ “O turista que chega a Curitiba e não dispõe de alguém que o conduza na visita à cidade pode contar com a Linha Turismo, onde um ônibus percorre certos trajetos e pretende “proporcionar ao turista e ao próprio curitibano um transporte regular, entre os principais pontos de interesse da cidade”. No roteiro aparecem prédios históricos e parques, entre os quais o Bosque do Papa ou “João Paulo II”, um memorial à imigração polonesa. Em outro material publicitário um *tourist map* onde estão elencados um número maior de locais turísticos, 43 *highlith points*, aparecem outras praças e monumentos que seriam também memoriais, além da já citada, associados a outros grupos migratórios, “etnias”, a saber: Praça do Japão, Portal Italiano de Santa Felicidade, Parque Tingüi (memorial da imigração ucraniana), e o Bosque de Portugal. Mas além destes há também um enorme memorial à imigração “árabe”. Neste roteiro aparece também as Arcadas do Pelourinho, umas coberturas feitas em estrutura tubular e vidro, que acompanha o projeto arquitetônico da cidade, embaixo das quais encontra-se um comércio de flores e plantas ornamentais. As arcadas, estão localizadas no centro da cidade, mais precisamente na Praça Generoso Marques, atrás do Museu Paranaense. De frente para o prédio há uma estátua em bronze de aproximadamente 1,5 m de uma negra, Maria Lata D’agua, que, poderíamos supor, seria um dos tributos aos negros. No entanto, a placa no pedestal da estátua explica tratar-se de uma homenagem a um escultor. No decorrer da pesquisa, “descobrimos” ainda um bloco de granito localizado na Praça Santos Andrade (no centro da cidade), na qual há uma placa em bronze com uma dedicatória “à colônia afro-brasileira”. A “homenagem” da Câmara de Vereadores de Curitiba à “etnia negra” vem reforçar nossa tese. A obra que lembraria a população negra passa despercebida em meio à paisagem. Quando comparamos cada um dos monumentos/ memoriais, a visibilidade dos primeiros e a invisibilidade destes últimos é flagrante. Haveria outro “monumento” à população negra, como nos contou um jovem negro integrante de um grupo de valorização da cultura afro-brasileira: “foi criado um monte de praças, assim [...] com o nome das raças, aí criaram a Praça do Zumbi”. E completando: “me diga, aonde que é?”. Ela está localizada “bem no Pinheirinho, tem um bairro, tem a favela e depois da favela a valeta depois da valeta é a Praça”. Além de periférica, a praça encontra-se abandonada, não fazendo parte, é claro, de qualquer circuito ou roteiro cultural ou comemorativo.” MORAES (*Op. Cit.*).

sua maioria não tinha calçamento algum. Poucas receberam *macadam* e, ao transeunte restava “Pó e Lama”, segundo as caricaturas de ruas *dac e as considerações do* higienista *Jayme Reis.*”.

DE BONI (*Op. Cit.*, p. 14) ainda chama a atenção para o fato de que a cidade estaria sendo civilizada, sendo que:

Estaríamos, portanto, frente a uma cidade onde se encontrava concretizado o projeto político da classe dominante, ou seja, a *civilização*. Nela encontramos democracia, cultura, virtudes, beleza, bem-estar, confraternização, movimento, trabalho, lazer, enfim, *ordem e progresso*. Nossos historiadores constroem a imagem de uma cidade que, de sonolenta, pacata e provinciana, transformou-se, graças à ação benfazeja de seus governantes e à índole de seu povo, numa *urbs* moderna, higiênica e ordeira.

Essa descrição de Curitiba em sua fase inicial, já demonstra a ideia de uma cidade “feliz” ou “perfeita”, mas que, como no início de sua formação e até hoje, mantém uma tradição de esconder seus problemas, que já existiam e até hoje permanecem. Conforme DE BONI (*Op. Cit.*, p. 16):

Por outro lado, tal discurso não propicia resposta às indagações a respeito de como se resolveu o problema de moradia para a população que cresceu desmesuradamente, das condições em que se fez o alargamento das ruas e praças, ao modo como terrenos pantanosos foram transformados em jardins, de como se resolviam problemas de saúde, enfim, de como se *civilizou*.

A cidade de Curitiba, em sua história, não deixa muito claro como esse processo civilizador se estabeleceu, mas pelos relatos históricos, ele não deve ter sido diferente dos atuais, sempre deixando populações à margem das decisões e muito mais do que isso, deixando pessoas a margem da “sociedade que se civilizava”, sendo que a autora ainda registra que “(...) a presença de imigrantes perambulando pelas ruas, malcheirosos e famintos, exibindo sua pobreza.”, deixa claro que nem tudo eram “rosas” e que a cidade que se “civilizava” tinha as suas consequências

Com a característica de uma cidade em que as epidemias eram normais, as reformas urbanas ganham força e são implementadas a qualquer custo. DE BONI

(*Op. Cit.*, p. 42) descreve esse processo de implementação das reformas urbanas da seguinte forma:

Reeditava-se a máxima do “despotismo sanitário”, *violentar, não há a menor duvida*. A violência, que se iniciou na própria esfera do poder, com a supressão da autonomia municipal, atingiu rapidamente o conjunto da população, especialmente as camadas populares. Reurbanizar confundia-se, nesse momento, com higienizar, e para isso requeria não só a renovação estética, alargando as ruas, ajardinando praças, cuidando de fachadas; requeria, principalmente, limpar a cidade e expulsar para longe do espaço, que se pretendia purificado, toda uma forma de existência miserável e fétida que se amontoava como lixo nos velhos casarões. Reurbanizar implicava, também, e, afastar do espaço refinado, dos olhos e narizes das senhoras e cavalheiros que compravam suas *echarps*, luvas de pelica e gravatas da última moda parisiense no *Chic* de Paris ou ia ao Cinema *Smart*, a população pobre, suja e feia. Nessa população suja e feia enquadravam-se, indistintamente ao olhar, às vezes cheio de compaixão, mas que quase sempre de repulsa da elite curitibana, os trabalhadores pobres, “ligeiros e vergados” a caminho da estação; os cegos e aleijados “desfilando seus farrapos”, vendedores ambulantes, cocheiros, colonos descalços, condutores de bondes “cheios de lama e com roupas rotas”, menores abandonados, “criadas polacas”, serventes, meretrizes, *câftens*, bicheiros, vagabundos, gatunos, desocupados, desordeiros, “*classes perigosas ou potencialmente perigosas*” (grifo meu), enfim, hóspedes habituais das estatísticas de prisão e notícias policiais.

Essa era a imagem da Curitiba do início do século XX, de uma pequena povoação que sentiu a necessidade da transformação em vila para que, com a instalação da câmara de vereadores, muitos de seus problemas tivessem uma atenção maior.

Depois de vila, uma cidade que lutava para parecer e ser européia, branca e limpa, mas que continuou até os dias de hoje uma cidade como qualquer outra cidade da América Latina, miscigenada, com inúmeros problemas por resolver e como em qualquer parte do mundo, esconder as suas mazelas embaixo do “tapete”.

3.3. Curitiba: da vida pacata à violência cotidiana

A cidade avança e modifica a sua dinâmica, passando de algo parecido como uma vila, preparando-se para uma nova fase: a industrialização que, segundo MULLER (2004, p.39) modificou o cenário urbano da capital do Estado:

A partir dos anos 60 do século XX, Curitiba preparou-se institucionalmente e em termos de infra-estrutura para a industrialização. Com a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) iniciava-se um processo de forte industrialização, também de projetos de grande porte, estabelecendo um quadro de uma economia diversificada e internacionalizada. O crescimento econômico foi acompanhado por um crescimento demográfico rápido, favorecendo principalmente a migração rural-urbana.

Esse processo vai modificar a dinâmica urbana em Curitiba, com a chegada de novas indústrias e com elas a necessidade de mão-de-obra em grande quantidade, o que levou a busca por áreas de moradias próximas à Cidade Industrial que se formava, fazendo surgir algumas áreas de invasões, pois o projeto inicial dessa área industrial não absorvia todas as necessidades dos trabalhadores.

O final do século XX traz uma nova forma de governar a cidade. O arquiteto Jaimer Lerner volta ao cenário municipal de Curitiba na década de 1990 do século XX, após ser prefeito indicado pelo Governo Federal no período ditatorial⁴⁶. Agora eleito de forma democrática e por dois mandatos seguidos, iniciando uma série de legislaturas de uma mesma esfera político-partidária.

Esse processo de permanência de aliados políticos fez com que a cidade de Curitiba projetasse para o mundo a idéia de “cidade planejada” e sem “problemas”, que quando apareciam eram resolvidos através do planejamento urbano e com soluções práticas, porém para ZIRKL (2003, p. 96):

⁴⁶

Enquanto o planejamento urbano de Curitiba sob o governo militar atendeu primeiramente aos grandes interesses econômicos e políticos, agora as demandas fundamentais dos moradores da cidade eram mais bem consideradas, ao menos retoricamente. Mesmo sendo assim, legitimou-se a política social através do recurso da tecnocracia, fortalecendo o enfoque da representação da cidade para a população, em vez de representar a população na cidade. (MULLER, *Op. Cit.*, p.43).

A cidade distingui-se entre as outras capitais e é descrita muitas vezes como referência nacional, o que se comprova nas várias premiações recebidas por instituições nacionais e internacionais como as Nações Unidas. Vale lembrar que Curitiba também apresenta problemas de desenvolvimento urbano como favelização, aumento da desigualdade social e crescimento da violência urbana dentre outros. Estes aspectos porém não são amplamente divulgados devido a forte influência do *marketing* urbano que acompanha o desenvolvimento da cidade. Frequentemente são lançados novos títulos para Curitiba como “Capital ecológica do Brasil” ou o mais recente “Capital Social”. Finalizando podemos descrever Curitiba como modelo de gestão urbana analisando o planejamento urbano, o transporte público e os programas ambientais. Estes exemplos bem sucedidos poderiam sim serem adotados em outras cidades, sempre, contudo, respeitando as características locais. Levar o modelo inteiro para outros lugares, com certeza, seria um fracasso, por que as mesmas condições e problemas locais não existem em outros lugares.

Com poucas belezas naturais marcantes, Curitiba teve na construção de grandes obras, parques e praças a sua marca registrada, sendo dirigida por prefeitos que mais se preocuparam em proporcionar uma imagem de cidade, não tomaram conta da cidade como um local dinâmico e que caminha a passos largos com relação ao crescimento de sua população que, não encontrando aqui uma oportunidade de sobrevivência digna, procura nos bairros mais distantes e desprovidos de infraestrutura básica, nos fundos de vale o seu local de moradia, estando sujeito à própria sorte.

Essa falta de uma característica marcante na paisagem natural da região de Curitiba favoreceu o surgimento de uma espécie de substituição através de idéias “inteligentes” no campo das soluções para os grandes problemas urbanos.

A cidade de Curitiba é tida como uma cidade planejada e com soluções práticas para problemas que assolam diversas áreas urbanas pelo país, inclusive vendendo idéias para outros aglomerados urbanos e até mesmo para outros países, porém não atende as demandas das populações menos favorecidas, gerando áreas que podemos considerar como “vitrines” (SAMEK, 1996).

Para VIACAVA (2000, p. 2):

Durante os governos urbanistas identificados com o *Lernismo* Curitiba conheceu um significativo aumento populacional, certamente imigrantes atraídos pelo *marketing da capital ecológica*. Nos anos 1990 grandes obras foram realizadas e embelezaram a

cidade, entre elas, a Ópera de Arame, o Jardim Botânico e os diversos parques. Essas obras, em certa medida, concluíram um eficiente projeto urbanista iniciado nas décadas de 1960 e 1970, proporcionando a *cidade sorriso* um acabamento estético sofisticado. Em uma cidade acostumada a reformas urbanísticas desde os anos 1950 nos interrogamos sobre os mecanismos de construção dessa identidade curitibana.

Alem dessas populações que habitam em áreas impróprias no município de Curitiba, temos aquelas populações que não podendo arcar com os custos de viver em um município como Curitiba, procuram a região metropolitana para ter acesso a uma moradia mais barata, mas continuam a trabalhar no município sede, ocasionando movimentos em busca de trabalho e utilizando essas cidades do entorno apenas como “municípios albergues”, resultado da migração para a região metropolitana, conforme afirma POLLI (2006, p. 36):

A formação de um anel de pobreza na RMC (localização periférica das ocupações irregulares) resulta do “derramamento” da população da metrópole sobre os demais municípios. Essas localidades arcam com o ônus da oferta de serviços públicos, enquanto a “vitrine” Curitiba, recebe os tributos associados ao status de cidade-modelo. É necessário observar a periferia e compreender a situação vivida por aqueles que foram destituídos dos benefícios da modernização e que se encontram inseridos na “ordem” que corresponde ao risco ambiental, à segregação e à favela de periferia.

Essa migração forçada para a região metropolitana deixa transparecer uma busca pela valorização cada vez maior do espaço dentro do município de Curitiba, que conforme POLLI (*Op. Cit.*, p. 39):

Em Curitiba acontece uma seletividade social no uso do solo. O lugar ocupado pelas diferentes classes sociais é nitidamente definido. A pouca visibilidade das ocupações irregulares, a história de planejamento, a ausência de políticas habitacionais, o número de terrenos vazios urbanos, o *city marketing*, a imagem-síntese da cidade e o consenso construído expressam a espacialização das classes sociais na metrópole de Curitiba.

Ao analisar questões relativas ao planejamento urbano em Curitiba, TREMARIN (2002, p. 165) afirma que:

A imagem de qualidade de vida criada para Curitiba se sustenta a partir da impossibilidade da população de baixa renda morar em Curitiba, devido ao elevado preço da cidade no que se refere aos impostos municipais, às taxas de serviços públicos, aos valores de habitação, educação, lazer e aos preços do comércio em geral. Assim, essa parcela da população acaba sofrendo o fenômeno da segregação sócioespacial, tornando-se moradora dos municípios metropolitanos vizinhos e mantendo, em Curitiba, os vazios urbanos. Desse modo, o planejamento urbano de Curitiba cria espaços distintos na cidade, fragmenta o tecido social e não contribui para a integração regional, mas ao contrário, intensifica as contradições.

Ainda sobre a imagem criada sobre Curitiba e sua influência na dinâmica populacional da região metropolitana, a autora ressalta que:

Esse crescimento ainda elevado na RMC é motivado, em parte, pelo *marketing* intenso da administração municipal, que promove a cidade nacional e internacionalmente como de grande qualidade de vida. A intensa propaganda veiculada por diversos meios de comunicação age impulsionando grandes contingentes que chegam trazidos pelas imagens da *Capital de Primeiro Mundo*, do *Novo Polo Automobilístico*, e recentemente, de *Capital Social*. Com toda essa demanda populacional e com alto preço dos imóveis praticados em Curitiba, resultado mesmo do planejamento urbano, aqueles que não tem condições de morar na cidade transferem-se para municípios da RMC.

Esse planejamento, por exemplo, criou uma área específicas para indústrias, como a Cidade Industrial de Curitiba, porém não levou em conta as necessidades habitacionais próximas ou de transporte de outras regiões para as fábricas, gerando um déficit de infraestrutura básica (OLIVEIRA, 2001).

Esse mesmo planejamento urbano gerou inúmeras áreas segregadas no município, levando inúmeras parcelas da população a habitar em áreas impróprias sob vários aspectos. Essas áreas não são especificamente periféricas, como por exemplo, a Vila das Torres e Favela do Parolim, no bairro do mesmo nome, que estão a poucos minutos do centro da cidade.

No Brasil, geralmente, considera-se periferia bairros pobres e degradados, e que pode ser definida como: “A periferização pode ser entendida como uma projeção ao nível do espaço, do processo de acumulação do capital e de suas consequências para o habitat da classe trabalhadora, determinando sua segregação espacial em áreas cada

vez mais longínquas dos ‘núcleos’ dos principais centros urbano-industriais do país” (VALLADARES *appud* POLLI, 2006, p. 53). Ainda para POLLI (*Op. Cit.*, p. 158):

Na grande Curitiba, observa-se o crescimento para além do município-polo da metrópole. A ocupação peri-urbana e dispersa, ao longo das rodovias, constitui uma nova forma de ocupação, que corresponde a uma alternativa ao preço alcançado pelos lotes na zona urbanizada. Os conceitos e funções do campo e da cidade são alterados com a introdução de novas formas de morar e relações que alteram significativamente o conteúdo desses espaços. Ao mesmo tempo, ocorre o aumento do número de ocupações irregulares em áreas ambientalmente frágeis e mudanças na configuração do centro urbano, com escassas unidades habitacionais e expansão do comércio popular.

A falta de infraestrutura básica nos bairros periféricos não modificou mesmo com a mudança consecutiva do *slogan* da cidade por várias vezes. A “Cidade Ecológica” tem os rios de seu território mortos, ou com baixíssima qualidade. A “Capital Social” padece cada vez mais da violência cotidiana dos bairros periféricos e de sua região metropolitana. Seus moradores de rua padeçam da invisibilidade e do preconceito.

3.4. A Geografia do crime em Curitiba: a espacialização da violência na cidade

Com o aumento populacional e, conseqüentemente, um aumento nos números relativos à violência e criminalidade, existe também um aumento nos preços dos imóveis (TEIXEIRA & SERRA, 2006) que acaba impactando na especulação imobiliária, promovendo um inchaço da periferia e da região metropolitana, aumentando também a procura por loteamentos sem infraestrutura e mesmo por ocupações irregulares, gerando conflitos entre populares, contra o estado e os especuladores.

Ainda com relação à violência urbana e ao clima de medo⁴⁷ e insegurança nas grandes cidades brasileiras, MIR (2004) e SOUZA (2005) chamam a atenção para o estado de “guerra civil” em que o país mergulhou, levando em conta o elevado número de mortes violentas que ocorrem diariamente nas cidades, sejam acidentes de trânsito, homicídios e suicídios, resultado do processo de anomia⁴⁸ por qual passa a sociedade.

Esse processo de desagregação social, que em parte pode ser explicado também pelo modelo econômico vigente, onde a preocupação maior com o consumo excessivo alimenta toda uma sociedade em que a preocupação maior é o de possuir cada vez mais e não somente aquilo que seria o necessário para suprir as necessidades de cada um para uma vida com conforto e dignidade.

Na década de 1990 do século XX, os homicídios foram responsáveis por 33% das mortes por causas externas no Brasil, sendo que o uso de armas de fogo teve um salto de 50% dos casos no início da década para 70% no ano de 2000 (PERES & SANTOS, 2005), demonstrando a falta de controle por parte das autoridades responsáveis pela segurança pública.

⁴⁷ Essa sensação de medo do crime já gerou o surgimento uma página na *web* para catalogar e divulgar os casos de mortes violentas em Curitiba e Região Metropolitana. O responsável pelo sítio divulga as informações separadas por bairros de Curitiba e por cidades da R.M. As informações são coletadas de jornais da região. <http://www.crimescuritiba.com/>

⁴⁸ Anomia no sentido de desregramento posto por Emile Durkheim no seu clássico estudo sobre o suicídio. (O SUICÍDIO, 1897 (2005) Martin Claret Editora, SP).

No estado do Paraná os números não fogem à regra e a Região Metropolitana de Curitiba mantém o padrão do resto do país numa constante evolução de 1980 até 2004. Na Tabela 1, observa-se a evolução dos casos de homicídios no Estado do Paraná no período de 1996 até 2002, através dos dados oriundos da Polícia Civil do Paraná.

Tabela 1.

EVOLUÇÃO DOS HOMICÍDIOS NO PARANÁ DE 1996 ATÉ 2002, SEGUNDO A POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ

Homicídios	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Dolosos							
Curitiba	289	371	386	333	373	443	385
DPMetro	114	176	168	127	205	251	297
Interior	926	1114	1159	749	832	1152	1584
Paraná	1329	1661	1713	1209	1410	1846	2266

Fonte: Grupo Auxiliar de Planejamento/Departamento da Polícia Civil do Pr, citado em Bordin, 2005.

A evolução dos crimes de homicídios em Curitiba e na Região Metropolitana também é observado nos registros do Ministério da Saúde através do Sistema de Informações sobre Mortalidade, verificado no gráfico 1, logo abaixo. Apesar da diferença nos números e dos períodos das duas informações, fica evidente a evolução constante dos casos⁴⁹.

⁴⁹ Sobre estatística e em especial a estatística criminal, CALDEIRA (*Op. Cit.*, p. 102) afirma que: Supostamente, as estatísticas seriam um instrumento neutro para o conhecimento da realidade social, uma ferramenta científica para demonstrar com confiança os traços mais gerais da sociedade. Ao invés disso, elas produzem visões peculiares e específicas sobre a realidade social. Estatísticas criminais não são exceção. Elas são construções que geram visões particulares de alguns segmentos da realidade social. Elas constroem imagens de padrões de crime e comportamento criminoso. Hoje, é difícil sustentar a idéia de que sejam uma representação do crime “real” – se é que ainda se pode falar nesses termos. No máximo, pode-se afirmar que as estatísticas indicam algumas tendências da criminalidade. Mas se as informações que elas dão sobre o crime são restritas, elas podem revelar outros fatos sobre a sociedade que as produz.

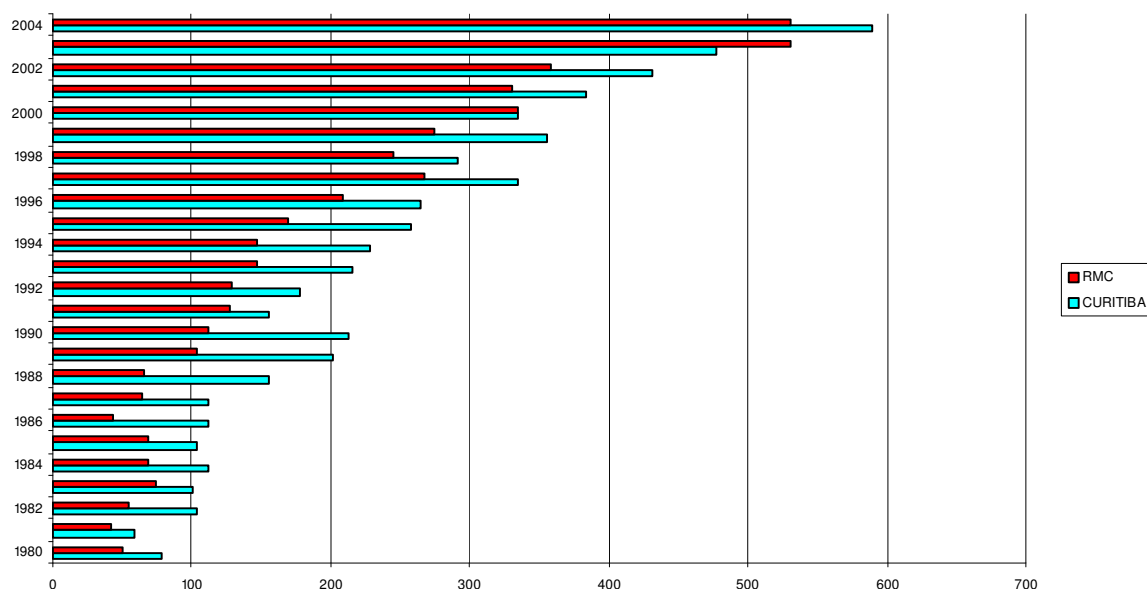
Esse aumento contínuo dos registros de homicídios é observado, seja nos dados da área da saúde, seja nos registros da própria Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, ocorrendo distorções, pois a metodologia da coleta dos dados varia imensamente.

Enquanto a Secretaria de Segurança Pública considera “homicídio” o caso que virou um inquérito na Polícia Civil, ou seja, após a tipificação do caso pelo delegado, em tese após uma investigação. Já os registros da área da saúde, são realizados através das Notificações de Óbitos e, por exemplo, se uma pessoa morre com ferimentos de arma de fogo ou ferimento de faca, o registro final pelo órgão da saúde que preencheu a declaração de óbito será de como um “homicídio”⁵⁰.

⁵⁰ Essa classificação é feita através de uma CID (Classificação Internacional de Doenças) ou International Classification of Diseases (ICD). Série de códigos com parâmetros internacionais para cadastro para fins estatísticos, visando uma padronização de coleta de dados sobre saúde e mortalidade no mundo todo, divulgado pela Organização Mundial da Saúde da Organização das Nações Unidas.

Gráfico 1.

EVOLUÇÃO DOS HOMICÍDIOS EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA, DE 1980 ATÉ 2004, SEGUNDO O MINISTÉRIO DA SAÚDE (SIM/DATASUS/MS)



Fonte: DATASUS/MS – os dados estão disponíveis em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sih/cnv/erPR.def> - Acesso em 23 de Junho de 2008. O gráfico foi elaborado pelo Autor.

Em Curitiba, verifica-se uma maior concentração dos crimes contra a vida, em especial os homicídios, nas áreas periféricas⁵¹, com maior população e com baixos níveis de desenvolvimento econômico, e ainda caracterizados por serem de áreas industriais, como por exemplo, a Cidade Industrial de Curitiba e bairros com uma história de desenvolvimento recente, caso do bairro Sítio Cercado e Tatuquara e aqueles que possuem altos índices de áreas irregulares em seu território, sendo

⁵¹ Quando as estatísticas criminais são decompostas por área, surge uma correlação entre bairros pobres e risco de vitimização. Nas cidades de São Paulo, Salvador e Curitiba, as áreas violentas, onde em certas comunidades a taxa de homicídios atingiu níveis epidêmicos, são também aquelas com o “grau” econômico mais baixo. Da mesma maneira, as áreas com grau socioeconômico mais alto também gozam das menores taxas de homicídios. Portanto, os membros das comunidades com indicadores socioeconômicos reduzidos correm muito maior risco de serem assassinados do que os que vivem em bairros menos carentes. (PINHEIRO, *Op. Cit.*, p. 244).

exemplos deste caso, o bairro Uberaba e o bairro Cajurú, este último figurando sempre nas páginas policiais da capital paranaense⁵².

Os bairros citados anteriormente ainda possuem em suas áreas geográficas inúmeros problemas relacionados ao tráfico de entorpecentes e que geram uma outra dinâmica de seus moradores e também daqueles que por eles circulam, observando que o estado não atua de forma contínua, deixando uma espécie de “vácuo” facilmente preenchido por traficantes, tendo a participação do estado nesses bairros limitados a ação das polícias, que geralmente atuam de forma violenta e em determinados horários, atuação esta que geralmente se volta contra a maioria da população honesta.

Já os crimes contra o patrimônio concentram-se nas áreas aonde a possibilidade de lucro é maior e o custo será mínimo, em virtude de uma série de fatores, como por exemplo, o grande volume de pessoas no bairro Centro, que irá favorecer uma fuga mais fácil, e também pela maior circulação de dinheiro que este bairro tem.

Verifica-se também que os crimes contra o patrimônio possuem maior incidência em áreas limítrofes de áreas pobres e áreas ricas, remetendo a áreas específicas de cometimento de crimes de roubo e furtos.

Não queremos afirmar aqui que existe uma relação entre pobreza e criminalidade ou violência, fato este já tratado em diversos estudos e que não ficou comprovada tal relação, mas sim tentar demonstrar que essas áreas limítrofes são áreas “conflituosas” e onde as mazelas sociais ficam evidentes.

Com relação à distribuição espacial dos crimes e sua relação com o padrão econômico de seus moradores, COELHO (2005, p. 267) afirma que:

Quanto à ecologia do crime, é impressionante o número de investigações que consistentemente indicam as zonas centrais das cidades norte-americanas (principalmente a zona de transição adjacente ao centro de negócios) como as áreas que abrigam a maior parcela dos delinquentes e a maior incidência de crimes de todos os tipos. Nesses termos, a distribuição espacial da pobreza dentro das cidades coincide sistematicamente com a da criminalidade. Na América Latina, um estudo da

⁵² Essa delimitação quanto aos tipos de crimes em Curitiba pode ser verificada no sítio eletrônico da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, com relação ao ano de 2007 e primeiro semestre de 2008. http://www.seguranca.pr.gov.br/gestao_estatisticas.php. Acesso em 30/10/2008.

delinquência na cidade de Córdoba, na Argentina, revelou que a distribuição espacial das residências dos delinquentes coincidia com a das residências das camadas mais pobres, ambas convergindo para as áreas mais deterioradas da cidade.

Nesse estudo, COELHO (*Op. Cit*, p. 269) ainda cita que o mesmo padrão encontrado em Córdoba é verificado na cidade do Rio de Janeiro, afirmando que “os delinquentes tendem a cometer as infrações na própria área onde residem ou em suas imediações.”. No caso do Brasil, pode-se inferir que na grande maioria das cidades o padrão permaneça inalterado, ou seja, infelizmente as áreas mais pobres sofrem com um maior número de crimes ou de violência.

Numa análise espacial dos homicídios em Curitiba no ano de 2007, realizado pela Secretaria de Segurança Pública⁵³, foram identificados os bairros citados (Cidade Industrial, Tatuquara, Sítio Cercado, Cajuru e Uberaba) com o maior número de casos e, posteriormente na análise de janeiro até agosto de 2008, esses mesmos bairros continuaram a liderar esse *ranking*, salvo por pequenas variações na quantidade de casos em virtude do período analisado ser diferenciado, demonstrando que as intervenções por parte do estado não foram suficientes para alterar o quadro referente à violência letal na capital do estado.

A cidade de Curitiba, em virtude dos aspectos do planejamento urbano discutidos anteriormente e mesmo de sua formação étnica, proporciona um alto grau de segregação socioespacial extremamente alto, ocasionando conflitos das mais variadas formas, inclusive na invisibilidade dos negros no discurso da cidade formada por diversos grupos étnicos, sendo os maiores aqueles de origem européia (MORAES, *Op.*

⁵³ Em 2004 foi criado na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná um setor que efetuasse a centralização das estatísticas de segurança pública no estado e também fornecer a distribuição espacial dos crimes através do “mapa do crime”. Um avanço interessante que esse setor proporcionou nas informações criminais no Estado do Paraná foi a unificação dos boletins de ocorrências das Polícias Civil e Militar, que atualmente utilizam o Boletim de Ocorrência Unificado (BOU). As estatísticas atualmente são disponibilizadas trimestralmente através do *home page* da Secretaria de Segurança Pública, em que pese os constantes atrasos nessa divulgação e também a metodologia utilizada com relação ao agrupamento dos números sobre crimes em Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) e não por bairros nas cidades com maior população ou por município no com menores populações, dificultando a interpretação por parte da grande maioria da população. As informações sobre a estatística criminal do Estado do Paraná pode ser acessada em <http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=38>.

Cit.). Em virtude desses aspectos, Curitiba tem apresentado nos últimos anos uma elevação nos números de crimes, sendo que boa parte dessas atividades ilícitas está concentrada em determinados bairros da cidade.

Esses mesmos bairros são aqueles com maiores problemas em relação aos serviços governamentais, em virtude de seu grande número de moradores como a Cidade Industrial (bairro este que ainda conta com uma enorme população pendular, em virtude do grande número de indústrias localizadas no bairro) e Sítio Cercado, alguns com áreas enormes de seu território com ocupações irregulares como o Cajuru e o Uberaba e outros pela rápida formação e ocupação de loteamentos como o Tatuquara, sendo que alguns desses problemas ocorrem de maneira conjunta em um ou outro bairro⁵⁴.

Essa constatação pode ser vista ao analisarmos as figuras 6 e 7 (mapas que representam a distribuição dos homicídios por bairros de Curitiba nos anos de 2007 e 2008) com a figura 8 (mapa que representa a distribuição de renda por bairros de Curitiba no ano de 2000), verifica-se que a maior concentração dos homicídios acontecem nos bairros com rendas médias entre 3 e 5 salários mínimos e também nos bairros com renda entre 5 e 10 salários mínimos.

Nesses bairros, a única forma do estado se fazer presente é com ações policiais, que geralmente resultam em mais violência em geral contra aquelas parcelas da população constituídos de pobres, jovens e negros, quando não resulta de violência policial letal, que resulta em número cada vez maior no estado do Paraná. Dessa forma se verifica que o aparelho estatal também contribui para a sensação de insegurança ao

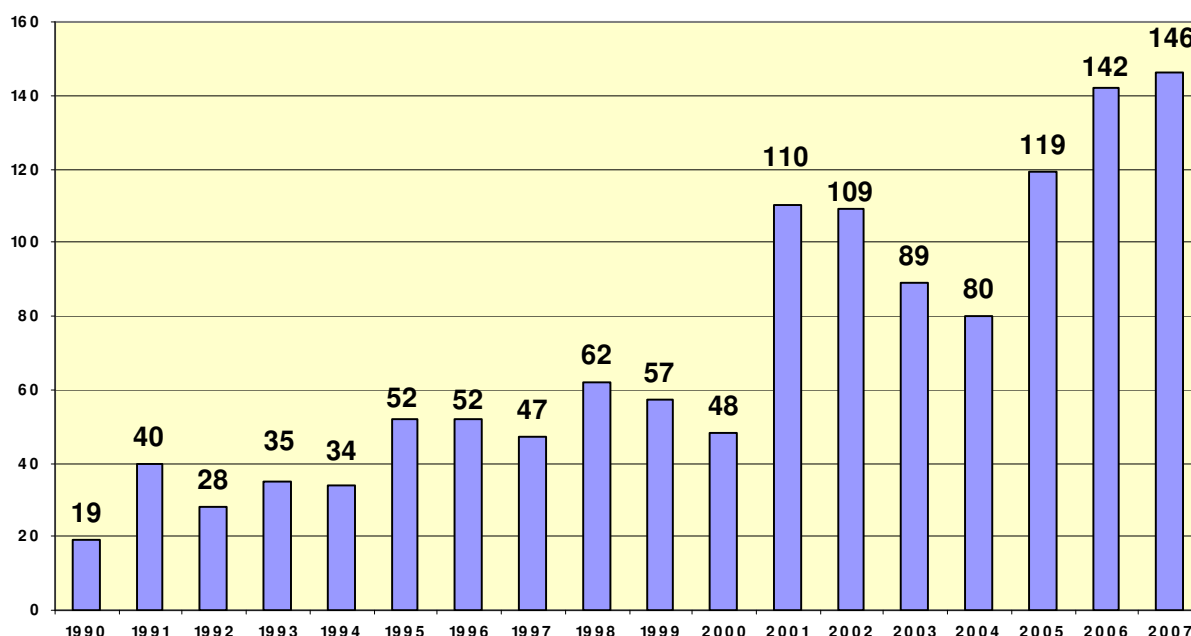
⁵⁴ Como ocorreu em 2007, neste ano, Sítio Cercado, Cidade Industrial, Tatuquara, Cajuru e Uberaba lideram o quadro de homicídios. A Secretaria de Segurança Pública do Paraná não divulgou dados, por bairros, referentes aos homicídios dolosos registrados em 2008. Mas levantamento extra-oficial feito pela **Gazeta do Povo**, a partir dos relatórios emitidos diariamente pelo Instituto Médico-Legal de Curitiba – e que não incluem somente os homicídios dolosos – confirma que o cenário se mantém. As regiões que concentram 60% dos homicídios dolosos são as mesmas que ocupam as primeiras posições no ranking de população. Segundo dados do IML, dos 452 casos que envolveram mortes por arma de fogo, agressão e arma branca, registrados entre 1º de janeiro e 30 de junho deste ano, o Sítio Cercado ocupa a primeira posição, com 34 mortes. Com uma população estimada de 114.920 habitantes, a proporção é de uma morte a cada 3.380 moradores. Na sequência, vem o CIC – o mais populoso – com 158.046 moradores e 27 casos; o Tatuquara, com 26 mortes e 47.439. Em quarto lugar aparece o Cajuru, com 25 casos e, logo atrás, o Uberaba, com 18 casos. No total foram 130 mortes violentas.

utilizar cada vez mais violência letal para tentar modificar o quadro da criminalidade violenta.

No gráfico 2, esse aumento da violência letal cometida por policiais militares no Paraná fica evidente, demonstrando o aumento das intervenções que resultam em morte de civis, demonstrando que o Estado não tem como preocupação maior a preservação da vida humana, mesmo das pessoas que infringem as leis.

Gráfico 2.

Homicídios cometidos por Policiais Militares em serviço no Paraná, de 1990 até 2007



Fonte: Polícia Militar do Paraná organizado por BORDIN 2005⁵⁵.

Essa segregação em virtude dos aspectos geográfico, sociais e econômicos tem levado a problemas como, por exemplo, a criação da imagem do jovem que assume a

⁵⁵ Apesar de uma queda em dos números de civis mortos em confronto com policiais militares de 2003 a 2004, verificamos um aumento entre 2005 e 2007, demonstrando a falta de controle por parte do Estado com relação a esse tipo ação no enfrentamento da violência.

cultura *hip hop* como sendo propenso ao cometimento de alguma atividade criminosa, sendo até mesmo vigiados pelos aparatos do estado e também privados⁵⁶ (fig. 5).

FOTO 5.



Shopping no bairro Portão em Curitiba, que não permitiu, por diversas vezes a entrada de jovens de grupos de *hip hop*, que é considerada como uma cultura marginal e vinculada à periferia das grandes cidades. (fonte: Ivonaldo Alexandre/Gazeta do Povo, edição do dia 05/06/2008).

Davis (1993, p. 207), discutindo a questão de como a arquitetura da cidade de *Los Angeles* contribui pra a segregação socioespacial, afirma que:

56

“O Ministério Público do Paraná (MP-PR) informou que abriu, na quarta-feira (4), um procedimento para apurar a atitude do **Shopping Center Palladium**, no bairro **Portão**, em Curitiba, de impedir a entrada de adolescentes. No dia 25 de maio, cerca de 150 jovens vestidos com roupas características do movimento hip-hop – calções e camisetas largas, bonés e *piercings* no rosto **-fizeram uma manifestação na frente do shopping**. Eles teriam sido proibidos de entrar no estabelecimento pelos seguranças. **Uma semana depois, novamente os adolescentes foram impedidos de entrar.**” *Gazeta do Povo*, edição do dia 05/06/2008.

Os pseudos-espços públicos para consumidores ricos de nossos dias – suntuosos *shoppings*, centros de escritórios, acrópoles culturais, e assim sucessivamente – estão repletos de sinais invisíveis que impedem a entrada do “Outro” da subclasse. Embora os críticos da arquitetura não prestem em geral atenção a como um ambiente construído contribui para a segregação, os grupos de párias –sejam famílias pobres, jovens rapazes negros ou velhas senhoras brancas sem-teto – leem o sentido imediatamente.”

Tal como na cidade de *Los Angeles* como em Curitiba e usando o exemplo do *shopping Palladium*, temos a visão de que o urbanismo e a arquitetura atual buscam soluções para uma sensação de insegurança que, muitas vezes, não existe e o que é pior, essa sensação foi criada com a criação desses “pseudos-espços públicos” (DAVIS, *Op. cit.*), em que todos querem adentrar e circular, mas nem todos terão acesso, em virtude de suas origens ou costumes, sejam eles quais forem.

Partindo dessa ideia de que a cidade não aceita a livre circulação de todos de uma forma pacífica, delimitando comportamentos e atitudes e que não aceita uma ruptura com o modelo de uma “ordem pública”, tanto Davis (*Op.cit.*) como Souza (*Op. cit.*) chamam a atenção para uma militarização do espaço público, ou seja, utilizando um discurso de aumento da violência e do crime, o Estado e as classes mais favorecidas utilizam cada vez mais de instrumentos legais ou ilegais para controlar o espaço público nas cidades.

No gráfico 3, observamos a evolução dos números referentes a homicídios na cidade de Curitiba, através dos dados do Ministério da Saúde⁵⁷ e que demonstram o aumento significativo desse tipo de violência contra a vida, cidade esta que, apesar da população da cidade ter no mesmo período um crescimento populacional acentuado,

⁵⁷ Os dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde relativa a Mortes por causas Externas (Acidentes de Trânsito, Suicídios e Homicídios), geralmente possuem uma margem maior de registros dos números registrados pelos Governos Estaduais em razão de sua caracterização ser mais genérica, ficando os registros estaduais vinculados aos tipos elencados no Código Penal, sendo que os dados da área da saúde possuem um menor número de categorias. Essa diferença pode variar de região para região geográfica do Brasil em virtude da qualidade das notificações e também não existe ainda um sistema que congregue todas as formas de captação de dados, fazendo com que apareçam inúmeras diferenças entre os bancos de dados sobre o assunto em questão, mas que nos demonstram que existe um aumento nos indicadores de violência no estado do Paraná e em Curitiba.

não foi alvo de políticas públicas⁵⁸ que pudessem reverter o quadro problemático com relação aos crimes contra a vida, que em tese, são os de maior repercussão e que causam maior comoção entre a população.

Gráfico 3.



Essa situação de risco para as pessoas continua, pois as ações imediatistas no que diz respeito a reverter esse quadro não funcionaram⁵⁹, sendo que nas figuras 6

⁵⁸ A cultura da execução de políticas públicas emergenciais, focadas nos problemas no momento em que são dotados de nível de gravidade considerável, influencia no perfil dos estudos e práticas públicas, voltando as mesmas para o crime ou para a ação finalística em injúria. O espaço reservado para iniciativas estruturais é reduzido a programas de cunho humanitário, focado exclusivamente nas populações de risco para a produção da violência. Associado a isso há o fato das mesmas serem executadas enquanto políticas de gestão, o que garante um efeito temporário da ação, sendo a mesma dependente da linha político-administrativa do momento. Na tradição política brasileira, raramente este tipo de iniciativa é agraciada com o benemérito da continuidade. (BEZERRA, 2008, p. 102).

⁵⁹ Em 2008, a Secretaria da Segurança Pública afirmou “congelar” os bairros com maiores números de homicídios, ou seja, a polícia iria atuar com maior rigor nos casos de mortes violentas ativando todo o aparato policial, seja ele ostensivo, de investigação e de criminalística. Outra idéia era de

(homicídios por bairros em Curitiba, de Janeiro a Outubro de 2007) e 7 (homicídios por bairros em Curitiba, de Janeiro a Outubro de 2008), demonstra os bairros com maiores registros de crimes de homicídios.

Comparativamente entre os meses de Janeiro a Outubro dos anos de 2007 e 2008, deixando bem claro que os bairros em que esses crimes acontecem, são justamente aqueles com maiores problemas com relação a investimentos públicos e que possuem maiores concentrações populacionais.

A tabela 2 demonstra a contínua evolução dos homicídios dolosos em Curitiba, de 2003 até 2009 (parcial), porém para o ano de 2009 e com os dados atualizados demonstram 632 casos. E nesse caso, se verifica que, no período, as taxas estão acima de 30 casos por 100 mil habitantes, chegando a taxa de 35,55 no ano de 2005, enquanto a média no Brasil oscilou entre 20,94 (1990) e 26,70 (2000) (SANTOS e PERES, 2005, p. 61) e que no ano de 2008 atingiu a taxa de 32,82 casos por 100 mil habitantes (tabela 2).

Tabela 2.

QUANTIDADE E TAXA DE HOMICÍDIOS DOLOSOS REGISTRADOS EM CURITIBA SEGUNDO RELATÓRIOS MENSAIS DO GAP e DELEGACIA DE HOMICÍDIOS - 2003 à 2009.

VARIÁVEIS	ANO						
	2003 (1)	2004 (1)	2005 (1)	2006 (1)	2007 (1)	2008 (1)	2009 (1)
HOMICÍDIO DOLOSO	515	472	625	599	589	598	444
POPULAÇÃO	1.671.194	1.727.010	1.757.904	1.788.559	1.797.408	1.822.123	1.845.956
TAXA / 100 MIL HAB.	30,82	27,33	35,55	33,49	32,77	32,82	24,05

Fonte: Relatórios Mensais - GAP - DPC/PR.

(1) - População Estimada - IBGE.

Os dados de 2009 correspondem até o terceiro trimestre.

A análise da evolução dos dados referentes aos homicídios (ou mortes por causas externas, nomenclatura utilizada pelo Ministério da Saúde) verifica-se um

que as polícias mantivessem um maior numero de policiais nesses bairros, porém em Oficial da Polícia Militar afirmou que a logística das instituições eram insuficientes para atender a essa demanda.

constante aumento desse tipo de crime na cidade de Curitiba, padrão esse em nada diferente do restante do país, conforme PERES (2007, p. 125):

A violência é um problema de grande relevância para a população brasileira, com tendência de crescimento evidenciada através das taxas de mortalidade por homicídios e por armas de fogo. Essa afirmação soa um tanto batida, como algo que já foi por todos nós escutado, lido ou comentado em inúmeras e diversas ocasiões. Tal tendência de crescimento dos homicídios no Brasil foi evidenciada já no final da década de 1980 e início dos anos 1990, com agravamento progressivo expresso através dos altos coeficientes de mortalidade, em particular entre homens jovens, moradores de áreas periféricas dos grandes centros urbanos. Ou seja, tomamos consciência desse quadro há mais de 10 anos e, infelizmente, não é possível dizer que tenha havido uma reversão da tendência apontada. Lidamos, pois, como um problema que já começa a se tornar crônico. A epidemia de violência começa a ganhar feições de endemia.

A afirmação da autora parece extremamente acertada e acrescenta-se que parece existir certo comodismo com toda essa situação por parte da população, pois, apesar de algumas manifestações esporádicas em casos de violência de maior repercussão, aceita-se esse modelo falido de segurança pública sem um debate mais amplo e com uma verdadeira participação de mais segmentos da população⁶⁰.

Outro fator interessante na análise da espacialização da violência em Curitiba é que, ao utilizar a técnica de agrupar os registros de ocorrências criminais, verifica-se que as concentrações estão localizadas no bairro Centro e adjacências e nos demais bairros muito próximas às vias de grande circulação e de comércio (Figura 9).

Essa distribuição decorre em virtude do grande número de registros de furtos e roubos, em especial devido ao intenso comércio das vias mais utilizadas e, no bairro Centro, em virtude da grande circulação de pessoas e da intensa atividade de serviços que o bairro concentra (tabelas 3 e 4). Ao contrário dos bairros periféricos da capital

⁶⁰ Em 2009, participei parte na comissão de organização da Conferência Estadual de Segurança Pública do Estado do Paraná e também atuei como palestrante na Conferência Livre de Segurança Pública do Movimento GLBT em Curitiba e como facilitador em um grupo de discussão na Conferência Livre de Segurança Pública no Município de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba e como fruto dessas experiências verifiquei que a forma como foram escolhidos os participantes, sejam eles da Sociedade Civil, sejam dos operadores do sistema de segurança pública, foi um tanto que direcionada, o que impossibilitou uma participação de outras parcelas da população.

paranaense, que concentram os crimes de violentos, em especial os crimes de homicídios.

Os roubos no bairro Centro, no período de Janeiro a Outubro de 2008 totalizaram 11,2% do total desse tipo de registro na cidade e os furtos totalizaram 17,02% desse tipo de registro criminal, enquanto o segundo bairro (Cidade Industrial) com maior número de registros de roubo e furto totalizou 7,34% e 4,56% respectivamente, sendo que no mesmo período o bairro totalizou o maior numero de homicídios dolosos com 77 casos ou 13,87% do total de casos.

Os demais bairros com maior concentração de homicídios dolosos também possuem uma porcentagem baixa de furtos e roubos, mas em termos de homicídios são os mais problemáticos (ver figuras 6 e 7).

Tabela 3.

**RANKING DOS BAIRROS DE CURITIBA SEGUNDO
A NATUREZA DE ROUBO NO PERÍODO DE JAN A
OUT 2008**

RANKING	BAIRRO	QTD	%
1	CENTRO	2347	11,20
2	CIDADE INDUSTRIAL	1538	7,34
3	SITIO CERCADO	1022	4,88
4	BOQUEIRAO	884	4,22
5	PINHEIRINHO	787	3,76
6	PORTAO	744	3,55
7	CAJURU	741	3,54
8	AGUA VERDE	633	3,02
9	XAXIM	605	2,89
10	UBERABA	551	2,63
11	CAPAO RASO	501	2,39
12	REBOUCAS	478	2,28
13	HAUER	440	2,10
14	BACACHERI	388	1,85
15	BOA VISTA	386	1,84
16	NOVO MUNDO	360	1,72
17	BATEL	318	1,52
18	PAROLIM	316	1,51
19	FAZENDINHA	300	1,43
20	JD DAS AMERICAS	297	1,42
21	OUTROS BAIRROS	7312	34,91
	TOTAL	20948	100

Fonte: BOU 2 - SESP

Tabela 4.

**RANKING DOS BAIRROS DE CURITIBA SEGUNDO
AS NATUREZAS RELATIVAS A FURTO NO
PERÍODO DE JAN A OUT 2008**

RANKING	BAIRRO	QTD	%
1	CENTRO	5443	17,02
2	PORTAO	1459	4,56
3	BOQUEIRAO	1223	3,82
4	AGUA VERDE	1191	3,72
5	PINHEIRINHO	932	2,91
6	SITIO CERCADO	861	2,69
7	CIDADE INDUSTRIAL	1050	3,28
8	CAJURU	814	2,55
9	BATEL	734	2,29
10	HAUER	700	2,19
11	REBOUCAS	677	2,12
12	CAPAO RASO	647	2,02
13	XAXIM	616	1,93
14	UBERABA	586	1,83
15	BIGORRILHO	584	1,83
16	NOVO MUNDO	561	1,75
17	BACACHERI	551	1,72
18	BOA VISTA	494	1,54
19	SANTA FELICIDADE	493	1,54
20	MERCES	477	1,49
21	OUTROS BAIRROS	11891	37,18
	TOTAL	31984	100

Fonte: BOU 2 - SESP

Essa espacialização dos crimes deixa evidente a necessidade de um maior investimento nas áreas em que os crimes contra a vida são em maior número, investimentos não apenas em repressão, mas também em prevenção e na melhoria das condições de vida e na criação de oportunidades reais, pois demonstram que o valor da vida humana custa pouco e cada vez mais aumenta a sensação de insegurança e também por que a vida é o maior bem tutelado pelo Estado através da Constituição Federal Brasileira.

Figura 6.
Homicídios por Bairros de Curitiba, no ano de 2007, segundo a Delegacia de Homicídios da Polícia Civil.

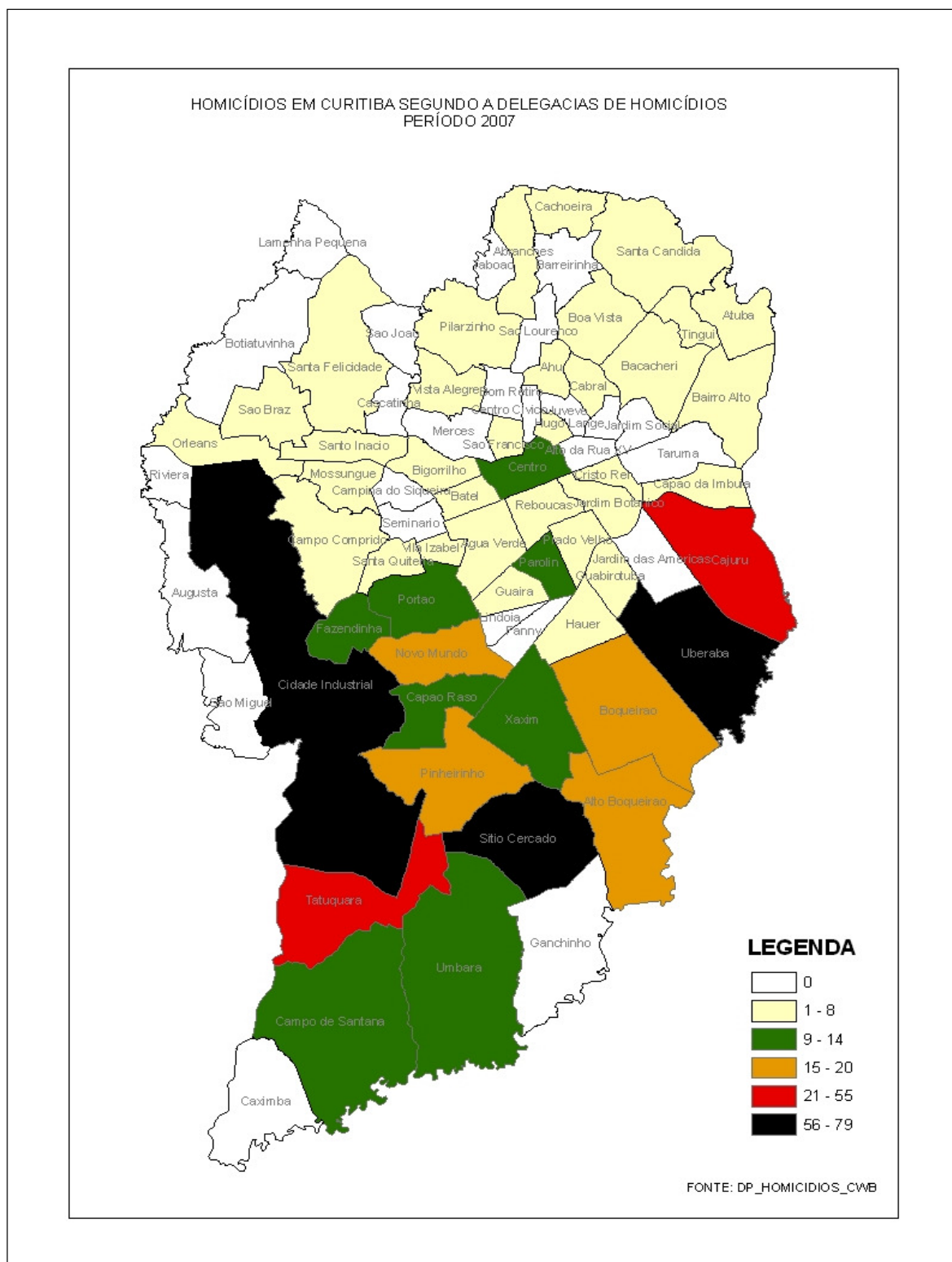


Figura 7.
Homicídios por bairros de Curitiba, no período de Janeiro até Agosto de 2008,
segundo a Delegacia de Homicídios da Polícia Civil do Paraná.

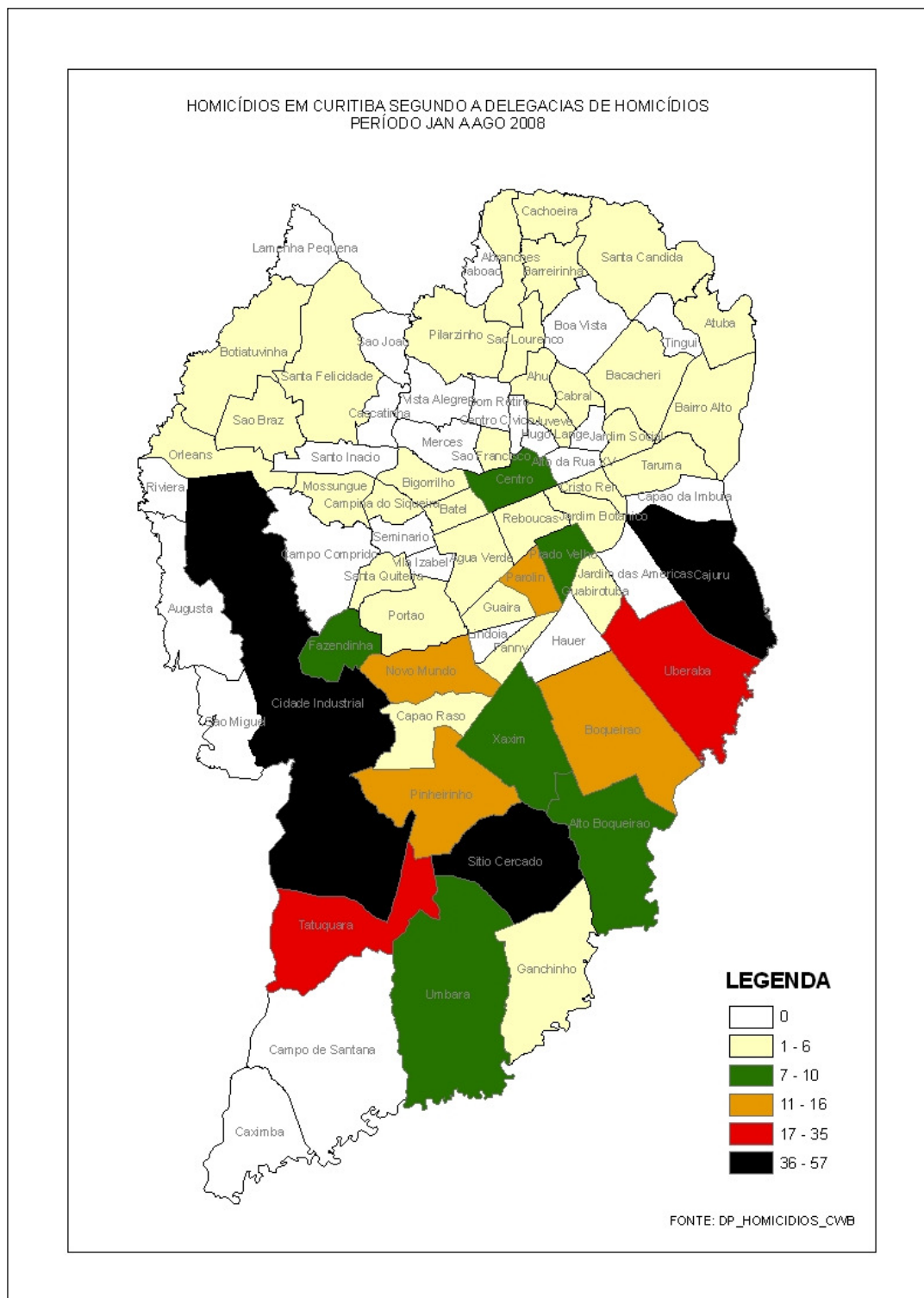
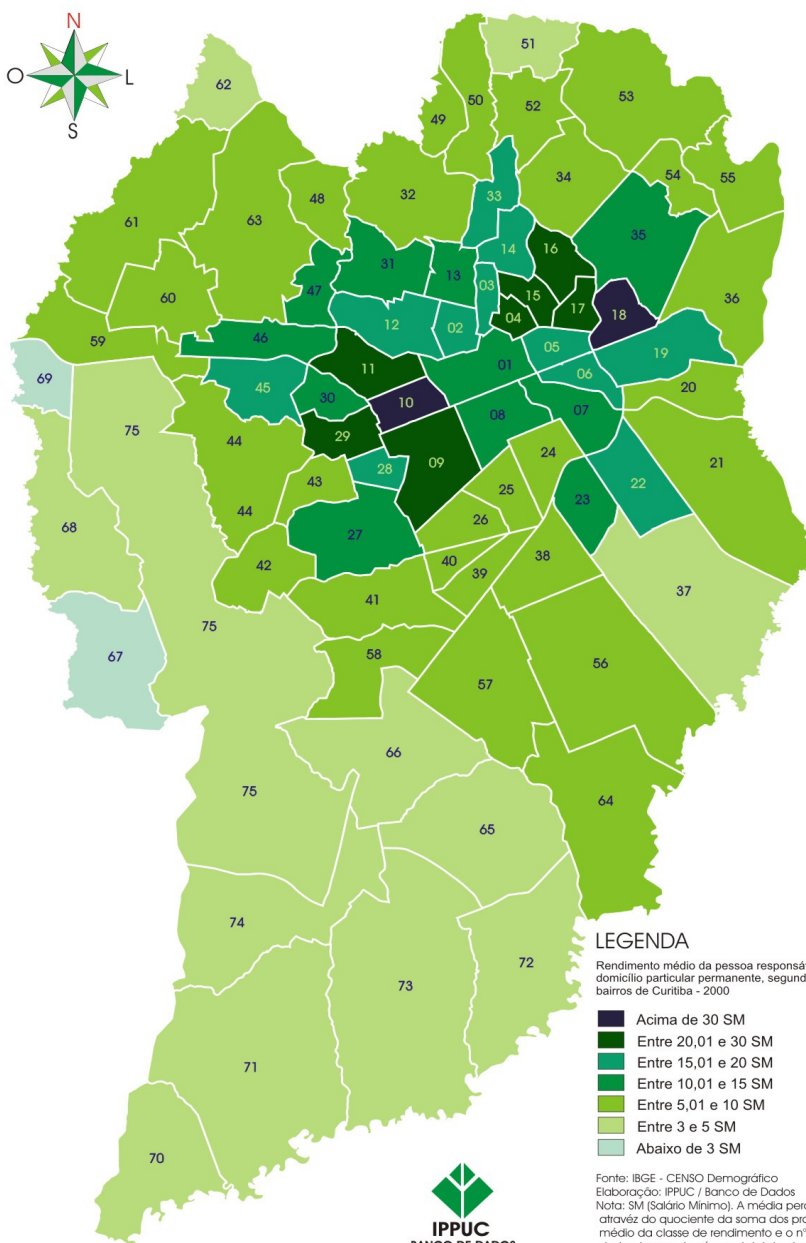
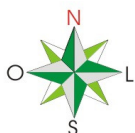


Figura 8.
Renda média por bairros de Curitiba, no ano de 2000, segundo o IPPUC e IBGE.

Renda Média por Bairro em Curitiba - 2000

BAIRROS

01-CENTRO
 02-SÃO FRANCISCO
 03-CENTRO CÍVICO
 04-ALTO DA GLÓRIA
 05-ALTO DA RUA XV
 06-CRISTO REI
 07-JARDIM BOTÂNICO
 08-REBOUÇAS
 09-ÁGUA VERDE
 10-BATEL
 11-BIGORRILHO
 12-MERCÊS
 13-BOM RETIRO
 14-AHÚ
 15-JUVEVÊ
 16-CABRAL
 17-HUGO LANGE
 18-JARDIM SOCIAL
 19-TARUMÃ
 20-CAPÃO DA IMBUIA
 21-CAJURU
 22-JARDIM DAS AMÉRICAS
 23-GUABIROTUBA
 24-PRADO VELHO
 25-PAROLIN
 26-GUAÍRA
 27-PORTÃO
 28-VILA IZABEL
 29-SEMINÁRIO
 30-CAMPINA DO SIQUEIRA
 31-VISTA ALEGRE
 32-PILARZINHO
 33-SÃO LOURENÇO
 34-BOA VISTA
 35-BACACHERI
 36-BAIRRO ALTO
 37-UBERABA
 38-HAUER
 39-FANNY
 40-LINDÓIA
 41-NOVO MUNDO
 42-FAZENDINHA
 43-SANTA QUITÉRIA
 44-CAMPO COMPRIDO
 45-MOSSUNGUÊ
 46-SANTO INÁCIO
 47-CASCATINHA
 48-SÃO JOÃO
 49-TABOÃO
 50-ABRANCHES
 51-CACHOEIRA
 52-BARREIRINHA
 53-SANTA CÂNDIDA
 54-TINGUI
 55-ATUBA
 56-BOQUEIRÃO
 57-XAXIM
 58-CAPÃO RASO
 59-ORLEANS
 60-SÃO BRAZ
 61-BUTIATUVINHA
 62-LAMENHA PEQUENA
 63-SANTA FELICIDADE
 64-ALTO BOQUEIRÃO
 65-SÍTIO CERCADO
 66-PINHEIRINHO
 67-SÃO MIGUEL
 68-AUGUSTA
 69-RIVIERA
 70-CAXIMBA
 71-CAMPO DE SANTANA
 72-GANCHINHO
 73-UMBARÁ
 74-TATUQUARA
 75-CIDADE INDUSTRIAL



LEGENDA

Rendimento médio da pessoa responsável pelo domicílio particular permanente, segundo os bairros de Curitiba - 2000

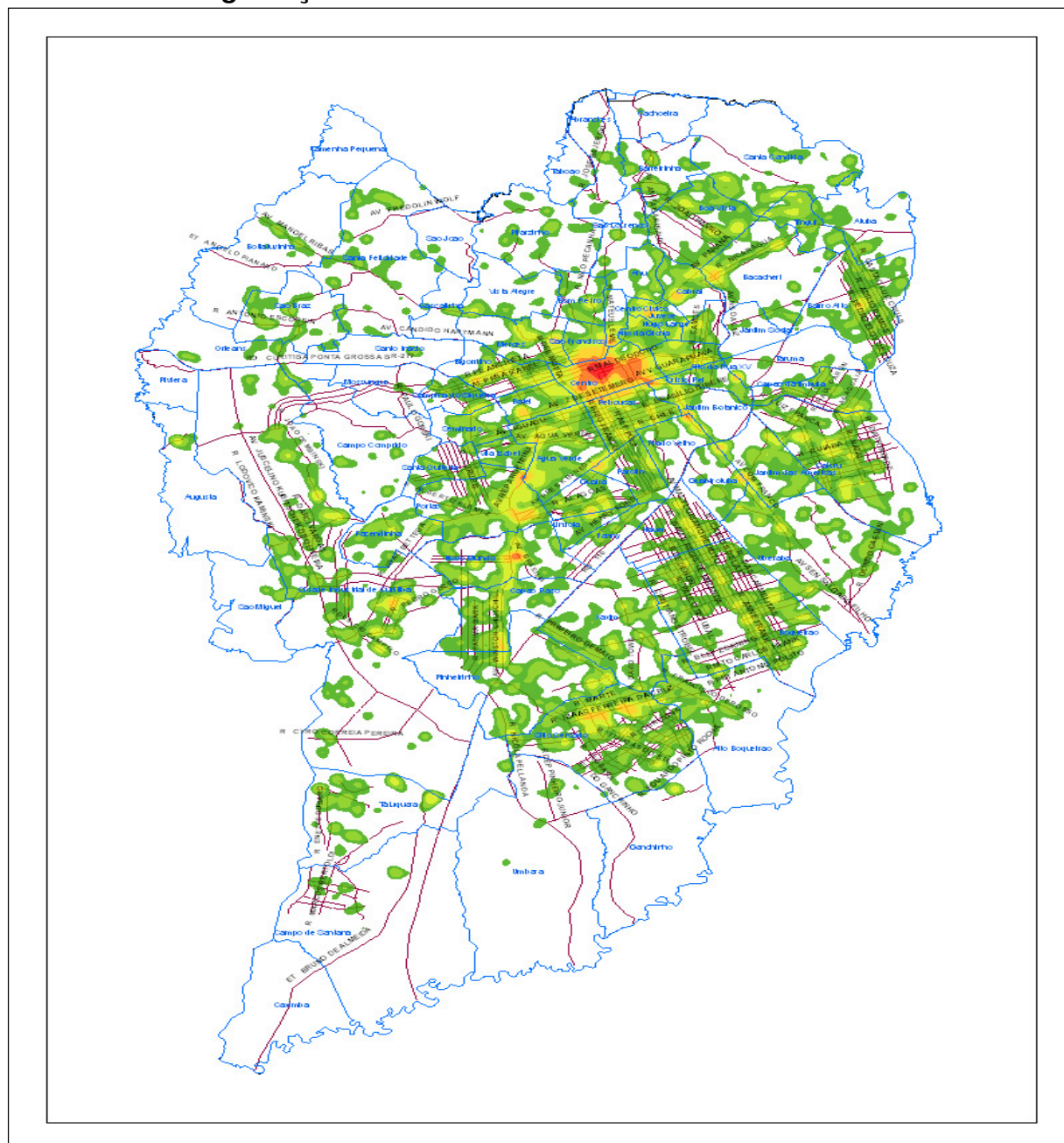
- Acima de 30 SM
- Entre 20,01 e 30 SM
- Entre 15,01 e 20 SM
- Entre 10,01 e 15 SM
- Entre 5,01 e 10 SM
- Entre 3 e 5 SM
- Abaixo de 3 SM

Fonte: IBGE - CENSO Demográfico
 Elaboração: IPPUC / Banco de Dados
 Nota: SM (Salário Mínimo). A média percentual é calculada através do quociente da soma dos produtos entre o ponto médio da classe de rendimento e o n° de observações desta classe pelo número total de observações.



Fonte: IPPUC

Figura 9.
Concentração de registros criminais em Curitiba no ano de 2008, segundo a
Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná – 2008.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente a violência urbana e o crime nas cidades parecem aumentar a cada dia e as políticas públicas não parecem surtir efeitos desejados pela população, que cada dia mais sofre com o medo cotidiano.

Esse medo de sofrer algum tipo de violência ou ser alvo de ações criminosas faz com que as pessoas tendam ao isolamento, seja no trabalho, seja nas suas casas, buscando uma vida atrás de muros, cercas de arame farpado, vigilância armada e atualmente sob o fetiche orweliano das câmeras de segurança, buscando viver ao lado de outras pessoas que lhes parecem iguais economicamente e socialmente. Essa busca por “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2005) proporciona uma falsa impressão de segurança, pois mesmo atrás desse aparato de autosegregação, existe apenas uma sensação de segurança.

Para os que não possuem condições econômicas de autoisolar-se em condomínios ou prédios de luxo, cabe a tentativa de aumentar a altura do muro, grades nas janelas, lamentar sobre os dias atuais e lembrar que o passado foi diferente. Mas todos sofrem com esse autoisolamento e a cidade sofre ainda mais com isso, alimentando um espiral cada vez maior de desconfiança e medo.

Nessa linha de pensamento, a cidade se divide e seus bairros, bem como seus moradores, sofrem com o estigma de ser mais violento, estigma esse que vem na esteira do abandono por parte do Estado e na utilização do território por parte de grupos interessados no lucro ilícito.

É nessa lógica de utilização do espaço que ele se transforma em território, locais estes que sofrerão duplamente, a primeira com o abandono do Estado e a segunda com o poder dos criminosos e seus métodos de se manter no poder.

Nesse aspecto, de delimitação de áreas controladas por grupos criminosos, buscando algum tipo de lucro de forma ilícita, a Geografia enquanto ciência que se preocupa com a formação dos territórios e do espaço. Essa ciência, que para muitos

não tem objeto de estudo delimitado, até mesmo devido a sua longevidade, pode e deve estudar a violência e a criminalidade, principalmente no que se refere a sua distribuição e como esse fenômeno influencia nas dinâmicas, seja da cidade, seja do campo.

Essa ciência geográfica vai ter que buscar em outras ciências a fundamentação teórica, que por vezes vão faltar ao geógrafo, não para delimitar o objeto de sua pesquisa, mas sim para explicar outros aspectos que vão influenciar os processos de formação do território e a formação de espaços, como por exemplo, o espaço das violências e do crime, que se buscou estudar nessa dissertação.

Nesse aspecto de compreender a dinâmica criminal e de violência em Curitiba, desenvolve-se este trabalho e que buscou trazer a tona, numa perspectiva científica, como a cidade de Curitiba forma seus espaços segregados e que acabam por formar moradores estigmatizados, pois habitam esses espaços que, por suas características socioeconômicas, sofrem duplamente, a primeira pelo abandono de um Estado em que a preocupação maior é a manutenção do poder, o espaço público fica em segundo plano e seus moradores em um terceiro plano. E a segunda pelo medo e pela insegurança da violência cotidiana, de pessoas impondo a sua vontade através do uso da violência e novamente pelo Estado, dessa vez através das instituições policiais que para manter a “ordem pública”, utilizam excessiva violência e que em uma grande maioria dos casos, nunca é punida.

A violência no Brasil sempre se fez presente, desde a colônia, passando pelo império e chegando a república. A violência dizimou grupos indígenas imensos, escravizou os negros oriundos da África e durante a República utilizaram a violência para impor um modelo de subordinação dos mais fracos ao mais fortes. Nesse rumo, foram moldadas as bases da nossa sociedade e atualmente uma parcela considerável de nossa população vive nas cidades e, em especial, nas capitais e em suas regiões metropolitanas.

Para tal tarefa, no primeiro capítulo foi preciso entender em um primeiro momento qual a relação entre a Geografia e os estudos de criminalidade e violência, buscando identificar nesse objeto de estudo elos para com a ciência geográfica.

Fica evidente a extrema importância de um maior aprofundamento dos geógrafos no que diz respeito ao tema “violência” e “criminalidade”, buscando entender a evolução dos estudos específicos que surgem a cada ano, demonstrando a preocupação dos geógrafos em buscar espaço nesses estudos, que não devem estar restritos a nem uma e nem outra ciência. Ainda sobre essa evolução, entender a influência dos estadunidenses da Escola de Chicago, em especial no campo da ecologia urbana, nos estudos sobre violência e criminalidade no Brasil, que pesem as críticas sobre o modelo adotado por esses estudos e, finalizando o primeiro capítulo, procurei trazer a tona a temática da violência e da criminalidade ao debate do território, tema atual e bastante estudado na Geografia brasileira.

No capítulo dois, propus a discutir as possíveis relações entre o processo de urbanização e a criminalidade e também da violência, buscando para isso, compreender as mudanças que permitiram essa migração para as áreas urbanas do país. Ainda dentro desse aspecto, discutimos também a questão da construção da cidadania nesse cenário urbano em que vivemos e se esse processo de construção da cidadania influencia nas questões sobre violência. E para finalizar o terceiro capítulo, optamos por discutir a urbanização nas cidades brasileiras e quais os aspectos influenciam na violência e no crime das cidades brasileiras.

No terceiro e último capítulo, busquei discutir a geografia da violência em Curitiba através dos dados disponíveis, sejam eles da área da saúde pública (mortes por causas externas, em especial os homicídios) e também os dados disponibilizados pela Secretaria da Segurança Pública do Paraná e também aqueles disponíveis na mídia, dado a dificuldade do acesso aos dados. Para iniciar essa discussão sobre a geografia da violência em Curitiba, optei por buscar uma compreensão da espacialização do tráfico de drogas no estado do Paraná (apesar da crítica de muitos cientistas sociais sobre a relação entre tráfico de drogas e violência ou crime ser extremamente pesada e não ser de fácil aceitação por esses pesquisadores) e sua influência na violência das

grandes cidades, em especial de Curitiba. Nesse ponto gostaria de expressar que entendo que o comércio ilegal de drogas contribui para a violência e a criminalidade, porém não sendo a única causa para tal, mas em virtude das disputas territoriais em que esse comércio causa, não podemos ser ingênuos de acreditar não exista nenhuma influência, apesar de ainda necessitarmos de mais pesquisas sobre o assunto. Ainda sobre o tráfico de drogas, discutimos a relação do crime organizado na dinâmica criminal em especial na região da tríplice fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai), porta de entrada de drogas, armas e outros tipos de produtos ilegais.

No que concerne à cidade de Curitiba, área de estudo dessa dissertação, produzimos uma pequena retrospectiva histórica sobre a formação do município e de como esse processo de formação e recentemente de criação de uma imagem de cidade, em especial pelo reconhecimento nacional e internacionalmente, planejamento urbano, mas que na cidade “real” tem pouca influência e a cidade nada tem de diferente na questão “problemas urbanos”, não fugindo do padrão brasileiro de cidade grande, ou seja, é apenas mais uma cidade do Brasil, que cresceu muito em pouco tempo, transformando-se em um dos pólos automotivos do país, em menos de uma década.

Essa nova configuração econômica fez uma transformação do ponto de vista social, aumentando as deficiências em infra-estrutura e na falta de oportunidades, que anteriormente existiam, mas eram mais sutis e hoje aumentaram as contradições da cidade, exacerbando os “limites” ou “fronteiras” que delimitavam os “espaços” ou os “territórios” ou por que não falarmos em “guetos” como sugeriu WACQUANT (2008).

A cidade de Curitiba possui espaços de violência. São seus bairros periféricos, aqueles com menores índices de renda que padecem com os maiores índices de homicídios e que formam uma espécie de bolsão ao sul do município. Um aspecto que chama a atenção é que nesses bairros os crimes contra o patrimônio são menores, predominando os crimes contra a vida, e nos bairros com maior renda média é que encontramos o maior número de roubos e furtos, em face da maior circulação de bens e de dinheiro, mas esses crimes acontecem também nos bairros periféricos, porém em uma quantidade abaixo daqueles bairros com maiores rendas. A falta do índice de Gini

por bairros de Curitiba prejudicou a realização de uma análise comparativa com os índices de registros criminais.

Apesar de notarmos a existência de uma correlação entre o aumento dos crimes de homicídios em decorrência do crescimento populacional (vide tabela 2), essa situação é verificada em todas as grandes cidade brasileiras, por isso não se buscou dar ênfase a essa correlação nesse trabalho, até porque essa não é única variável explicativa, mas que o crescimento populacional pode influenciar outros processos que acabam por gerar algum tipo de violência.

Diante do quadro exposto, verificamos que a cidade de Curitiba possui áreas segregadas, delimitados pelos bairros com menor renda e com maiores registros de homicídios, e em virtude da qualidade da informação sobre esses casos, fica prejudicada uma espacialização por pontos, ou seja, de forma individual, o que possibilitaria uma delimitação dos locais independente de limites de bairros, com maior agrupamento desses tipos de crimes, fazendo-o comparativamente com apreensões de armas de fogo e também de outros tipos de registros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAS, Mehem. **Direito, Geografia e Interdisciplinaridade**. Sem data, disponível em <http://aldeiajuridica.incubadora.fapesp.br/portal/interdisciplinaridade/geo/direito-geografia-e-interdisciplinaridade/> - acesso em 17 de Janeiro de 2010.

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**. [online]. jul./dez. 2002, no.8 [citado 25 Setembro 2005], p.84-135. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000200005&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1517-4522.

BARCELLOS, Caco. **ROTA 66: A História da Polícia que Mata**, Editora Globo, São Paulo, 2002.

BATELLA, Wagner Barbosa. DINIZ, Alexandre M. Alves & TEIXEIRA, Ana Paula. Explorando os Determinantes da Geografia do Crime nas Cidades Médias Mineiras *in* **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Tradução de Eliana Aguiar, Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro, 2009.

BEGA, Maria Tarcisa S. **Planejamento – Espetáculo e a construção do cidadão - consumidor: as imagens de Curitiba**. Curitiba, Digitado, 1998.

BEZERRA, Eduardo Augusto Duque. Além do Crime: Sociabilidade e Mobilidade Urbana Contribuindo para a Compreensão da Violência Urbana na Cidade do Recife – PE *in* Sá, Alcindo José de. **Pelo Direito à vida: A construção de uma Geografia Cidadã**. Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

BRAGA, Raquel Willadino *et. al.* Grupos Criminosos Armados com Domínio do Território: Reflexões sobre a territorialidade do crime na Região Metropolitana do Rio de Janeiro *in* JUSTIÇA GLOBAL (orgs.), **Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro**, Fundação Heinrich Böll, Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL, Ministério da Saúde, Data/SUS. <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sih/cnv/erPR.def>. Acesso em 10 de Agosto de 2007.

_____, Ministério da Justiça, **Apostila do Curso de Análise Criminal**, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Brasília, 2008.

BORDIN, Marcelo. **A Falência Do Modelo Brasileiro De Policiamento Ostensivo E Sua Relação Com O Aumento Da Criminalidade Em Curitiba 1992 – 2002**. Curitiba, Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Sociologia Política, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, 2004.

_____. **A Política De Segurança Pública No Governo Jaime Lerner (1995 – 2002)**, Curitiba, Monografia de Conclusão do Curso de Ciência Política da Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER), 2005.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. Uma Reflexão Sobre Ciência e Conceitos: O Território na Geografia *in* RIBAS, Alexandre Domingues *et all*, **Território e Desenvolvimento: Diferentes Abordagens**, Francisco Beltrão, Unioste, 2004.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**, São Paulo, Edusp, 2000.

CANO, Ignácio. Seis por Meia Dúzia? Um Estudo Exploratório do Fenômeno das Chamadas “Milícias” no Rio de Janeiro *in* JUSTIÇA GLOBAL (orgs.), **Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro**, Fundação Heinrich Böll, Rio de Janeiro, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.

CERQUEIRA, Daniel R. C. *et all*. **Análise dos Custos e Consequências da Violência no Brasil**. Brasília, 2007. disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1284.pdf

CHESNAIS, Jean Claude. A violência no Brasil: causas e recomendações políticas para a sua prevenção. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 1999, vol.4, n.1 [cited 2009-08-28], pp. 53-69. Rio de Janeiro, disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231999000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 de Abril de 2009.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. 2ª Edição, Editora Bertran Brasil, Rio de Janeiro, 1991.

CLAVAL, Paul. A Revolução Pós-Funcionalista e as Concepções Atuais da Geografia *in* MENDONÇA, Francisco & KOZEL, Salette (orgs.), **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**, Editora da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

COELHO, Edmundo Campos. A Criminalização da Marginalidade e a Marginalização da Criminalidade *in* COELHO, Magda Prates (org.). **A Oficina do Diabo e Outros Estudos sobre Criminalidade**. Editora Record, Rio de Janeiro, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. Editora Ática, São Paulo, 1995.

COSTA, Márcia Regina da. A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira? *In* **A Violência Disseminada**, Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação SEAD, volume 13, Outubro/Dezembro de 1999, São Paulo, 1999.

CURITIBA. **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba**, http://ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_dados_Pesquisa.asp.

DA SILVA, Luis Antonio Machado. Criminalidade Violenta: por uma nova perspectiva de análise *in* Moraes P.R.B. **Dossiê Cidadania e Violência**, Revista de Sociologia e Política do Departamento de Ciências Sociais da UFPR, nº 13, Curitiba, 1999.

DANTAS, Eugênia Maria. Caminhos de uma Geografia Complexa *in* DA SILVA, Aldo Aloísio Dantas & GALENO, Alex (orgs.), **Geografia: Ciência do Complexus**. Editora Sulina, Porto Alegre, 2004.

DAVIS, Mike. **Cidade de Quartzos: Escavando o Futuro em Los Angeles**, Scritta Editorial, São Paulo, 1993.

_____. **Planeta Favela**. Editora Boitempo, tradução de Beatriz Medina, São Paulo, 2008.

DE BONI, Maria Ignês Mancini. **O Espetáculo Visto do Alto: Vigilância e Punição em Curitiba 1890-1920**. Editora Aos Quatro Ventos, Curitiba, 1999.

DELMANTO, Celso *et. al.* **Código Penal Comentado**, 4ª Edição, Editora Renovar, São Paulo, 1998.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio (1897)**. Martin Claret Editora, São Paulo, 2005.

Edinilsa Ramos, **Violência sob o Olhar da Saúde: A Infrapolítica da Contemporaneidade Brasileira**, Editora FioCruz, Rio de Janeiro, 2003.

EUFRÁSIO, Mário A. **Estrutura Urbana e Ecologia Humana: A Escola Sociológica de Chicago (1915-1940)**. Editora 34. São Paulo, 1999.

FRAGA, Nilson César. Território, Região, Poder e Rede: Olhares e Possibilidades Conceituais de Aproximação *in* **Relações Internacionais no Mundo Atual**, UniCuritiba – Centro Universitário Curitiba, nº 7, Curitiba, 2007.

FELIX, Sueli Andrucioli. **Geografia do Crime: Análise da Bibliografia da Criminalidade numa Perspectiva Espacial**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Mimeografado, Rio Claro, 1989.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. Rondas à Cidade: Uma Coreografia do Poder. São Paulo, **Tempo Social**; Revista de Sociologia da USP, 1989.

FERREIRA, Ignez C. Barbosa & PENNA, Nelba Azevedo. Território da Violência *in* PAVIANI, Aldo. FERREIRA, Ignez C. Barbosa & BARRETO, Frederico F. Pinheiro (Organizadores). **Brasília: Dimensões da Violência Urbana**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2005.

FILHO, Lauro Luiz Francisco. **Distribuição Espacial da Violência em Campinas: Uma Análise por Geoprocessamento**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

GAZETA DO POVO, edição do dia 05 de Junho de 2008.

_____, edição do dia 17 de Agosto de 2008.

_____, edição do dia 16 de Abril de 2009.

_____, edição do dia 21 de Junho de 2009.

_____, edição do dia 20 de Setembro de 2009.

GLASSNER, Barry. **Cultura do Medo**. Editora Francis, São Paulo, 2003.

GOMES, Edvânia T. A. Inquietação em Torno do Debate Sociedade-Natureza no Espaço da Cidade. In: SOUZA, Maria; SANTOS, Milton; SCARLANTO, Francisco; ARROYO, Mônica. **O novo mapa do mundo: natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. Hucitec: São Paulo, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: Entre as Redes e os Aglomerados de Exclusão *in* CASTRO, Iná Elias de (*et. al.*), (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 3ª Edição, Bertrand do Brasil, Rio de Janeiro, 2001.

_____. Des-Caminhos e Perspectivas do Território *in* RIBAS, Alexandre Domingues (*et. al.*), (orgs) **Território e Desenvolvimento: Diferentes Abordagens**, Unioeste, Francisco Beltrão, 2004.

IPPUC, Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba. **Curitiba em Dados**. 2009, disponível em http://ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_dados_Pesquisa.asp?ampliar=não

ISTO É, revista, número 1763, edição do dia 16 de Julho de 2003.

KASHIWAGI, Helena Midori, **O Processo de Percepção e Apropriação do Espaço nas Comunidades Marginais Urbanas: O Caso da Favela do Parolin em Curitiba**, Dissertação de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

KOWARIC, Lucio. **A Espoliação Urbana**, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1993.

LEITE, Maria A. F. P. A Natureza e a Cidade: Rediscutindo suas Relações. In: SOUZA, Maria; SANTOS, Milton; SCARLANTO, Francisco; ARROYO, Mônica. **O novo mapa do mundo: natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. Hucitec: São Paulo, 1997.

LIMA, Renato Sérgio de. **Criminalidade Urbana: Conflitos Sociais e Criminalidade Urbana – Uma Análise dos Homicídios Cometidos no Município de São Paulo**. Editora Sicurezza, São Paulo, 2002.

LIMA, Renato Sérgio de *et. all.* **Mapeamento das Conexões Teóricas e Metodológicas da Produção Acadêmica Brasileira em Torno dos Temas da Violência e da Segurança Pública e as suas Relações com as Políticas Públicas da Área Adotadas nas Duas Últimas Décadas (1990 – 2000)**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Digitalizado, São Paulo, 2009. Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/blogs/forum-disponibiliza-relatorio-de-pesquisa-fapesp>

MASSENA, Rosa Maria Ramalho. A Distribuição Espacial da Criminalidade Violenta na Região Metropolitana do Rio de Janeiro *in* **Revista Brasileira de Geografia**. Ano 48, número 3, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1986.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: Metrôpoles Brasileiras. **São Paulo em Perspectiva** 14 (4), São Paulo, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9749.pdf>

MARICATO, Ermínia. As Idéias Fora do Lugar e o Lugar fora das Idéias *in* ARANTES, Otília *et al*, **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos**. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2000.

MARTINS, Carlos Adalberto. **Violência, Educação, Subcidadania e Democracia na Periferia da Grande Metrópole**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARTUCCELLI, Danilo. Reflexões sobre a violência na condição moderna. São Paulo, **Revista Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, 11(1), 1999.

MENDONÇA, Francisco. Geografia socioambiental. In: _____; KOZEL, Salete (orgs). **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Editora da UFPR: Curitiba, 2002.

_____. **Clima e Criminalidade: Ensaio Analítico da Correlação entre Temperatura do Ar e a Incidência de Criminalidade Urbana**. Editora da UFPR, Curitiba, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, **Violência e Saúde**. Editora da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

_____. *et al* Análise Temporal da Mortalidade por Causas Externas no Brasil: Décadas de 80 e 90 *in* MYNAIO, Maria Cecília de Souza & SOUZA, MIR, Luis. **Guerra Civil: Estado e Trauma**. Geração Editorial, São Paulo, 2003.

MISSIONES, Província. **Anuário Narcotráfico 2007**. Ministério de la Salud Publica, Observatório Provincial de Drogas, Digitado, Misiones, Argentina, 2008.

MOURA, Rosa. Políticas Públicas Urbanas: Ausências e Impactos *in* MENDONÇA, Francisco. **Impactos Socioambientais Urbanos**. Editora da UFPR, Curitiba, 2004.

MORAES, Pedro R. Bode & SOUZA, M. Garcia. Preconceito, invisibilidade e violência racial em Curitiba. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 13, p. 1-24, 1999.

MULLER, Juliane. **Elementos Semióticos do Planejamento Urbano: o Caso de Curitiba**. Dissertação de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Paraná, Digitado, Curitiba, 2004.

NAÍM, Moisés. Ilícito: **O Ataque da Pirataria, da Lavagem de Dinheiro e do Tráfico à Economia Global**. Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, Dennison. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Curitiba, SEED, 2001.

OLIVEIRA, V. Luis. **A política industrial do setor automotivo e a crítica ao modo de regulação sob o desenvolvimentismo (1995-2002): o caso do Estado do Paraná**. Tese de Doutorado em História, UFPR, Digitado, 2003.

PARANÁ, Estado do. **Secretaria de Estado da Segurança Pública**. http://www.seguranca.pr.gov.br/gestao_estatisticas.php. Acesso em 30 de Abril de 2008.

PEDRAZZINI, Yves. **A Violência das Cidades**, Editora Vozes, Petrópolis, 2006.

PERES, M. F. T. e SANTOS, P. Carla dos. Evolução da Mortalidade por Homicídios no Brasil na Década de 1990: O Papel das Armas de Fogo. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 58-66, 2005.

PERES, Maria Fernanda Tourinho. Homicídios, risco e vulnerabilidade: para uma discussão da dinâmica da vitimização por homicídios *in* DA CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves e BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (orgs.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007.

PERALVA, Angelina. **Violência e Democracia: o Paradoxo Brasileiro**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2000.

PINHEIRO, P. S. Violência, Crime e Sistemas Policiais em Países de Novas Democracias *In* **Revista Tempo Social**, USP, São Paulo, v. 9, n. 1, 1997.

_____. Governo Democrático, Violência e Estado (ou não) de Direito *in* BETHELL, Leslie (org.) **Brasil: Fardo do Passado, Promessa de Futuro – Dez Ensaios Sobre Política e Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

_____. & ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Violência Urbana**, São Paulo, PubliFolha, 2003.

PHEBO, Luciana. Impacto da Arma de Fogo na Saúde da População Brasileira *in* FERNANDES, Rubem César (coord.). **BRASIL: As Armas e as Vítimas**, Rio de Janeiro, 7Letras, 2005.

POLLI, Simone Aparecida. **Curitiba, Metrópole Corporativa: Fronteiras da Desigualdade**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. Digitado, Rio de Janeiro, 2006.

QUEIROZ, Ivan da Silva, A Cidade Sitiada: da Violência Consentida ao Medo com Sentido Urbana *in* Pontuschka, Nídia Nacib & Oliveira, Ariovaldo Umbelino de (organizadores), **Geografia em Perspectiva**, 2ª Edição, São Paulo, Editora Contexto, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. Editora Ática, São Paulo, 1993.

RAMÃO, F. Pamplona, WADI, Y. Marmitt. Os Movimentos da Criminalidade Urbana Violenta: Uma Análise Espaço-Temporal dos Homicídios no Estado do Paraná *in* **Encontro Nacional de Estudos Regionais e Urbanos – Anais do V ENABER**, 2007, Recife.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. As Metrôpoles e a Sociedade Brasileira: Futuro Comprometido? *in* RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (org). **Metrôpoles: Entre a Coesão e a Fragmentação, a Cooperação e o Conflito**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2004.

ROCHA, Rosamaria Luiza de Melo. Uma Cultura da Violência na Cidade? Rupturas, estetizações e Reordenações *in* **São Paulo em Perspectiva, Violência e Mal Estar na Sociedade**, Volume 13, nº 13, Revista da fundação Seade, São Paulo, 1999.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Geografia e Violência Urbana *in* Pontuschka, Nídia Nacib & Oliveira, Ariovaldo Umbelino de (organizadores), **Geografia em Perspectiva**, 2ª Edição, São Paulo, Editora Contexto, 2004.

SÁ, Alcindo José de. **Geografia do Direito: As Normas como Formas Sócio-Espaciais**. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2009.

SAMEK, Jorge. **A Curitiba do Terceiro Milênio**, Curitiba, Editora Palavra, 1996.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**, 3ª Edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** (4ª Edição) Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), São Paulo, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. Expressão Popular, São Paulo, 2007.

SILVEIRA, Maria Laura. Metrôpoles do Terceiro Mundo: da História ao Método, do Método à História *in* DA SILVA, Catia Antonia & CAMPOS, Andreilino. **Metrôpoles em Mutação: Dinâmicas Territoriais, Relações de Poder e Vida Coletiva**. Editora Revan/Faperj. Rio de Janeiro, 2008.

SINGER, Paul, **Economia Política da Urbanização**, Editora Contexto, São Paulo, 1998.

SOARES, Luiz Eduardo. **Legalidade Libertária**. Lúmen Júris Editora, Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, Jessé de. **A Construção Social da Subcidadania: Para Uma Sociologia Política da Modernidade Periférica**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento *in* CASTRO, (orgs.) Iná Elias de (*et. al.*), (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 3ª Edição, Bertrand do Brasil, Rio de Janeiro, 2001.

_____. Clima de Guerra Civil?: Violência e Medo nas Grandes Cidades Brasileiras *in* ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. **Que País é Esse?: Pensando o Brasil Contemporâneo**. Editora Globo, São Paulo, 2005.

_____. **Fobópole: O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Apresentação Milton Santos, um revolucionário *in* SANTOS, Milton, O Retorno do Território *in* **Território Y movimientos sociales**, OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005 (disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>).

SOUZA, Nelson Rosário. Planejamento Urbano em Curitiba: Saber Técnico, Classificação dos Cidadãos e Partilha da Cidade. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 16, p. 107-122, 2001.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o Ensino do Pensamento Geográfico**. São Paulo, Editora Unesp, 2004.

TABAK, Fanny, Urbanização e Criminalidade *in* BENATHAR, Roberto Levy & BINSZTOK, Jacob (organizadores), **Regionalização e Urbanização**, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

TANGERINO, Davi de Paiva Costa. **Crime e Cidade: Violência Urbana e a Escola de Chicago**. Lúmen Júris Editora. Rio de Janeiro, 2007.

TEIXEIRA, Evandro Camargo; SERRA, M. A. **O Impacto da Criminalidade no Valor da Locação de Imóveis: O Caso de Curitiba. Economia e Sociedade** (UNICAMP), v. 15, p. 175-207, 2006.

TREMARIM, Adriana Rita. Críticas ao Planejamento Urbano de Curitiba a Partir da Análise do Processo de Verticalização dos Setores Estruturais Norte e Sul *in* RA`E GA: **O Espaço Geográfico e Análise**, Revista do Departamento de Geografia da UFPR, Editora da UFPR, Curitiba, 2002.

TUAN, Yi-Fu, **Paisagens do Medo**, Editora Unesp, São Paulo, 2005.

VALVERDE, Rodrigo R. Hospodar Felipe. Transformações no Conceito de Território: Competição e Mobilidade na Cidade *in* **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo, 2004.

VERONA, Juliana Augusta. **Geografia do Crime e Contribuição ao Planejamento Sócio-Espacial do Município de Jundiaí – SP**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduações em Geografia, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, digitado, 2006.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. Cia das Letras Editora, São Paulo, 1994.

VIACAVA, Vanessa Maria Rodrigues. **Em Busca da Curitiba Perdida: Os Mecanismos da Construção de uma Identidade Curitibana**. Revista História Agora, Edição nº 7, Dezembro de 2008, Rio de Janeiro, Disponível em http://www.historiagora.com/dmdocuments/Historia7_artigo_curitiba_perdida.pdf, acesso em 25 de Agosto de 2009.

VIVA COMUNIDADE/ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Ranking dos Estados no Controle de Armas: Análise Preliminar Quantitativa e Qualitativa dos Dados sobre Armas de Fogo Apreendidas no Brasil**, Ministério da Justiça, Brasília, 2009.

WACQUANT, Loic. **Punir os Pobres: A Nova Gestão da Miséria nos Estados Unidos**. 2ª Edição, Editora Revan, Rio de Janeiro, 2003.

_____. **As Duas Faces do Gueto**. Boitempo, São Paulo, 2008.

WIEVIORKA, Michel. O Novo Paradigma da Violência. São Paulo, **Revista Tempo Social**, 9(1), Edusp, 1997.

ZIRKL, Frank. Desenvolvimento urbano de Curitiba (Brasil): **cidade modelo ou uma exceção?** *In Actas latinoamericanas de Varsovia*, Nº. 26, 2003, *acultad de Geografía y Estudios Regionales Universidad de Varsovia*, 2003.